

ROSENI APARECIDA PEREIRA DE MACEDO

**COMUNIDADE DOM ANTÔNIO BARBOSA:
POTENCIALIDADES E PERSPECTIVAS DE
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
CENTRO DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE – MS
2006**

ROSENI APARECIDA PEREIRA DE MACEDO

**COMUNIDADE DOM ANTÔNIO BARBOSA:
POTENCIALIDADES E PERSPECTIVAS DE
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Dissertação apresentada como exigência parcial
para obtenção do título de Mestre do Programa de
Pós-Graduação em Desenvolvimento Local –
Mestrado acadêmico, sob a orientação do Prof. Dr.
Vicente Fideles de Ávila.

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
CENTRO DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE – MS
2006**

Ficha catalográfica

Macedo, Roseni Aparecida Pereira

M141c Comunidade Dom Antônio Barbosa: potencialidades e perspectivas de desenvolvimento local / Roseni Aparecida Pereira Macedo; orientador Vicente Fideles de Ávila..2006

--128 f.. il.; 30 cm+12 anexos

Dissertação (mestrado) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, Mestrado em Desenvolvimento Local, 2006.

Inclui bibliografia

1. Comunidade 2. Desenvolvimento local 3. Comunidade Dom Antônio Barbosa (Campo Grande, MS). I. Ávila, Vicente Fideles de. II. Título

CDD-307.14

Bibliotecária responsável: Clélia T. Nakahata Bezerra CRB 1/757

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: “Comunidade Dom Antônio Barbosa: potencialidades e perspectivas de desenvolvimento local”

Área de concentração: Desenvolvimento local em contexto de territorialidades

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento local em dimensões sócio-comunitárias com atenção em comunidades tradicionais

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Conselho do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local.

Dissertação aprovada em: __28__ / __03__ / __2007__

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Vicente Fideles de Ávila - orientador
Universidade Católica Dom Bosco – UCDB

Prof. Dr. Sérgio Ricardo Oliveira Martins
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof^a Dr^a Cleonice Alexandre Le Bourlegat
Universidade Católica Dom Bosco – UCDB

**Dedico ao meu esposo Alcindo, à
minha filha Renata e aos demais
familiares, razão da minha
existência.**

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me dar coragem para iniciar e forças para concluir mais esta etapa da vida.

Ao meu orientador, Dr. Vicente Fideles de Ávila, pela compreensão, paciência e orientação segura e firme em todo o decorrer desta pesquisa.

Ao meu esposo, Alcindo de Macedo, e minha filha Renata, pelo apoio e incentivo em todos os momentos.

A todos os colegas e professores do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco, pelos conhecimentos, troca de informações e momentos de alegria compartilhados.

À Antonia Magali Lorencinho Lins, Ione de Souza Coelho, José Vieira Cardeal, Márcia Ratti, Sandra Prudente e Tarley Nunes pelo apoio e incentivo em todos os momentos deste trabalho.

À Comunidade Dom Antônio Barbosa, que sempre me acolheu e me ajudou na realização deste trabalho.

O Desenvolvimento Local se refere apenas à melhoria de vida de uma comunidade localizada desde que a mesma participe do respectivo processo (ÁVILA, 2000, p. 68).

RESUMO

A atividade de catar, selecionar e preparar lixo urbano para reaproveitamento, exercida por grande parte da Comunidade Dom Antônio Barbosa, localizada na cidade de Campo Grande – Mato Grosso do Sul, foi analisada como perspectiva para o Desenvolvimento Local dessa comunidade, e resultou nesta dissertação. O objetivo foi diagnosticar e analisar as potencialidades e perspectivas da comunidade, constituída em sua maioria de catadores de lixo urbano, tendo em vista o Desenvolvimento Local. As condições e potencialidades associativo-cooperativas refletem no sentido da endogeneização “metabolizadora” de capacidades e competências de autodesenvolvimento no seio dessa comunidade. A metodologia de pesquisa foi qualitativo-descritiva. O foco está nas relações primárias e secundárias vivenciadas no cotidiano da comunidade, e a visão dos agentes internos e externos envolvidos, bem como o seu comportamento, suas características, seus problemas e seus valores. Foi utilizada a análise fenomenológica. A revisão de literatura foi embasada na coleta de dados e informações por meio de consultas documentais, enfatizando o aporte teórico no contexto do Desenvolvimento Local. Os instrumentos de investigação utilizados na metodologia foram visitas *in loco* [para observação], entrevistas semi-estruturadas e aplicação de formulários. Finalmente, sobressaiu-se o relato dos agentes internos e externos, no que diz respeito às potencialidades, dificuldades e facilidades encontradas na comunidade. Como resultado, pode-se afirmar, a partir do processo de investigação, que, desde o surgimento do loteamento e a formação da comunidade, bem como o diagnóstico e análises das potencialidades e perspectivas da comunidade Dom Antônio Barbosa, emergiram grandes lógicas, que merecem especial destaque, como a de **comunidade de sobrevivência**, a da **convergência de interesse para moradia** e a das **organizações sociais internas ao âmbito da “Comunidade”**. Observou-se a ansiedade por melhorias e o despertar para o aproveitamento das potencialidades, que favorecem a implementação e endogeneização de iniciativas associativo-cooperativas de Desenvolvimento Local.

Palavras-Chave: 1. Comunidade 2. Potencialidades 3. Desenvolvimento Local

ABSTRACT

The activity of picking up, selecting and preparing urban litter to the re-utilization done by the most of the Dom Antônio Barbosa community, located in the city of Campo Grande – Mato Grosso do Sul, has been analyzed as a perspective for the local development of that place and it has resulted on the present thesis. The purpose was to diagnose and to analyze the potentialities and the perspectives of the community, made up in the majority by urban litter collectors, viewing the local development. The conditions and the associated and cooperative potentialities reflect on the meaning of the endogeneous metabolism of the capacities and the competences of self-development inside that community. The methodology of the research was a qualitative and a descriptive one.

The focus is on the primary and the secondary relations lived in the daily life of the community and the view of the inside and outside involved agents and their behavior, their characteristics, their problems and their values. It was used the phenomenological analysis. The literature review was based on the data collecting and the information through document consulting, emphasising the theoretical view in the local development context.

The investigation tools used in the methodology were in loco visitations (for observations), semi-structured interviews and the filling of application forms.

Finally, the report of the inside and outside agents stood out, related to the potentialities, difficulties and the easiness found in the community. As a result and starting from an investigation process, we can state that, since the beginning of the land division process and the formation of the community, as well the diagnose and the analyse of the potentialities and the perspectives of the Dom Antônio Barbosa community, it has emerged a lot of logical issues, which deserve special distinction, like the survival community, the convergence of interest for domicile and the social internal organizations in the context of the community.

It has been observed the anxiety for improvements and the awakening for the utilization of the potentialities which help the implementation and the endogeneous view of associative and cooperative initiatives of local development.

Key-Words : 1. Community 2. Potentiality 3. Local Development

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura n. 1: Triângulo do Desenvolvimento Local Sustentável.....	26
Figura n. 2: Loteamento Dom Antônio Barbosa.....	40
Figura n. 3: Movimento da Comunidade Dom Antônio Barbosa e as grandes lógicas.....	92

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto n. 1: Escola Municipal Pe. Tomaz Ghirardelli.....	44
Foto n. 2: Unidade Básica de Saúde – UBS Dr. Benjamin Asato.....	45
Foto n. 3: Vista Parcial do Bairro Dom Antônio Barbosa.....	47
Foto n. 4: Residência na Comunidade Dom Antônio Barbosa.....	52
Foto n. 5: Campo de Futebol – Comunidade Dom Antônio Barbosa.....	53
Foto n. 6: Compradores de materiais recicláveis na Comunidade Dom Antônio Barbosa.....	55
Foto n. 7: Moradores da Comunidade Dom Antônio na atividade de reciclagem.....	56
Foto n. 8: Associação de Moradores do Parque do Sol, Bairro limítrofe a Comunidade Dom Antônio Barbosa.....	63
Foto n. 9: Reunião com Lideranças da Comunidade Dom Antônio Barbosa/PNUD e COEP.....	90
Foto n. 10: Catadores no lixão de Campo Grande-MS	93
Foto n. 11: Vista Parcial do lixão de Campo Grande-MS.....	95
Foto n. 12: Moradia revestida por lona	96
Foto n. 13: Moradias recentes na Comunidade Dom Antônio Barbosa.....	97
Foto n. 14: Vista parcial dos moradores da Comunidade Dom Antônio Barbosa	97
Foto n. 15: Comércio na Comunidade Dom Antônio Barbosa	99
Foto n. 16: Opção de comércio na Comunidade Dom Antônio Barbosa	99

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico n. 1: Caracterização do gênero.....	49
Gráfico n. 2: Tempo de residência da família na área.....	51

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela n. 1: Remoção de Famílias com destino Dom Antônio Barbosa.....	42
Tabela n.2: Faixa etária da população.....	49
Tabela n. 3: Dados da ocupação dos moradores da Comunidade Dom Antônio Barbosa.....	50

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMDAB – Associação de Moradores do Bairro Dom Antônio Barbosa
BRASIL Telecom – Empresa de telefonia de Mato Grosso do Sul
CECAF – Centro de Capacitação e Formação Profissional CECAF/Parque do Sol
CEINF – Serviços de Atendimento em Educação Infantil
CMDU – Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano
COEP – Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida
COOPERVIDA – Cooperativa dos Agentes Recicladores Vida Nova
EMHA – Empresa Municipal de Habitação
ENERSUL – Empresa de Energia Elétrica de Mato Grosso do Sul
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibiss-CO – Instituto Brasileiro de Inovações Pró-Sociedade Saudável do Centro-Oeste
IPCA/ano – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (ano)
IPTU – Imposto Predial, Territorial e Urbano
MOVA - Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos – Brasil Alfabetizado-MS
PBE – Programa de Bolsa Escola
PDE – Plano de Desenvolvimento da Escola
PLANURB – Instituto Municipal de Planejamento Urbano e de Meio Ambiente
PMCG – Prefeitura Municipal de Campo Grande
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência
SAMUR - Serviço de Assistência Médica de Urgência
SANESUL – Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul
SESOP – Secretaria Municipal de Serviços e Obras Públicas
UBS – Unidade Básica de Saúde
UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFIR/ano – Unidade Fiscal de Referência (ano)
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	19
1.1 REFERENCIAIS TEÓRICOS	19
1.1.1 Desenvolvimento Local	19
1.1.2 Comunidade	23
1.1.3 Potencialidades, Facilidades e Dificuldades	27
1.1.4 Território e Territorialidade	29
1.1.5 Perspectivas no contexto do objetivo	31
1.1.6 Comunitarização para Desenvolvimento Local	32
1.1.7 Participação	33
1.1.8 Associação-cooperação	35
2 INFORMAÇÕES SOBRE A COMUNIDADE	38
2.1 TERRITORIALIDADE DA COMUNIDADE DOM ANTÔNIO BARBOSA	38
2.1.1 Histórico e infra-estrutura	41
2.1.2 A dimensão da infra-estrutura do território construído	43
2.2 DIMENSÃO ECONÔMICA DO TERRITÓRIO	45
3 POTENCIALIDADES, COMUNIDADE E PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	48
3.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	48
3.1.1 Condições gerais da população	49
3.1.2 Caracterização da moradia	51
3.1.3 Infra-estrutura e serviços públicos	52
3.1.4 Apoio ao desenvolvimento social	54
3.1.5 Famílias que vivem da coleta do lixo urbano	55
3.2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	58

3.3 PERCEPÇÕES DOS AGENTES EXTERNOS	58
3.3.1 Prefeito Municipal à época	59
3.3.2 Coordenadora do Centro de Capacitação e Formação Profissional	60
3.3.3 Presidente da Associação de Moradores do Parque do Sol	62
3.3.4 Engenheiro Civil da Secretaria Municipal de Serviços e Obras Públicas – 1	63
3.3.5 Engenheiro Civil da Secretaria Municipal de Serviços e Obras Públicas – 2	65
3.3.6 Funcionária da Empresa Municipal de Habitação	66
3.3.7 Diretor da Cooperativa dos Agentes Recicladores Vida Nova	67
3.3.8 Diretora da Escola Municipal Pe. Tomaz Ghirardelli	68
3.4 PERCEPÇÕES DOS AGENTES INTERNOS	70
3.4.1 Conselheira do Conselho Regional da Região Urbana do Anhanduizinho	70
3.4.2 Presidente do Clube Esperança da Terceira Idade	72
3.4.3 Presidente da Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Pe. Tomaz Ghirardelli	73
3.4.4 Presidente da Federação dos Moradores de Mato Grosso do Sul	75
3.4.5 Presidente da Associação de Moradores	77
4 RELAÇÃO ENTRE A COMUNIDADE E O DESENVOLVIMENTO LOCAL	79
4.1 NO PRIMA DAS POTENCIALIDADES E PERSPECTIVAS DIAGNOSTICADAS	79
4.2 NO PRISMA DAS DIFICULDADES E INTERFERÊNCIAS DIAGNOSTICADAS	81
4.3 NO PRISMA DAS FACILIDADES E PERSPECTIVAS DIAGNOSTICADAS	83
5 DESTAQUES SOBRE POTENCIALIDADES PARA: COMUNITARIZAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E ASSOCIAÇÃO-COOPERAÇÃO	84
5.1 EM TERMOS DE “GRANDE COMUNIDADE DE SOBREVIVÊNCIA”	84
5.2 EM TERMOS DE “COMUNIDADES ESPECÍFICAS”	86
5.3 PARTICIPAÇÃO NO CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS	101
APÊNDICES	104
ANEXOS	129

INTRODUÇÃO

O rápido processo de urbanização por que tem passado o Brasil nos últimos anos vem gerando problemas inerentes ao crescimento urbano, dentre os quais a geração de “lixo” ocupa posição de destaque e preocupação dos órgãos da administração pública.

Na maioria das vezes, o tratamento dos resíduos urbanos provoca deseconomias no sistema público, principalmente pela ociosidade de recursos humanos e materiais que são empregados para solução de parte deste problema. Apenas a racionalização do emprego dos recursos alocados pelas administrações no trato da limpeza pública não se apresenta suficiente para a obtenção de altos padrões de atendimento e de qualidade dos serviços executados.

Acrescente-se a tudo isto a forma negativa de abordagem dos problemas da limpeza pública que fatalmente são relegados a um segundo plano, quer pelas administrações públicas, quer pelos próprios munícipes.

A cidade de Campo Grande, capital do Estado de Mato Grosso do Sul, com uma população de 734.164 habitantes distribuídos em 8.096 km², produz de 560 a 600 ton/dia¹ de lixo, com aproximadamente 0,70 kg de produção per capita. O lixo é coletado e disposto no “lixão”, localizado na região sul da cidade, próximo do córrego Anhanduizinho, no Anel Viário, BR-060/MS.

Os debates e as discussões acerca do lixo em Campo Grande-MS são constantes. Observa-se a preocupação com implantação de aterro sanitário e programas de coleta seletiva, sobre o que, até o presente momento, não se obteve sucesso.

No entanto, neste estudo foram observados catadores que buscam, no lixão, a sobrevivência. Parte desses trabalhadores reside na comunidade Dom Antônio Barbosa, um loteamento próximo do lixão, que faz desta atividade uma rotina de trabalho.

Este estudo faz parte do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local, da Universidade Católica Dom Bosco-UCDB, do “Grupo de Pesquisa Essência Constitutiva de

¹ Dado fornecido pela empresa Engenharia Ambiental, Campo Grande-MS, em agosto de 2.006.

Comunidade no Prisma do Desenvolvimento Local” cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq, em Brasília-DF. Objetiva estudo de como se organizam e funcionam diferentes formas e performances “comunitárias”, face às características típicas de “comunidades”, no contexto da essência conceitual do Desenvolvimento Local.

Com esta investigação, a problemática identificada foi: **é possível haver relação entre a atividade de catar, selecionar e preparar lixo urbano para reaproveitamento, exercida por uma comunidade, como é o caso da Comunidade Dom Antônio Barbosa, e a criação de autênticas perspectivas para o Desenvolvimento Local dessa mesma comunidade.**

Para tanto, o objetivo da pesquisa consiste em: **diagnosticar e analisar potencialidades e perspectivas da Comunidade Dom Antônio Barbosa, constituída, em sua grande maioria, por catadores de lixo urbano, tendo em vista o Desenvolvimento Local.**

Do conhecimento teórico-conceitual e metodológico, o Desenvolvimento Local foi abordado como proposta, pela qual se pretende verificar as performances da comunidade, sua vocação econômica e o desabrochamento das capacidades, competências e habilidades, considerando que os catadores possuem, em sua experiência cotidiana, as interfaces pertinentes à “cata”. A pesquisa investigou a intencionalidade desses trabalhadores para o estabelecimento de um sistema de cooperação e associativismo, visando ao conhecimento empírico e teórico do autodesenvolvimento de grupos que se mobilizem e se organizem, vez que o Desenvolvimento Local pressupõe metabolização e conseqüente endogeneização do referencial teórico desse conhecimento.

A metodologia utilizada na estruturação deste estudo caracterizou-se por pesquisa qualitativo-descritiva.

Minayo (2000, p. 21) descreveu que: “[...] a pesquisa qualitativa se preocupa com um nível de realidade que não pode ser qualificado, [...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes”, o que corresponde a um “espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização das variáveis”.

Cavalcanti (1995, p. 287) destacou que “[...] o método de pesquisa qualitativa propõe que o investigador veja o mundo através dos olhos dos atores que o interagem, e dos

significados que estes atribuem às situações sobre as quais agem”. A pesquisa qualitativo-descritiva procura reduzir a distância entre teoria e dados, contexto e ação, usando a lógica da análise fenomenológica, que é a compreensão dos fenômenos pela sua descrição e interpretação.

Gil (2006, p. 32-3) analisou que “[...] o intento da fenomenologia é, pois, o de proporcionar uma descrição direta da experiência tal como ela é, sem nenhuma consideração acerca de sua gênese psicológica e das explicações causais que os especialistas podem dar”. A fenomenologia propõe que o mundo seja criado pela consciência e pelo reconhecimento da importância do sujeito no processo da construção do conhecimento.

Os dados, para serem interpretados e observados de forma plena, em características específicas do estilo de vida, tiveram que ser categorizados [organizados por categorias semelhantes], para que depois se processasse a análise de conteúdo que, “[...] em sua história mais recente, isto é, enquanto técnica de tratamento dos dados considerada cientificamente, é caudatária das metodologias quantitativas, buscando sua lógica na interpretação cifrada do material de caráter qualitativo” (MINAYO, 2000, p. 202). Procedeu-se à organização dos dados por características mais amplas: hábitos e costumes, que somados, indicaram um padrão e estilo, para que, em seguida, fossem agrupados e categorizados.

Para a coleta de dados foi utilizada a aplicação de formulários e a realização de entrevistas semi-estruturadas. Foram aplicados vinte formulários (Apêndice A) e realizadas treze entrevistas semi-estruturadas (Apêndice B), das quais oito envolvendo agentes externos e cinco envolvendo agentes internos.

Os agentes externos, escolhidos aleatoriamente, foram aqueles que contribuíram com sua visão como participantes exógenos à comunidade, enquanto que os agentes internos selecionados caracterizaram-se como principais líderes locais, desempenhando papel de relevância junto à comunidade.

Adotou-se como princípio de classificação o estabelecimento de categorias, as potencialidades, dificuldades, facilidades, agentes internos e externos para relatar os dados das entrevistas.

O estabelecimento de categorias referem-se às respostas fornecidas pelos agentes pesquisados, tendem a ser variadas. Para que essas respostas possam ser adequadamente analisadas, torna-se necessário, portanto, organizá-las, o que é feito mediante o seu agrupamento em certo número de categorias (GIL, 2006, p. 169).

Os dados coletados foram analisados e agrupados por categorias de análises: potencialidades, dificuldades, facilidades, agentes internos e externos, à luz do referencial

teórico abordado pela pesquisa. De acordo com Minayo (1994, p. 70), “[...] as categorias são empregadas para estabelecer classificações”. Nesse sentido, trabalhar com elas significa agrupar elementos, idéias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger tudo isso. Pôde-se fazer um comparativo tendo por base os referenciais teóricos, em que a potencialidade foi discutida pelos seguintes enfoques: perspectiva de comunitarização para o Desenvolvimento Local e participação, associação e cooperativa.

Por este prisma, este trabalho está estruturado em cinco capítulos.

O capítulo 1 apresenta a Fundamentação Teórica, que retrata o estudo bibliográfico de conceitos relevantes na fundamentação das análises, embasado na discussão das idéias sobre Desenvolvimento Local, comunidade, potencialidades, facilidades e dificuldades, território e territorialidade, perspectivas no contexto do objetivo, comunitarização para o Desenvolvimento Local, participação e associação-cooperação, com vistas a subsidiar a análise das potencialidades e perspectivas de Desenvolvimento Local.

No capítulo 2 encontram-se informações sobre a comunidade, pela caracterização da comunidade Dom Antônio Barbosa, histórico, infra-estrutura, descrição ambiental e economia urbana.

O capítulo 3 se destinou à apresentação dos resultados do formulário aplicado e descrição das entrevistas realizadas com os agentes, bem como a análise interpretativa das potencialidades, dificuldades e facilidades existentes na comunidade, do seu pensamento em relação às perspectivas de Desenvolvimento Local, preparando o Capítulo 4.

No capítulo 4 se analisa diretamente a relação Comunidade *versus* Desenvolvimento Local, com base nas potencialidades, dificuldades, facilidades e perspectivas diagnosticadas no capítulo 3.

O Capítulo 5 enfoca destaques especificamente sobre potencialidades para: comunitarização, participação e associação-cooperação, no contexto do Desenvolvimento Local.

Finalmente, as considerações finais apresentam as grandes lógicas que podem sugerir futuros trabalhos que possam complementar, referendar e ou desenvolver estudos afins.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 REFERENCIAIS TEÓRICOS

Este capítulo tem como intenção abordar os referenciais teóricos, bases conceituais e metodológicas de que trata o estudo bibliográfico de conceitos relevantes na fundamentação das análises, na construção e discussão das idéias.

A investigação bibliográfica iniciou-se com a organização dos conteúdos, coleta de artigos a respeito dos temas, seleção e classificação do material bibliográfico e documental, seguida da leitura e análise detalhada do material escolhido.

1.1.1 Desenvolvimento Local

Na economia, o conceito de Desenvolvimento Local de Bastos (1999, p.142) reportou que: “[...] o desenvolvimento tem significado de qualidade, capacidade de crescer, estando diretamente ligado ou dependente do capital social e humano das comunidades, implicando transformações”, e etimologicamente, “[...] a noção de desenvolvimento remete à supressão de obstáculos e à realização das potencialidades”.

Deste conceito, entende-se que, para ocorrerem transformações, são necessárias ações locais da comunidade, dos agentes internos e dos agentes externos que participam das atividades vivenciadas no seu cotidiano, os quais procuram meios para a sobrevivência e para o sustento.

Ávila² (2000, p. 71) ampliou esse conceito de desenvolvimento local, extrapolando a conjuntura econômica:

² As citações sobre Desenvolvimento Local deste autor (ao longo das páginas que se seguem) se devem a que tais teorias já foram amplamente analisadas, comparadas e discutidas em todo o curso dos já transcorridos dezoito meses de vinculação desta pesquisadora com o Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Desenvolvimento Local. Portanto, o norteamto teórico da presente pesquisa se remete fundamentalmente a essas teorias, pela adequação entre seus eixos conceituais e os objetivos e variáveis da investigação em pauta.

[...] o desenvolvimento local constitui esperançosa novidade exatamente porque talvez represente, no momento, a única proposta de progresso integral, em nível concretamente local, capaz de despertar e impulsionar a própria comunidade localizada a se desenvolver social, cultural, econômica e ecossistemicamente, na condição de sujeito e não de mero objeto de seu próprio progresso.

Dessa forma, o Desenvolvimento Local requer uma nova maneira de pensar da comunidade, em que os meios de experimentação abrem novos caminhos, surgindo assim as mudanças e, conseqüentemente, as modificações dos padrões de vida.

Ávila (2003, p.19-1) destacou que:

Uma coisa que pode ser feita gradativamente enquanto Desenvolvimento Local por qualquer povo, deste que em regime democrático, através de suas comunidades concretamente localizadas: sensibilizar-se, mobilizar-se e organizar-se para a geração gradativamente cooperativa de seu próprio bem estar de base, como o desvelamento de auto-estima, o cultivo da auto-confiança e o tornar-se capaz, competente e hábil para discernir e buscar tanto suas próprias alternativas de rumos sócio-pessoais futuros quanto soluções possíveis, no seu âmbito ou fora dele, para seus mais imediatos problemas, necessidades de aspirações. E isso sempre a partir daquilo que estiver ao seu alcance (principalmente o conhecimento e o aproveitamento de suas reais peculiaridades e potencialidades), bem como dos simples para o complexo e do mais para o menos comunitariamente necessário.

A compreensão do Desenvolvimento Local requer um processo educativo; não basta ter melhores estradas, água pura e outras vantagens. É necessário que o desenvolvimento local seja alcançado pelo despertar das capacidades, competências e habilidades de desenvolvimento, por meio de um trabalho realizado entre corações e mentes dos povos.

Segundo Dowbor (2005, p. 1), só é aceitável uma visão de desenvolvimento que:

[...] coloque o ser humano e os interesses coletivos e das maiorias como ponto central, convergindo para a possibilidade de potencialização das capacidades de todos os indivíduos. Dessa forma, não é possível deixar de considerar fatores como qualidade de vida, socialização do poder, distribuição da renda e democratização do acesso aos serviços públicos e aos bens culturais e aos benefícios da tecnologia. Ou seja, não é aceitável um desenvolvimento que não esteja baseado na consolidação e extensão de direitos iguais para todos os grupos da sociedade.

Para as pessoas que vivem na comunidade Dom Antônio Barbosa, uma das vertentes mais significativas tem sido as atividades relacionadas ao “lixo urbano”. Apresenta diversas conotações, e está ligado aos níveis psicológico, econômico, ecológico e sócio-político. De acordo com os níveis, as pessoas enquadram o lixo de forma negativa. A

necessidade de a comunidade começar a se organizar de forma solidária foi motivo para demonstrar dinamismo nas atividades econômicas locais, para organizar e equalizar a distribuição de renda.

A importância da concepção de comunidade está em salientar e desencadear o processo de Desenvolvimento Local. Para isso é necessário contar com a iniciativa das pessoas, os chamados agentes internos, no qual a comunidade-localidade assuma a implantação do programa de desenvolvimento, descobrindo e aproveitando as potencialidades do local para o progresso do mesmo.

A criação de uma cultura local suscetível a receber ou originar inovação, informação e conscientização em uma comunidade parte de campanhas informativas. O interesse de grupos locais interessados em práticas inovadoras metaboliza suas idéias (input) e as coloca para fora (output). A relação entre a comunidade e os institutos e órgãos de pesquisa criam sinergia. Todos participam do processo de Desenvolvimento Local. “[...] Nesta visão, o Desenvolvimento Local aparece com um desabrochamento de capacidades, competências e habilidades de gestão das próprias condições e qualidade de vida, metabolizando comunitariamente as participações efetivamente contributivas dos agentes externos” (ÁVILA, 2000, p. 72-3).

Para que aconteça o Desenvolvimento Local, tem-se que a descoberta das potencialidades, a participação e o sentimento de pertença da comunidade constituem parte intrínseca no processo. As relações pessoais e espaciais são importantes para que o sujeito se sinta parte da comunidade. O envolvimento afetivo é fortalecido pela auto-estima e pela valorização das pessoas e do meio, com base no planejamento e na execução conjunta de ações em prol da comunidade.

O Desenvolvimento Local valoriza o local, propõe estabelecer uma relação de mútuo fortalecimento com a identidade cultural e comunitária, rede de solidariedade e gestão democrática.

No contexto local, a expressão Desenvolvimento Local encontra concepções distintas, conforme os conceitos de autores que se seguem.

López (1991, p. 42) destacou:

Quando falamos de local, estamos nos referindo a um espaço, a uma superfície territorial de dimensões razoáveis para o desenvolvimento da vida, com uma identidade que o distingue de outros espaços e de outros territórios e no qual as pessoas conduzem sua vida cotidiana: habitam, se relacionam,

trabalham, compartilham normas, valores, costumes e representações simbólicas.

Neste sentido, há a necessidade de a comunidade começar a se organizar de forma solidária, com maior dinamismo nas atividades econômicas locais e lutar pela distribuição de renda, a fim de manter o equilíbrio necessário dentro da realidade global.

Guajardo (1988, p.84) enfatizou que:

Um território de identidade e de solidariedade, um cenário de reconhecimento cultural e de intersubjetividade é também um lugar de representações e práticas cotidianas. [...] Necessidades de construir toda dinâmica de desenvolvimento a partir de uma identidade cultural fundamentada sobre um território de identificação coletiva e de solidariedade concretas.

Esta maneira de entender local tem ênfases próprias. Guajardo (1988), por exemplo, acentuou os aspectos dinâmicos, contemplando comportamentos, lideranças, relações formais e informais, mobilização e cultura.

O espaço pode ser considerado como uma área delimitada, onde a vida acontece. Para Ávila (2000, p. 28), o espaço, tratando de Desenvolvimento Local, é o “Lugar mais ou menos bem delimitado, [...] formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistema de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”.

A história se retrata quando existem fatos e atos. Para tanto, devem existir as suas necessidades e potencialidades.

Para Verhelst (1992, p. 2-3):

[...] o estudo de suas necessidades e potencialidades devem substituir uma reflexão proveniente de uma mentalidade assistencial, mais ou menos paternalista, enraizada no passado, não se avalia mais um projeto de desenvolvimento sem que ele seja situado em seu contexto específico; o apoio solicitado só será concedido, se ele contribuir para libertar homens e mulheres das estruturas que os exploram ou os oprimem.

Com base nos conceitos compulsados, confirma-se a idéia de que o Desenvolvimento Local se concretizará por meio do enriquecimento das potencialidades, qualidade estratégica para o desenvolvimento da comunidade, pela comunidade.

1.1.2 Comunidade

Será abordado o tema Comunidade sobre dois aspectos:

a) Comunidade Geral

Os conceitos sobre “comunidade”, conforme o vocabulário técnico e científico da filosofia, Lalande (1999, p. 178) manifestou a idéia de: “Comunidade” [...] (no sentido de “sociedade”, Gemeinde) [...] Característica daquilo que é comum. [...] relação social que consiste em que os bens, materiais ou espirituais, são possuídos em comum [...] A comunidade das mulheres e das crianças”. Para Platão; “o regime de comunhão, oposto, no direito matrimonial, à separação dos bens ou ao regime dotal; uma perfeita comunidade de sentimentos”. Grupo social caracterizado pelo fato de viver em conjunto, com bens ou recursos que não são propriedade individual.

Ferdinand Tönnies (apud Gemeinschaft and Gerssellschaft, 1887, 1919) opôs outro sentido de comunidade e sociedade.

É comunidade o que nas criações do pensamento ou da representação social dos homens é natural ou espontâneo; *sociedade* tudo o que é efeito da arte (no sentido de técnica social, organizada)... Tal é, por exemplo, a diferença entre a troca e o comércio, a hospitalidade amigável e a indústria hoteleira, a produção exercida pelas necessidades do produtor e a produção capitalista.

Gemeinschaft and Gessellschaft (1887, 1919) conceituaram comunidade como os atos de hostilidade ou de socorro mútuo determinados por relações permanentes e preexistentes, tais como o parentesco, a sujeição política: há “sociedade”, pelo contrário, se esses mesmos atos são ditados pela reciprocidade que se obtém ou se consegue, destes ou daqueles indivíduos.

A comunidade é formada por um grupo ou agrupamento de indivíduos com interesses e necessidades comuns ou semelhantes, cujo relacionamento primário é sua principal característica em termos de convivência e articulação entre os seus membros. “A comunidade se configura por grupos de pessoas que se convergem, articulam e interagem através de relacionamentos primários” (Ávila, 2000, p. 31).

Comunidade, no conceito de Nisbet (1978, p. 47),

[...] abrange todas as formas de relacionamento caracterizadas por um grau elevado de intimidade pessoal, profundidade emocional, engajamento moral,

coersão social e continuidade no tempo. A comunidade encontra seu fundamento no homem visto em sua totalidade e não neste ou naquele papel que possa desempenhar na ordem social, encarada separadamente. Sua força psicológica deriva duma motivação mais profunda que a da volição ou do interesse e realiza-se na fusão de vontades individuais que seria impossível numa união que se fundasse na mera conveniência ou em elementos de racionalidade. A comunidade é a fusão do sentimento e do pensamento, da tradição e da ligação intencional, da participação e da volição. Pode ser identificada, ou encontrar sua expressão simbólica na religião, na nação, na raça, na profissão, nas cruzadas. Seu protótipo, tanto histórico como simbólico, é a família, cuja nomenclatura ocupa lugar predominante em quase todos os tipos autênticos de comunidade. [...]. Face ao seu caráter relativamente impessoal e anônimo, essas relações evidenciam a estreita ligação pessoal que prevalece na comunidade.

Desta forma, comunidade não pode ser entendida com suas características relacionais apenas nos aspectos primários e secundários, pois a dinamicidade das relações se dá em locais, espaços e territórios materializados por meio das diferentes territorialidades.

Para Ferreira Neto (1987, p. 9) sempre que em determinado espaço geográfico os indivíduos se conhecem, possuem interesses comuns, analisam juntos seus problemas e põem em comum os seus recursos para resolvê-los, seguramente aí há uma comunidade, que “[...] é, por conseguinte, reunião total de idéias, interesses e recursos, em determinado espaço geográfico em que pessoas interagem buscando soluções dos seus problemas para a realização do bem comum”.

Ávila (2000, p. 70-3) descreveu que,

[...] a comunidade média ideal para efeito do desenvolvimento local é aquela *stricto sensu* em que haja certa (não exagerada) preponderância dos relacionamentos primários e secundários ou no máximo se constate o equilíbrio entre essas duas categorias: a localidade demasiadamente primarizada é muito conservadora e fechada, tendendo a se manter no isolamento; e a muito secundarizada já se encontra esfacelada em termos de seus comuns sentimentos, interesses, objetivos, perfis de identidade e outros laços de coesão espontânea, sem os quais o desenvolvimento não emergirá de dentro para fora da própria comunidade, mesmo que à semelhança de nascimento por parto induzido, no qual os agentes e fatores externos não extrapolem os papéis de apenas indutores.

Ávila (2000, p. 36) estabeleceu a relação ao dimensionamento de comunidade-localidade para efeito de implantação e implementação de políticas e programas de Desenvolvimento Local, no que se refere à equilibrção entre “*relacionamentos primários*” e “*relacionamentos secundários*”.

Cabe à comunidade encontrar as alternativas de participação com o escopo de transformar suas idéias e criar soluções para os problemas básicos com iniciativas locais naturais de autodesenvolvimento.

O envolvimento da comunidade é fundamental no processo de aproveitamento de potenciais. A ansiedade em descobrir ações da comunidade, como forma de melhor aplicação das potencialidades deve estar sempre presente, haja vista que as dificuldades e os recursos podem também surgir no mesmo local ou vir de fora, sempre dependendo da aceitação e das iniciativas locais.

b) “Comunidade de sobrevivência”

A comunidade, objeto de estudo, pode ser enquadrada na concepção de “comunidade de sobrevivência”, quando se lança mão das interpretações dadas por Meyer-Stamer (2001) aos estudos realizados por ele sobre agrupamento de empresas, o chamado *cluster*³, identificando entre tais agrupamentos o que chamou de “*cluster* de sobrevivência” e que pela sua natureza, seriam mais difíceis de serem mobilizados para o desenvolvimento local.

Para Meyer-Stamer (2001) essa categoria de “*cluster* de sobrevivência” seria atribuída a uma aglomeração de micro-empresendimentos de subsistência, típicos do chamado setor informal, com algumas características básicas. São atividades que atraem somente aqueles que têm falta de outra opção de obtenção de renda e os seus praticantes são vistos socialmente como alguém que não teve sucesso no mercado. E, portanto, essa marca atribuída socialmente, não favorece expectativas de crescimento com a atividade, predominando a entrada e saída constante dos atores. O tipo de atividade exercida não tende a se especializar e, o mais comum é que todos produzam a mesma coisa. Também, a solidariedade e o nível de confiança entre os atores tendem a ser muito baixo. Cada um busca copiar o sucesso do concorrente vizinho e praticar preços mais baixos, conduzindo a aglomeração a uma concorrência totalmente ruinosa, nociva a todos. O difícil é romper esse ciclo vicioso e a grande questão é como estabelecer condições mais favoráveis para a mobilização dessa comunidade (ou agrupamento?) que conduza ao seu desenvolvimento.

³ O cluster é um termo que o autor buscou em Michael Porter, visto por este como um modelo estrutural de desenvolvimento local, se devidamente promovido.

Desse modo, uma “comunidade de sobrevivência” apresentaria elementos frágeis para considerá-la com potenciais para encontrarem alternativas criativas que as conduzissem às soluções de seus problemas básicos.

Bourdieu (1992, p. 7) afirmou que: “[...] A posição de um indivíduo ou de um grupo na estrutura social não pode jamais ser definida apenas de um ponto de vista estritamente estático, isto é, como posição relativa (“superior”, “média” ou “inferior”) numa dada estrutura e num dado momento.

Meyer-Stamer (2001, p. 9) defende a idéia de que :

[...] a elevação do nível de competência das empresas poderia levar à especialização de algumas delas em certos produtos ou processos operacionais, criando condições para a divisão de trabalho funcional entre as empresas. [...] Se um mediador – como uma associação ou uma instituição de promoção de microempresas – conseguir iniciar um processo de interação entre as empresas, o resultado poderá ser a acumulação de capital social e, com o tempo, a presença desse mediador tenderá a ser cada vez menos necessária.

A realidade de cluster de sobrevivência na Comunidade Dom Antônio Barbosa se organiza com a perspectiva de levar em consideração o que Meyer-Stamer coloca como seria o triângulo do desenvolvimento local sustentável, demonstrado na figura n.1.

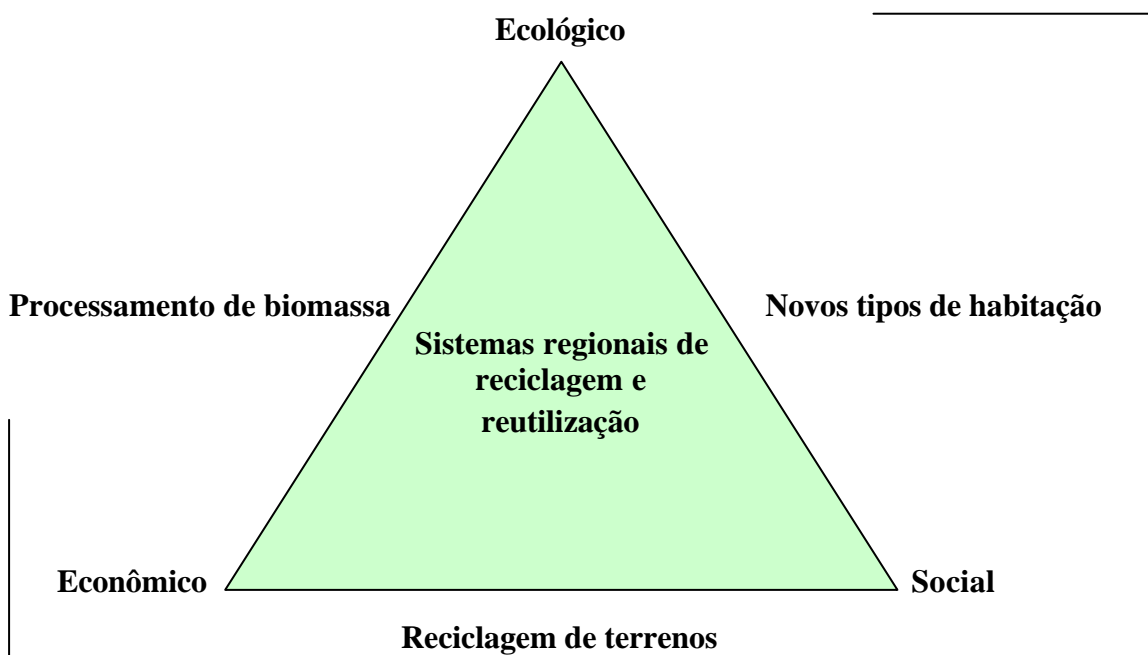


Figura n. 1: Triângulo do Desenvolvimento Local Sustentável.

Fonte: MEYER-STAMER, J. Estratégias de desenvolvimento local e regional: cluster, política de localização e competitividade sistêmica. *Policy Paper*, n. 28, set/2001.

Meyer-Stamer (2001, p. 18) apontou para a idéia de que,

O triângulo do desenvolvimento sustentável, que tem como pontos de referência o desenvolvimento ecológico, econômico e social, de vez em quando se consegue interligar esses pontos, como a criação de estruturas economicamente sustentáveis, baseadas no potencial de biomassa existente, tendo em vista novos empreendedores e empregos para aquele que, de outro modo, dificilmente teriam lugar no mercado de trabalho.

Ainda para Meyer-Stamer (2001, p. 19), “[...] não faltam instrumentos para o desenvolvimento local e regional. Difícil é saber se num determinado lugar há condições para se aplicar tais instrumentos.

Segundo as análises de Abreu (2001), “[...] os catadores de lixões e de ruas são responsáveis por 90% do material que alimenta as indústrias de reciclagem no país e possuem habilidade para identificar, coletar, separar e vender os recicláveis, tornando-se capazes de gerar renda e novas condições de vida a partir de suas próprias experiências”.

Le Bourlegat (apud SANTOS, 2000, p. 9) contemplou que “[...] a espacialidade do lixo é avaliada do ponto de vista dos fluxos ritmados, causados pelo deslocamento dos locais gerados para os de acondicionamento e dos vários agentes envolvidos nessas relações, de modo a se obter espaço do lixo de Campo Grande”.

Dessa forma, a localização do loteamento Dom Antônio Barbosa se enquadra em uma visão de competitividade sistêmica no nível micro, das quais as atividades realizadas criam cooperação formal e informal, com alianças de aprendizagem conjunta.

1.1.3 Potencialidades, Facilidades e Dificuldades

A comunidade participa no processo de concepção e gestão do seu desenvolvimento por meio das suas próprias potencialidades, e para um melhor entendimento conceituam-se potencialidades como:

- a) Potência é a real capacidade, porém em estado virtual, de todos e quaisquer entes concretos, que compõem a natureza do universo, de poderem ser no todo, em parte ou de alguma forma algo que ainda não o são de fato.
- b) Potencial é a idéia, mais ou menos explícita, que se tem a respeito do cabedal dimensional de potências concernentes a elementos concretos que compõem o universo, individualizado ou agrupadamente de acordo com as naturezas e os tipos dos mesmos. [...].

c) Potencialidade é o termo que expressa a idéia de precisão, mais ou menos aprimorada, de cada capacidade de ser, que integra o dimensionamento potencial acima referido, em termos de características, essência, qualidade, estado, situação e/ou quantidade da mesma. [...].

d) Ato, como vimos atrás, é o real estado no qual os seres são o que são. Ou, em relação inversa à potência, é o resultante e real estado da efetiva concretização da capacidade de cada ente constituinte do universo ser o que de fato é (ÁVILA, 2000, p. 58-9).

O mecanismo de revelar os fatores que levam ao desenvolvimento deve partir da comunidade, por ações integradas, nas quais as pessoas adquiram capacidade de transformação e movimentos endógenos que contribuirão para o despertar das potencialidades.

Ávila (2000, p. 62-3) relatou que as potencialidades no âmbito do desenvolvimento local devem levar em consideração alguns aspectos referenciais de fundo, como:

1º - O autêntico conceito de *desenvolvimento local* implica necessariamente a detecção e explicitação tanto das estritas *potencialidades locais de desenvolvimento* quanto de *condições* ou meios, endógenos e exógenos à dimensão local, evidentemente também com *potencialidades locais de desenvolvimento* do estado de latência para o de ser em ato da respectiva localidade, aqui entendida como ente coletivo, mas efetivamente constituída por entes particulares, como pessoas, animais, componentes ambientais, etc., ou seja, a localidade é uma entidade piramidal com base formada por entes particulares e vértice por ente coletivizado em torno de sentimentos, objetivos, problemas, características, necessidades, conveniências e/ ou aspirações comuns.

2º - O autêntico *desenvolvimento local* só se efetivará se, no âmbito da respectiva *localidade*, a evolução das *potencialidades-condições* (concernentes a meios e recursos, naturais ou artificiais) se posicionar estrategicamente como subsídio mediador-reator da evolução das *potencialidades da comunidade localizada* como alvo e razão de ser centrais, dado que transformações de potenciais naturais (ou artificiais) em pontos turísticos, fontes de energia, etc., não significam em si mesmos *desenvolvimento local*: o conceito de *local* implica o de *comunidade localizada*, a qual, em verdade, é que deve assumir progressivamente os rumos, as rédeas, os compromissos e as responsabilidades concernentes ao desenvolvimento de toda a localidade, com a ajuda de *condições-meios* tanto internas quanto externas, aí incluídos os chamados *agentes* de desenvolvimento.

As transformações ocorrem em equidade, nas quais a comunidade interage o seu interesse de maneira natural, realizando-se fluentemente, a partir dos diferentes fatos humanos, econômicos, técnicos, sociais e materiais, com a participação das influências internas e externas, surgindo desta forma os agentes da localidade. O agente é que faz a identidade do local e passa a ser figura central no processo de desenvolvimento.

Ávila (2000, p. 67), referiu que:

[...] o *agente de desenvolvimento local* de fato age (do verbo agir), mas com finalidade, função e compromisso exclusivos de *agenciador/intermediador* (do verbo agenciar) na direção comunidade -> desenvolvimento (e não na inversa: desenvolvimento -> comunidade), ou seja, trabalhando e influenciando para que a comunidade mesma desabroche capacidades, competências e habilidades de desenvolvimento, sem a imediatista pretensão de querer levar o desenvolvimento *para* a comunidade ou de querer erigir iniciativas desenvolvimentistas *na* comunidade, que não fluam de seu real estágio de cultura, condições e política de progresso coletivo.

A preocupação na busca das potencialidades está sempre presente na comunidade, haja vista que as condições mínimas de padrão de vida e bem-estar social estão relacionadas com a manutenção e conservação do que já existe e também com a busca de alternativas para descobrir os potenciais, cuja finalidade é oportunizar melhorias.

Houaiss (2001, p. 1.038) manifestou que “[...] dificuldade é qualidade ou caráter do que é difícil ou torna uma coisa difícil, custosa, árdua, aquilo que age contra, oposição, dúvida, inquietação moral, coisa ou elemento complicado, complexo”.

Facilidade é a característica do que se faz sem dificuldade, ausência de obstáculos, disposição natural, aptidão, dom, demonstração de perícia, destreza, prontidão, oportunidade, possibilidade, meios para se conseguir algo, para se chegar a um fim, pronúnciação fácil, aptidão, boa disposição (HOUAISS, 2000, p. 1298).

1.1.4 Território e Territorialidade

No contexto territorial da Comunidade Dom Antônio Barbosa, a relação e significado de território encontra-se Mesquita (1995, p. 83-89) que afirma: “[...] território é o que é próximo, é o mais próximo de nós; é o que nos liga ao mundo”. O critério de proximidade não tem a ver com dimensões, mas com significado individual e social em que a territorialidade seria exatamente a “[...] projeção de nossa identidade sobre o território”. A autora fala em “[...] consciência territorial como consciência do lugar, do lócus da sociabilidade mais próxima vivida no cotidiano”.

No aporte de Santos (1994, p.16):

O território são formas, mas o território são objetos e ações, sinônimos de espaço humano, espaço habitado. [...] É a partir dessa realidade que encontramos no território, hoje, novos recortes, além da velha categoria região; e isso é um resultado da nova construção do espaço e do novo funcionamento do território, através daquilo que estou chamando de

horizontalidades e verticalidades. As horizontalidades serão os domínios da contigüidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais.

A parcela técnica da produção permite que as cidades locais ou regionais tenham certo controle sobre a porção de território que as rodeia. O território se reafirma pelo lugar e não só pelo novo fundamento do espaço e mesmo pelos novos fundamentalismos do território fragmentado, na forma de novos nacionalismos e novos localismos (SANTOS, 1994, p. 19).

Entre os pensadores brasileiros, no final do século XIX, está presente a idéia de território identificado aos limites de sua materialidade.

A cidade e os grandes vazios urbanos, conforme Santos (1993):

O próprio poder público torna-se criador privilegiado de escassez; estimula, assim, a especulação e fomenta a produção de espaços vazios dentro das cidades; incapaz de resolver o problema da habitação, empurra a maioria da população para as periferias; e empobrece ainda mais os mais pobres, forçados a pagar caro pelos precários transportes coletivos e a comprar caros bens de um consumo indispensável e serviços essenciais que o poder público não é capaz de oferecer.

O território é produzido dentro da racionalidade econômica imposta pelo global, um território urbanizado, construído à imagem e semelhança de outros territórios e interligados em rede ao sistema mundo. A produção do território em sociedade capitalista tem tido como marca a urbanização, a fragmentação e a privatização, concomitantemente, ao fazer parte do mesmo processo, possibilita a construção de um ideário de natureza e de lugar, diferente daquele construído até então. A complexidade desta produção territorial exige o repensar a produção e o consumo do espaço. Assim, território é produzido de acordo com a lógica da racionalidade econômica, contrariando os interesses sociais, culturais e ambientais.

Na opinião do grupo de estudos, “espaço e território constituem duas dimensões de um mesmo universo ou conjunto de realidade” (ÁVILA, 2000, p. 28). Além de que “território e espaço se complementam em um todo bidimensional, o primeiro como base de sustentação e delimitação geofísica para que o segundo emerja e flua com configurações próprias de dinamismos fenomenológicos, inclusive vitais, nos limites do primeiro” (ÁVILA, 2000, p. 30).

O território é uma base finita, delimitada, no qual há relações de poder e com materialidade própria. É um campo de poder constituído por uma teia ou redes sociais que, por sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, o limite, a alteridade. O uso do território inclui forma e conteúdo, ações humanas cada vez mais informatizadas.

Para Souza (2000, p. 78 e 86),

[...] o território, é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações do poder.[...] quais são as características geoecológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço. [...] será um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre “nós” (o grupo, os membros da coletividade ou “comunidade”, os insiders) e os “outros” (os de fora, os estranhos, os outsiders).

O território e espaço se complementam, quando tratados em conjunto. O primeiro como área física delimitada que abriga e sustenta o espaço e o segundo como lugar onde ocorrem as relações sociais.

Raffestin (1993, p. 144) afirmou que :

[...] praticamente reduz espaço ao espaço natural, enquanto que território de fato torna-se, automaticamente, quase que sinônimo de espaço social. [...] não chega a romper com a velha identificação do território com o seu substrato material. [...] o território não é substrato, o espaço social em si, mas sim um campo de forças, as relações de poder especialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial.

A territorialidade, no singular, remeteria a algo extremamente abstrato: aquilo que faz de qualquer território um território. De acordo com o que se disse, há poucas relações *de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial*. As territorialidades, no plural, significam os tipos gerais em que podem ser classificados os territórios conforme suas propriedades, dinâmicas, para exemplificar, territórios contínuos e territórios descontínuos singulares são representantes de duas territorialidades distintas, contínua e descontínua.

Territorialidade, para Raffestin (1993, p. 160) tem certo tipo de interação entre homem e espaço. Sempre há a interação entre seres humanos mediatizada pelo espaço.

1.1.5 Perspectivas no contexto do objetivo

Lalande (1999, p. 759) manifestou a idéia de que perspectiva é entendida por uma antecipação do futuro: projeto, esperança, ideal, ilusão, utopia. Este termo expressa o mesmo conceito designado por possibilidade, mas de um ponto de vista mais genérico e menos

compromissado, visto que podem ser perspectivas coisas que não têm consistência suficiente para serem possibilidades autênticas.

Por esse prisma, diagnosticar e analisar as potencialidades e perspectivas da Comunidade Dom Antônio Barbosa, constituída, em sua grande maioria, de catadores de lixo urbano, tendo em vista o Desenvolvimento Local, é o desafio desta pesquisa, considerando-se a importância do estudo de suas potencialidades.

1.1.6 Comunitarização para Desenvolvimento Local

A comunitarização para o Desenvolvimento Local, Participação e Associação-Cooperação torna-se imprescindível o entendimento dos conceitos, visto que se torna necessária a análise de como a comunidade participa no processo de concepção e gestão do seu desenvolvimento.

A comunitarização versa em transferir um domínio que, no quadro institucional, depende dos relacionamentos primários e secundários.

Segundo Ávila (2000, p. 72),

[...] os relacionamentos primários são mais profundos, intensos e numerosos nos âmbitos mais próximos, em termos das possibilidades de efetiva interação com as cotidianidades das pessoas e dos meios ambientes em que constroem as suas vidas, diluindo-se, generalizando-se e rarefazendo-se à medida que essas oportunidades vão se desconectando e distanciando das aludidas cotidianidades.

[...] os relacionamentos secundários, ao contrário dos “primários”, decorrem e se respaldam em regras formais (leis, regimentos, regulamentos, mores⁴ e quaisquer outros tipos de normas e decisões coletivas) de controle externo à personalidade de cada um gerando o princípio jurídico de que “todos são iguais perante a lei”, sabendo-se que “todos”, aqui, são os abrangidos pelas jurisdições das respectivas leis, normas e decisões de alcance coletivo, não importando se a coletividade seja pequena ou grande. Na verdade, os relacionamentos secundários derivam de regras externas (às individualidades) de coesão e controle de grupos sociais, do menor ao maior, as quais, uma vez explicitadas e oficializadas, conferem ao(s) respectivo(s) grupo(s) a configuração de “sociedade(s)”.

⁴ “Mores”, segundo Pierson (1968), são costumes cristalizados, consagrados e arraigados numa determinada coletividade com regras de convivência e controle social. Exemplos clássicos de *mores* eram os Dez Mandamentos para a antiga sociedade judaica, mas eles ainda existem por toda parte, muitos dos quais aos poucos se transformando em normas formais por regulamentação oficial (ÁVILA, 2000, p. 75).

Em tal contexto a melhor forma de assegurar a defesa do interesse geral dos cidadãos consiste em garantir que as instituições comunitárias exerçam plenamente o seu papel no processo de decisão.

Ávila (2005, p. 2) sustentou que entre performances de vida “em comunidade” e em “sociedade”, também há relação com Desenvolvimento Local. No primeiro caso, os indivíduos/cidadãos podem influir direta e incisivamente, por vezes até decidir, nos seus rumos, meios e métodos individuais e coletivos de vida, constituindo exercício de cidadania, embora nem sempre ocorra por falta de aptidões internas (capacidades, competências e habilidades) ou pelo esmagamento societariamente verticalizado.

Pelo mesmo viés, Ávila (2005, p. 4) apontou:

[...] no caso das performances de vida em “comunidade” e em teoria se possa até pensar nas coordenadas fundamentais de “comunidade média ideal” para efeito de Desenvolvimento Local, a expressão “comunidade ativada para Desenvolvimento Local” significa que, em termos concretos, ninguém achará por aí nenhuma “comunidade pronta para Desenvolvimento Local”, ou seja, poderá até se deparar com contingentes populacionais localizados (os caracterizados como “comunidades tradicionais” ou outros com menos vínculos “primários” de agregação) mais ou menos propícios a projetarem e assumirem o próprio desenvolvimento, mas jamais em condições ideais para tanto. Isso enseja a inferência, sem medo de erro, de que investir na “comunitarização” visando o Desenvolvimento Local já é real atitude implementadora do mesmo, na verdade em sua expressão mais importante, porque esse tipo de investimento uma vez iniciado nunca mais poderá ser interrompido, não importando se por consórcios de iniciativas e esforços de agentes externos e internos ou elevação da capacidade da auto-suficiência de permanente conquista pelos próprios agentes internos [grifos do autor].

Constitui, sem dúvida, situação de impasse, dado que o dirigismo externo bloqueia portas ao desenvolvimento de aptidões e se torna difícil pensar na superação do dirigismo externo sem que se desenvolva e exercite capacidade de aptidões. No entanto, o progressivo rompimento desse impasse é possível mediante a “comunitarização para Desenvolvimento Local”.

1.1.7 Participação

A participação permite a criação de canais e mecanismos de relação entre a sociedade civil e a esfera pública. Em uma visão mais dilatada, a participação pode estabelecer novos paradigmas nas relações entre o público e o privado, quando visa à tomada de decisões e à gestão local, donde o cidadão sai da condição de objeto para sujeito.

A participação acontece por meio da representação quando o povo elege seus representantes e transfere a estes a função de debates e decisões. No entanto, segundo Bursztyn (2001), “nem todos os atores conseguem se fazer representar pela representação. [...] ressalta a necessidade de ampliação dos mecanismos de democracia participativa sem supor a substituição de uma pela outra”.

Por meio da participação, os espaços públicos são ampliados, possibilitando a democracia e a efetiva cidadania. Há dirigentes que mascaram o processo democrático, visando à estabilidade e permanência no poder pela prática do populismo.

A participação é um processo consciente e conscientizador, em que os indivíduos exploram sua capacidade de desenvolver-se e de defesa de interesses individuais, coletivos e públicos.

Nos municípios de pequeno porte, são precárias as organizações e as cooperativas, bem como os recursos humanos qualificados para responder às demandas da população. A gestão é caracterizada por governança, comprometimento com a participação popular e amplas parcerias, em um cenário híbrido e contraditório, que se materializa por meio de redes.

Para Fischer (2002, p. 11):

[...] a gestão do desenvolvimento social enquanto gestão de redes, relações sociais, mutáveis e emergentes, afetada por estilos de pessoas e comportamento, pela história do gestor, pela capacidade de interação e por toda a subjetividade presente de relações humanas.

Um dos desafios cotidianos é a superação dos interesses individuais e opostos por meio de uma decisão consensual entre os sujeitos em benefício de todos; tem-se como exemplo o processo de planejamento participativo, a troca de experiências e de informações.

Em síntese, de acordo com Urquiza (2003, p. 11), tem-se:

[...] a efetiva participação da sociedade nos processos de tomada de decisões; a descentralização das ações determinantes da implementação de programas e projetos voltados para o desenvolvimento sustentável; e a assimilação de uma nova cultura, quanto à gestão da coisa pública por parte de dirigentes e servidores públicos.

A necessidade humana de participação, ou de ser protagonista de sua própria história, uma das necessidades não-materiais reconhecidas como contradição é resultante de um processo de transformação dirigido ao aumento da qualidade de vida de uma população.

Brandão (1990, p. 107) registrou que:

[...] as práticas das comunidades pertencentes aos setores mais carentes da sociedade, muitas vezes possibilitam o desenvolvimento de novas alternativas para solução dos seus problemas cotidianos, ou seja das práticas culturais populares às atividades normais/habituais e de grande difusão, que ocupam o tempo de vida fora do trabalho produtivo, podem criar dois estilos opostos de práticas cotidianos populares:

- o estilo *consumista*, adquirido através dos meios de comunicação de massa, que se caracteriza pela ação de receber tudo pronto, ou seja, como um mero expectador, sem alterar ou criticar os objetos;

- o estilo *produtivo-criativo*, que normalmente é caracterizado por uma ação transformadora sobre os objetos recebidos, isso ocorre através da realização, da criação, da descoberta ou da expressão. Entre um e outro estilo, podemos encontrar *práticas culturais intermediárias*, alguma coisa a meio caminho entre o deixar-se absorver por horas a fio frente à televisão e participar ativamente dos trabalhos de uma associação popular de bairro.

Tais referências permitem inferir a idéia de que a participação dos agentes tomadores de decisões locais é visualizada como parte intrínseca, essencial, para a obtenção do Desenvolvimento Local.

1.1.8 Associação-cooperação

O aporte teórico referente às condições e potencialidades associativo-cooperativas nas relações secundárias e de produção e comercialização partiu das conceituações de comunidade, em que Ávila (2000, p. 31-2) definiu que “[...] a *comunidade* se configura por grupos de pessoas que se convergem, articulam e interagem através de *relacionamentos primários* e a *sociedade* também se constitui de grupo de pessoas que se convergem, articulam e interagem só que, ao inverso da *comunidade*, por *relacionamentos secundários* (grifos do autor).

Os relacionamentos primários baseiam-se em contatos e vínculos que se estabelecem no cotidiano das pessoas, de forma espontânea e informal, possibilitando o conhecimento, a avaliação e o controle do vivido nos territórios relacionais. Sua materialização se dá de forma dinâmica e construtiva nas vizinhanças, bairros, cidades e regiões que visam estrategicamente incentivar as iniciativas de Desenvolvimento Local, respeitando sempre as peculiaridades das comunidades-localidades, bem como suas condições e potencialidades associativo-cooperativas. Já os relacionamentos secundários são gerados por normas, leis e regimentos que definem princípios jurídicos embasados no direito de que “todos são iguais perante a lei”, na perspectiva do coletivo.

Deste modo, Ávila (2000, p. 72) preceituou, fundamentalmente, “sociedade” (de qualquer tipo e tamanho), que se organiza e rege por “relacionamentos secundários” e “comunidade” (também de qualquer tipo e tamanho), por “relacionamentos primários”. Ressalta-se que os relacionamentos primários e secundários não possuem uma linha divisória, como habitualmente se tem para efeito didático/aprendizado, e sim, uma simultaneidade quando se trata de sociedade e comunidade.

Dessa forma, pode-se classificar o fenômeno “comunidade” sob a ótica *stricto sensu* e *lato sensu*, no qual a primeira se caracteriza pela quantidade, diversidade e importância dos relacionamentos primários sobre os secundários, até atingir o ponto de equilíbrio, enquanto que a segunda se configura do ponto de desequilíbrio, com preponderância aos relacionamentos secundários.

Quando se pensa o desenvolvimento, questiona-se a existência ou não de comunidade média ideal para efeito de Desenvolvimento Local, e os pontos de equilíbrio, dos relacionamentos primários e secundários com ênfase no desenvolvimento endógeno, que preconiza as potencialidades emergindo de dentro para fora da própria comunidade.

Ralph Panzutti e Geraldo Volpe (2000, p. 22) destacaram que:

[...] devido a esta visão, é que o cooperativismo tem um duplo caráter: o de sociedade de pessoas e o de empresa. Então, pode-se definir o que é cooperativa da seguinte forma:

Cooperativa é uma associação de pessoas, com três características básicas:

1. Propriedade cooperativa: significa que os usuários da cooperativa são os seus proprietários e não aqueles que detêm o capital;
2. Gestão cooperativa: implica concentração do poder decisório em mãos de associados;
3. Repartição cooperativa: significa que a distribuição de sobra da operativa (sobra líquida) é feita proporcionalmente à participação dos associados nas operações da mesma.

Viana (2002, p. 28) observou que:

[...] a cooperativa é extremamente dinâmica porque os sócios podem decidir tudo, é um processo de invenção. Então, a flexibilidade que a empresa capitalista busca com farsa – participação do trabalhador, comprometendo com os valores da empresa, etc. – é verdade no cooperativismo.

Os conceitos compulsados permitem interpretar as perspectivas da comunidade, das potencialidades e também da participação dos agentes externos e internos, no que diz respeito à sua maneira de pensar e agir e suas atitudes, que são fundamentais para a dinâmica do Desenvolvimento Local.

Tais referências permitem a possibilidade da discussão a ser apresentada no capítulo 5 no que se refere a comunitarização, participação e associação-cooperação, à luz das potencialidades da comunidade no contexto do Desenvolvimento Local.

2 INFORMAÇÕES SOBRE A COMUNIDADE

Este capítulo expõe as condições da Comunidade Dom Antônio Barbosa, sua territorialidade, histórico, a dimensão da infra-estrutura do território construído e a dimensão econômica do território. Os dados apresentados são resultados das investigações documentais e entrevistas com os representantes da Comunidade.

2.1 A TERRITORIALIDADE DA COMUNIDADE DOM ANTÔNIO BARBOSA

A comunidade Dom Antônio Barbosa, localizada na região urbana do Anhanduizinho, Parque Lageado, no município de Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul, é um loteamento social lançado pela Prefeitura de Campo Grande-MS, em 1994, para remoção de favelas e atendimento do déficit habitacional.

Localiza-se na região sul da cidade, distante aproximadamente 12 km do centro comercial, nas proximidades da desembocadura do Córrego Lageado no Córrego Anhanduí. Situa-se próximo do “lixão” de Campo Grande, às margens da rodovia MS-455 (saída para Sidrolândia) e tem como bairros limítrofes o Parque do Sol, Lageado, Colorado e Vespasiano Martins.

O trajeto de acesso para a comunidade se faz pela Avenida Guaicurus, chegando na Rua Evelina Selingardi ou pela Rua Lagoa da Prata, que se inicia na Avenida Campestre, conhecida por ser uma das entradas do Bairro Aero Rancho, na saída para o município de Sidrolândia-MS.

O Loteamento Municipal Dom Antônio Barbosa foi criado em 1994, com aprovação oficial em 22/03/1995, integrando um dos seus parcelamentos⁵, com o Parque do Lageado e Parque do Sol.

A territorialidade, vista como o “modo de ser” da comunidade Dom Antônio Barbosa, pode ser melhor interpretada, quando inserida no contexto do território urbano, ao

⁵ Parcelamentos do solo (área parcelada): qualquer forma de divisão de uma gleba em unidades, podendo ser classificada em loteamento ou desmembramento, regulamentada por legislação específica (PLANURB, jan. 1999).

qual pertence, ou seja, o de Campo Grande-MS e do modelo de espaço urbano capitalista concebido pelas populações que vivem o território brasileiro.

A comunidade tem sua origem, no processo de remoção de populações originárias de favelas de diversos quadrantes da cidade, por iniciativa do Poder Municipal, como prática de uma política de acesso à moradia e de justiça social, passando pela aquisição barata da terra urbana na periferia da cidade, via de regra, sem os serviços básicos de infra-estrutura.

No caso das famílias da comunidade Dom Antônio Barbosa, tanto o local de origem (favela) como o de destino (o loteamento social próximo do “lixão”) no território da cidade, é representado socialmente como espaço da pobreza e da exclusão e, nesse sentido, como espaço de discriminação. Assim, parece natural a quem vive na cidade, que as atividades ali desenvolvidas sejam típicas do ambiente já estigmatizado na consciência coletiva como ambiente da exclusão social, uma forma de espaço concebido. É desse modo que essa comunidade, antes de mesmo de se territorializar, nasce com a marca da exclusão territorial. E isso ocorre no momento da escolha da localização (periferia da cidade), do segmento social em movimento e do tipo de espaço de apropriação (o loteamento social). Assim o espaço, como mundo concebido que antecipa a construção do território (o mundo do vivido), pode se transformar, segundo Raffestin (1993), em verdadeira prisão de quem assim o concebe e o constrói.

Encontra-se constituído por 1.472 lotes de 10x20m (200m²), em 50 quadras. O adensamento dos lotes atinge 99%.

De acordo com os dados do Instituto Municipal de Planejamento Urbano – PLANURB, em 2004, a população da Comunidade Dom Antônio Barbosa era de seis mil habitantes, correspondentes a 0,817% da população de Campo Grande-MS, que em 1º de julho do mesmo ano era de 734.164 habitantes.

Nas proximidades dos loteamentos Morada do Sol e Parque do Lageado, encontra-se a área denominada “Várzea”, em avançado estágio de degradação. Sua vegetação foi removida, canais de drenagem foram implantados e parte de sua área está sendo utilizada para a produção de hortaliças.



Figura n. 2: Loteamento Dom Antônio Barbosa.
Fonte: PLANURB, Campo Grande-MS, 2004.

2.1.1 Histórico e infra-estrutura

Segundo uma das entrevistadas, no início da ocupação do bairro, não tinha nada, só tinha barraca de lona e mais algumas casinhas. A única alternativa de água era o poço semi-artesiano, e todos tinham poço, como reserva. A rede de água foi inaugurada no dia 13 de dezembro de 1997.

Por meio de questionário enviado, via e-mail, em 06/03/2006, ao Senador J. C. F., ex-prefeito de Campo Grande à época, e um dos agentes externos participantes do início da formação da Comunidade Dom Antônio Barbosa, o mesmo relatou: “[...] No final da década de 80, Campo Grande sofria com os problemas gerados pelas altas taxas de crescimento, tendo como consequência o aumento das favelas”. O executivo municipal não conseguia apresentar soluções para amenizar essa situação. Ao assumir a Prefeitura em 1986, iniciou-se o processo participativo de consulta e envolvimento das comunidades nos levantamentos, diagnósticos, possíveis soluções e monitoramento das decisões encaminhadas.

Dessa forma, com a estruturação da unidade de planejamento, o Planurb, com técnicos locais capacitados e valorizados, e a participação fundamental do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano-CMDU, foi elaborada uma lei que passou a ser conhecida como a Lei dos Loteamentos Sociais, em que a Prefeitura Municipal passava a executar esses empreendimentos de interesse da comunidade de baixa renda, concretizando o desejo do cidadão de ter seu terreno para edificar a sua casa própria, atendidas as condições precárias de uma população carente da periferia, que se aglomerava, de modo crescente, em invasões de áreas públicas e favelas.

Enfrentaram-se os equívocos da Lei Federal n. 6.766, até certo ponto adequada e avançada, na época, para os problemas enfrentados nos grandes centros urbanos, mas totalmente inadequada para a realidade da periferia das cidades. Essa lei exigia e exige, ainda, que todo loteamento, para ser aprovado, tem que ter toda sua infra-estrutura previamente implantada. Não se distinguem as áreas pobres das demais regiões urbanas. Com essa regra, os loteamentos tornavam-se inacessíveis aos pobres, pelo alto custo da rede de água e de energia elétrica, que deveriam ser custeadas pelo empreendedor, repassando seus valores para o comprador do lote.

Dar solução para os aglomerados urbanos com essa legislação era impossível, dado seu alto custo. Ao final do empreendimento, as obras de rede de água e energia teriam que ser doadas às empresas concessionárias dos serviços.

Na fala do ex-prefeito, a injustiça foi corrigida parcialmente com a lei dos loteamentos sociais, pelas seguintes regras, dentre outras que consagraram os loteamentos sociais: para a aprovação do loteamento, não era necessária a implantação das infra-estruturas de água e energia; o comprador do lote, pessoa carente, comprometia-se a iniciar a construção da sua moradia no prazo de seis meses, independente de qualquer financiamento, com planta fornecida pela Prefeitura Municipal. O valor do imóvel era o da avaliação do terreno, que podia ser de origem pública ou particular. A amortização do terreno era de no máximo 10% do salário mínimo, sem reajustamento. Inicialmente, o comprador teria que fazer poço para obter água, e a iluminação não era elétrica. Com o adensamento populacional do loteamento, exigia-se que as empresas concessionárias implantassem os sistemas de água e energia, sem custo para seus usuários.

Com essas providências, constatou-se que o loteamento social rapidamente era povoado. Foi uma febre de pequenas construções. Em menos de um ano já ofereciam condições de viabilidade econômica para as empresas instalarem os serviços de água e energia.

Na essência, essa foi a motivação, dentre outras, que permitiu que os loteamentos sociais proporcionassem a oportunidade de desfavelar os fundos de vale.

O loteamento Dom Antônio Barbosa nasceu assim, com gente muito pobre vinda de invasões da beira de córregos, mas que eram trabalhadores, ávidos pela casa própria.

Tem-se um histórico das primeiras remoções de famílias que iniciaram o povoamento do Dom Antônio Barbosa, de acordo com a tabela.

Tabela n. 1: Remoção de Famílias com Destino Dom Antônio Barbosa.

Ano	N. de Famílias	Origem
1994	68	Diversos
1995	52	Jardim das Reginas – invasão
1995	52	Favela Lagoa Dourada
1995	70	Estrela D'Alva – invasão
1995	23	Favela Sol Poente
Total	265	

Fonte: PLANURB. Relatório 1993-1996, Campo Grande-MS.

2.1.2 A dimensão da infra-estrutura do território construído

Os fatores individuais de um local é que caracterizam a sua importância como alternativa para ampliação de desenvolvimento, principalmente a questão da estrutura urbana conforme evidencia-nos.

Quanto ao abastecimento de água e esgoto sanitário, a rede de água fornecida pela companhia Águas de Guariroba foi inaugurada em dezembro de 1997. No entanto, ainda há poços semi-artesianos como alternativa de água. O esgoto sanitário se dá por meio de fossas sépticas, pois ainda não existe o sistema de esgoto implantado.

A rede de energia elétrica, iluminação pública e telefonia foi assim distribuída: os serviços de energia elétrica estão a cargo da Empresa de Energia Elétrica de Mato Grosso do Sul S.A. (ENERSUL). Praticamente, todos os domicílios possuem energia elétrica. A grande deficiência do local é a iluminação pública, insuficiente para atender todas as vias. A telefonia local é atendida pela Empresa de Telefonia de Mato Grosso do Sul – Brasil Telecom, que implantou linhas telefônicas e “orelhões públicos” que atendem a população.

O transporte coletivo é organizado por três linhas de ônibus urbanos que circulam no bairro: Dom Antônio, Lageado e Parque do Sol.

A educação é atendida por única escola no bairro: Escola Municipal Pe. Tomaz Ghirardelli, com endereço na Rua Lúcia dos Santos, s/n., Bairro Dom Antônio Barbosa (foto n.1), construída em 1998, com trinta e seis salas de aula, biblioteca, duas salas de informática, quadra de esporte coberta, cantina e área administrativa. O ensino é oferecido nos períodos matutino, vespertino e noturno, atendendo cerca de dois mil e seiscentos alunos no nível da Educação Infantil e Ensino Fundamental, inclusive a Educação Especial. Dentre os projetos se destacam: PDE, Aceleração da Aprendizagem, Judiciário, PROERD, Se Liga, Alfa e Beta, RC Alfa, Aceleração da Aprendizagem do Ensino Noturno (Ensino Fundamental II) e Fase I e II.



Foto de Roseni Macedo, 09/06/2006.

Foto n. 1: Escola Municipal Pe. Tomaz Ghirardelli.

A saúde: a saúde da população local é atendida na Unidade Básica de Saúde - UBS "Dr. Benjamin Asato", localizada na Rua Evelina Selingardi, n. 1.008, Bairro Parque do Sol. Possui atendimento médico, odontológico, coleta de preventivo, vacinas, inalação, aplicação de injeção, e funciona de segunda à quinta-feira, nos horários matutino e vespertino e na sexta-feira, somente no horário matutino.



Foto de Roseni Macedo, 19/10/2006.

Foto n. 2: Unidade Básica de Saúde – UBS Dr. Benjamin Asato.

O serviço de limpeza urbana consiste na coleta de resíduos sólidos (lixo), domiciliar e comercial, que acontece três vezes na semana: terça-feira, quinta-feira e sábado. O serviço vem sendo executado por meio da companhia Financial Engenharia Ambiental, que realiza a coleta por veículos e funcionários da empresa.

2.2 DIMENSÃO ECONÔMICA DO TERRITÓRIO

O Centro de Capacitação e Formação Profissional CECAF/Parque do Sol, localizado na Rua Evelina Selingardi, n. 1.440, foi inaugurado em agosto de 1998, criado para atender uma reivindicação da Comunidade dos Bairros: Dom Antônio Barbosa, Parque do Sol, Lageado, Pênfigo, Colorado e Vespasiano Martins.

A principal atividade do CECAF são cursos profissionalizantes, bem como prestação de serviços sociais e assessoria à comunidade local.

Vários cursos, tais como: panificação, bijuterias, corte e costura e cabeleireiros já foram ministrados no CECAF. O resultado foi a aplicabilidade do aprendizado na própria

comunidade, dos quais alguns dos empreendimentos ali existentes surgiram após o término dos cursos.

A atividade econômica predominante é a de catadores do “lixão” de Campo Grande. É lá que parte desses moradores trabalham no recolhimento de “lixo”⁶, para seleção de material reciclável. O interesse recai sobre plásticos, papéis, papelão e as latinhas de alumínio, por conseguirem melhor preço de venda. No entanto, observa-se uma distinção no tipo de material colhido por cada catador, sendo que alguns só coletam o plástico, outros só recolhem o papel e o papelão, mas todos catam o alumínio, visto que esse material representa maior ganho.

A comercialização dos materiais recicláveis ocorre no próprio “lixão” e também nas residências dos catadores. Os materiais são vendidos para atravessadores durante o dia, semanal ou quinzenalmente.

Segundo um dos entrevistados, “[...] é bom trabalhar lá, pois todo dia trago dinheiro para casa e ainda trabalho quando eu quero”.

A comunidade já contou com uma cooperativa desses catadores que atuam no lixão, mas atualmente está fechada.

Jovens de 16 a 24 anos também se capacitam por parcerias entre Fundações e Ministério do Trabalho, por meio do Ibiss-CO (Instituto Brasileiro de Inovações Pró-Sociedade Saudável do Centro-Oeste), que proporciona cursos de informática e arte em tecido, gera oportunidade de trabalho e de renda, resgata e constrói a cidadania dos jovens (Anexo C).

⁶ O lixo urbano não é uma tarefa fácil de definir, pois sua origem e formação estão ligadas a inúmeros fatores, tais como: variações sazonais, condições climáticas, hábitos e costumes, variações na economia. Assim, a identificação desses fatores é uma tarefa muito complexa e somente um intenso estudo, ao longo de muitos anos, poderia revelar informações mais precisas no que se refere à origem e formação do lixo no meio urbano. Entretanto, é comum definir como lixo qualquer resíduo que resulte das atividades diárias do homem na sociedade. Estes resíduos compõem-se basicamente de sobras de alimentos, papéis, papelões, plásticos, trapos, couros, madeira, latas, vidros, lama, gases, vapores, poeiras, sabões, detergentes e outras substâncias descartadas pelo homem no meio ambiente (LIMA, 1991, p. 11).



Foto de Roseni Macedo, 09/06/2006.

Foto n. 3: Vista Parcial do Bairro Dom Antônio Barbosa.

Outras atividades econômicas do local são o comércio (minimercados e mercados, mercado de verduras, padaria, bar, lojas de confecção, depósito de materiais de construção), serviços (salão de beleza, borracharia, bicicletaria) e a feira livre, que acontece toda quarta-feira e domingo, propiciando o abastecimento da população.

3 POTENCIALIDADES, COMUNIDADE E PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Este capítulo evidencia o diagnóstico encontrado na comunidade, assim como a performance e o desempenho dos agentes internos e externos em relação à Comunidade Dom Antônio Barbosa, no que tange ao processo de concepção e gestão do cotidiano comunitário, visando identificar as potencialidades, os interesses da população e a sua contribuição para o Desenvolvimento Local.

3.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

No que concerne à análise descrita a seguir, foi realizada a aplicação de formulário⁷, ocorrida nos meses de janeiro e fevereiro de 2006 (Apêndice A) e a realização das entrevistas semi-estruturadas no período de fevereiro a junho de 2006 (Apêndice B).

Foram aplicados vinte formulários e realizadas treze entrevistas, oito envolvendo agentes externos e cinco envolvendo agentes internos, sendo que a pretensão foi diagnosticar e analisar as potencialidades e perspectivas da Comunidade Dom Antônio Barbosa, constituída, em sua grande maioria, de catadores de lixo urbano, tendo em vista o Desenvolvimento Local.

A investigação possibilitou recolher subsídios essenciais para análise em função das dificuldades, facilidades e potencialidades detectadas, conforme a demonstração relatada nos respectivos subitens a seguir.

⁷ Formulário é uma coleção de questões, anotadas por um entrevistador, em uma situação face à face com outra pessoa (o informante). O instrumento de coleta de dados escolhido deverá proporcionar interação efetiva entre o pesquisador e o informante, enquanto a pesquisa está sendo realizada. A coleta de dados estará relacionada com o problema, a hipótese ou os pressupostos da pesquisa e objetiva obter elementos para que os objetivos propostos possam ser alcançados (SILVA, 2001, p. 34).

3.1.1 Condições gerais da população

O fruto da aplicação dos formulários demonstra a situação encontrada na Comunidade, da qual se destacam os seguintes resultados.

Das condições gerais da população, a composição familiar em relação ao grau de parentesco apresenta-se por famílias compostas por cônjuges (esposo e esposa), filhos e filhas. Depara-se, ainda, com um número baixo de netos e netas, sendo ali criados na ausência de seus pais. No geral, apresenta um equilíbrio entre os sexos feminino e masculino.

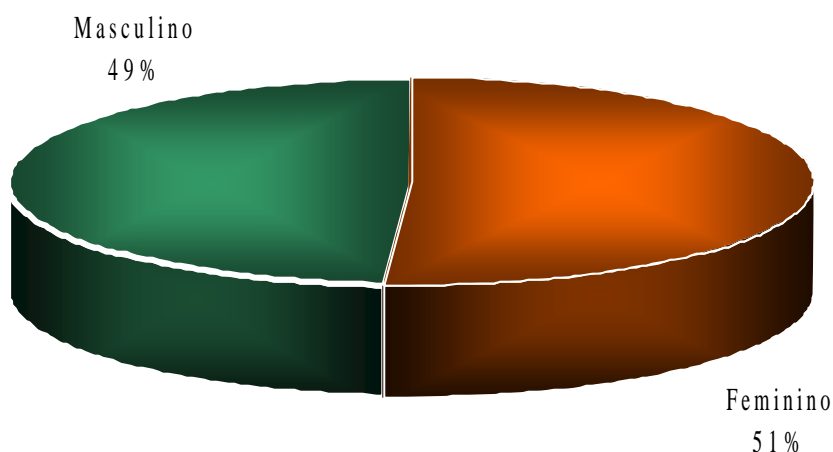


Gráfico n. 1: Caracterização do gênero.

Na questão idade encontra-se um grande número de crianças e adolescentes e um número considerável de pessoas com idade acima de 40 anos, conforme demonstrado na tabela.

Tabela n. 2: Faixa etária da população.

Idade	Quantidade de pessoas nas famílias pesquisada
0-10 anos	17
11-20 anos	13
21-30 anos	9
31-40 anos	12
Acima de 40 anos	20
Total	71

Analisando a tabela n. 2, com as visitas e observações realizadas quando da aplicação do formulário, o grande número de crianças e pessoas, com idade acima de 40 anos encontradas na comunidade, confirma os dados coletados. Nota-se a preocupação, por parte das lideranças, em buscar alternativas para a educação e promover atividades que venham atender ao grande número de pessoas que, no momento, encontra-se desocupada.

Embora tenha diminuído o número de catadores de lixo urbano em relação ao início da ocupação do bairro, muitos moradores ainda exercem esta atividade no “lixão” de Campo Grande, conforme a tabela:

Tabela n. 3: Dados da ocupação dos moradores da Comunidade Dom Antônio Barbosa.

Ocupação	% de ocupação
Aposentado	7,14
Catador no lixão	28,57
Feirante	3,57
Diarista	10,71
Do lar	25
Plantação de eucalipto	3,57
Animador de rodeio	3,57
Mecânico	3,57
Professora	3,57
Serviços Gerais em fazenda	3,57
Outras	7,16
Total	100

Avaliando a tabela n. 3, observa-se que há uma diversidade em relação ao quadro da ocupação. Grande parte das pessoas que viviam em função da cata no lixão já se encontra em outras atividades, mesmo que essa ocupação renda, em média, um salário mínimo por família.

O tempo de residência das famílias na área constitui uma das variáveis que evidencia o sentimento de pertença⁸, apego ao lugar pelos moradores da comunidade. O espaço é de dimensões razoáveis e as pessoas fincaram suas raízes e conduzem sua vida cotidiana: constroem seus lares, agenciam suas vidas, organizam-se de forma solidária, buscam maior dinamismo nas atividades, conforme evidenciado no gráfico a seguir:

⁸ Sentimento de pertença – processo psicossocial de ação ou intervenção sobre um espaço visando personalizá-lo, que se traduz sob a forma de apego ao lugar (apropriação afetiva, desenvolvimento de laços afetivos, possessão alimentada pelos contatos sensoriais que fazem perceber um ambiente como familiar) (MARTINS, 2005).

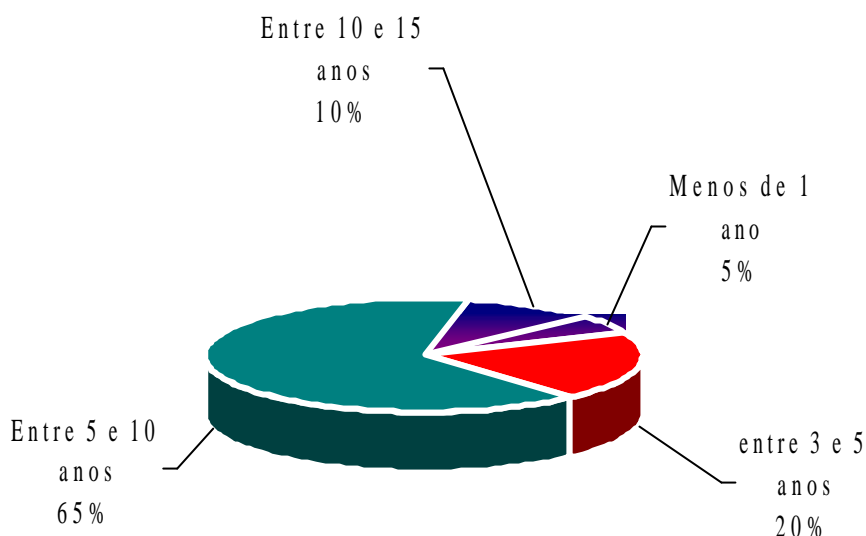


Gráfico n. 2: Tempo de residência da família na área.

3.1.2 Caracterização da moradia

No que se refere à caracterização da moradia, a grande maioria utiliza o domicílio para residência. Concentram-se na Rua Evelina Selingardi o comércio, as igrejas e os demais serviços negociados na Comunidade. O padrão de construção é alvenaria semi-acabada. A condição de ocupação ainda se encontra com contrato de compromisso particular de compra e venda, sem as escrituras definitivas. A maioria das casas é de pequeno porte, consideradas pelos moradores em estado regular de conservação, porém, não possuem riscos de inundação/alagamento.

Pelo menos metade dos terrenos possuem plantações de árvores, algumas frutíferas e outras somente para arborizar. A criação de animais restringe-se à metade da população, que diz ser dono de cachorro e gato.

3.1.3 Infra-estrutura e serviços públicos

A caracterização da infra-estrutura e serviços públicos explanam a realidade de fatores individuais do local, que assinala a importância destes como alternativa para expansão de desenvolvimento, destacando-se:

Abastecimento de água: apenas trinta por cento dos moradores têm hidrômetro individual e pagam pelo serviço prestado pela concessionária que abastece o local; os demais possuem ligações clandestinas. Noventa e cinco por cento consideram bom o fornecimento de água.

Esgoto sanitário: oitenta e cinco por cento utilizam-se de fossas sépticas, outros ainda despejam os resíduos na rua, em função da não existência da rede de esgoto sanitário no local.

Coleta de lixo: são coletados os resíduos regularmente nas terças-feiras, quintas-feiras e sábados. O serviço é considerado bom, apesar de os moradores criticarem alguns que não depositam o seu lixo para que o coletor recolha, e o depositam nos fundos de casa ou nas ruas, gerando transtorno para as vias públicas que às vezes ficam intransitáveis e, ainda, o comprometimento com a saúde coletiva, pois estes detritos ficam expostos a céu aberto.



Foto de Roseni Macedo, 19/10/2006.

Foto n. 4: Residência na Comunidade Dom Antônio Barbosa.

Energia elétrica: somente trinta e cinco por cento possuem ligação da concessionária. Cerca de sessenta e cinco por cento apresentam ligações clandestinas e o serviço é considerado bom pelos residentes.

Telefone público: observa-se a existência de vários “orelhões públicos” implantados pela Companhia de Telefonia, e os serviços são considerados apropriados.

Serviços do Correio: a entrega de correspondência ocorre regularmente nos domicílios, e é considerada satisfatória.

Transporte coletivo: setenta e cinco por cento consideram o serviço bom, apesar da demora e redução de veículos nos finais de semana.

Segurança Pública: quarenta por cento criticaram os serviços oferecidos, pois alegam que a comunidade vive em constantes conflitos em função das drogas, prostituição, assaltos e outros, faz com que a imagem do local e das pessoas que ali residem seja deturpada, negativa.

Áreas de Lazer: “[...] Somente um campo de futebol e nada mais, estamos esquecidos, não temos o direito de nos divertir também?”. São relatos de uma moradora que deixou o seu depoimento.



Foto de Roseni Macedo, 19/10/2006.

Foto n. 5: Campo de Futebol – Comunidade Dom Antônio Barbosa.

Educação: está dividida entre cinquenta por cento que a avaliam como boa e cinquenta por cento que a consideram regular. No entanto, percebe-se grande número de alunos que frequenta a escola nos três períodos de aula.

Creches: sessenta por cento analisam como ruim, “[...] Precisamos de mais creches para deixar nossos filhos para poder trabalhar e trazer dinheiro também para dentro de casa”. Testemunho de uma moradora.

Saúde: noventa por cento classificaram como ruins os serviços prestados. Declaração de vários residentes: “[...] o posto não atende as nossas necessidades, [...] queremos um posto vinte e quatro horas”.

Iluminação Pública: houve um equilíbrio entre boa e regular. No geral, o comentário sobre a conscientização dos moradores em preservar as lâmpadas foi o ponto culminante.

3.1.4 Apoio ao desenvolvimento social

Quando perguntados sobre o apoio ao desenvolvimento social, setenta por cento das famílias pesquisadas têm interesse em participar de cursos ou palestras e de programas de geração de renda.

Um aspecto significativo é em relação à participação em grupos comunitários. Segundo os dados levantados, cerca de oitenta e cinco por cento não participam e ainda não conhecem as lideranças da comunidade.

De acordo com números fornecidos pelo Programa de Inclusão Social do Estado⁹, em 22/5/2006, a Comunidade Dom Antônio Barbosa possui cento e cinquenta e oito (158) famílias recebendo o Programa de Bolsa Escola–PBE e duzentas e sessenta e seis (266) famílias auferindo a quantia de R\$ 100,00 (cem reais) pelo Programa de Segurança Alimentar-Cartão (Anexo B).

⁹ O Programa de Inclusão Social objetiva o atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade social, associando-as a ações sócio-educativas, visando à melhoria da qualidade de vida e ao alcance da autonomia socioeconômica familiar. Decreto n. 11.587, de 20 de abril de 2004 (DIÁRIO OFICIAL n. 6229 – 22/4/2004).

3.1.5 Famílias que vivem da coleta do lixo urbano

Para as famílias que vivem da coleta do lixo urbano (resíduos sólidos) destacam-se a seguir os resultados mais expressivos das perguntas que lhes foram formuladas:

Pergunta: O que você(s) cata(m) na coleta de resíduos sólidos?

Resposta: [...] papelão, papel, plásticos, garrafa pet, alumínio (as latinhas de alumínio dá um bom dinheiro), vidro, ferro, acha até roupas e calçados que dá pra aproveitar pros meninos, tudo o que dá pra vender.

Pergunta: Quem compra os resíduos sólidos?

Resposta: [...] vários compradores que vão até o lixão ou até mesmo aqui no bairro, existe um comércio muito forte, através das empresas que trabalham com a reciclagem. Os atravessadores vêm buscar aqui no lixão ou então nas nossas casas, eles possuem um domínio sobre nós e também um controle de praticamente tudo o que coletamos aqui. Já a cooperativa está mais concentrada nos resíduos coletados nas ruas e empresas e praticamente não exerce o poder de compra aqui no lixão.



Foto de Roseni Macedo, 19/10/2006.

Foto n. 6: Compradores de materiais recicláveis na Comunidade Dom Antônio Barbosa.

Pergunta: Renda mensal obtida com a venda dos resíduos sólidos?

Resposta comentada: [...] levamos dinheiro todo dia pra casa, por mês da pra tirar de um até dois salários mínimos e em alguns meses um pouco mais. [...] Somos vistos como marginais, temos que trabalhar no silêncio e submissão dos atravessadores que possuem o controle de toda a compra.

Inferre-se que alguns pesquisadores revelam que ganhos estimados em dois, três, quatro ou mais salários mínimos asseguram pelo menos um teto, a alimentação, a possibilidade de adquirir medicamento, uma roupa ou sapato. A sobrevivência imediata está garantida. Para eles este trabalho é normal como qualquer outra profissão, no entanto, o cenário é de riscos.



Foto de Roseni Macedo, 19/10/2006.

Foto n. 7: Moradores da Comunidade Dom Antônio na atividade de reciclagem.

Pergunta: É feita uma coleta seletiva dos resíduos sólidos?

Resposta: [...] só catamos aquilo que tem venda, às vezes achamos alguma coisa que dá para levar para casa.

Pergunta: Houve orientações para fazê-la?

Resposta: [...] a partir do momento que os compradores começam a separar o que é importante para eles, prestamos atenção e é aí que aprendemos o que pode e o que não pode.

Pergunta: De que forma essas orientações foram repassadas?

Resposta: [...] vivendo e aprendendo, conforme os compradores fazem a compra é que separamos o que interessa pra eles.

Pergunta: Quais os dias e horários em que você(s) faz(em) a coleta de resíduos sólidos?

Resposta: [...] direto de segunda a sábado e também nos domingos, o horário normalmente é quando os caminhões chegam, é o melhor momento para a seleção e cata, mas a nossa rotina de trabalho é no calor, no frio, de dia, de noite, não temos nenhuma proteção, a nossa saúde está nas mãos de Deus, afinal este é o nosso trabalho.

Pergunta: Por que ainda não criaram uma associação?

Resposta: [...] é difícil chegar a um acordo com todos, os catadores na maioria são contra a formação de associação, pois não temos catadores somente aqui do Dom Antônio, Parque do Sol e Lageado que está mais próximo, têm aqui catador que vem de longe, das Moreninhas, Santa Emília e até do outro lado lá do Coronel Antonino, é gente de todo canto da cidade em busca de ganhar a vida, e aqui no lixão ganhamos dinheiro todos os dias. São poucos catadores que trabalham hoje para a Cooperativa. [...] Com o comentário que surgiu recentemente em que a Prefeitura irá acabar com o lixão a gente pensa em fazer um cadastro para processo de regularização e trabalhar na reciclagem dentro do espaço em que eles pretendem transferir o lixão.

Como destacou Matos (1994, p. 16), a análise do cotidiano revela um universo de tensões e movimento “[...] com toda uma potencialidade de confrontos, deixando entrever um mundo onde se multiplicam formas peculiares de resistência-luta, integração-diferenciação, permanência-transformação, onde a mudança não está excluída, mas sim vivenciada de diferentes formas”.

Percebe-se, então, que não somente os moradores do Dom Antônio estão presentes nesta realidade e sim outros trabalhadores de outros locais que se empenham nesta empreitada de fazer da cata um meio de produção desses descartes que, na verdade, precisam ser pensados com seriedade pelas autoridades responsáveis, visto que a destinação final dos resíduos produzidos pode representar no circuito da reciclagem uma nova forma de romper os estigmas que transitam neste cenário.

3.2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

As entrevistas realizadas com os chamados agentes internos, algumas das quais já transcritas no capítulo 2 e aquelas feitas com os agentes externos, expostas mais adiante, expressam a importância das amostras e revelam as percepções que configuram o pensamento da sociedade no que diz respeito ao Desenvolvimento Local e, sobretudo, no que se reporta a promover capacidades associativo-cooperativas de aplicação, com agregação de valores e de iniciativas comunitário-locais para o desenvolvimento endógeno (de dentro para fora) das comunidades-localidades envolvidas.

As informações transcritas a seguir foram coletadas por entrevistas semi-estruturadas. Segundo Triviños (1987), a entrevista semi-estruturada é conhecida como um dos principais meios ou procedimentos para a coleta de dados e informações em pesquisa qualitativa. A técnica da entrevista semi-estruturada se caracteriza por um conjunto ou questões estabelecidas em um roteiro flexível em torno de um ou mais assuntos do interesse da pesquisa, para elucidação do seu objetivo. Os referidos dados foram abordados em forma de matrizes por categorias, conforme segue.

3.3 PERCEPÇÕES DOS AGENTES EXTERNOS

Para a realização das entrevistas com os agentes externos, foram contactados os órgãos públicos, cujos representantes aceitaram dar o seu depoimento, e também as pessoas de destaque que trabalham, participam ou já participaram do processo de criação da comunidade.

O quadro de percepções detectadas foi criado por meio de dados transcritos das entrevistas, em que se procurou destacar as potencialidades, as dificuldades e as facilidades:

a) Potencialidades referem-se a efetivas possibilidades de a comunidade evoluir-se do estágio em que se encontra para estágios mais desenvolvidos em termos de Desenvolvimento Local. Destacam-se a prática de comunitarização, à associação-cooperação e à participação, tendo em vista a melhoria de vida da comunidade, estudando memórias, culturas, características ambientais, econômicas e sociais.

b) Dificuldades aquilo que é árduo, que impede ou obstáculo a busca do desenvolvimento.

c) Facilidades referem-se a qualidade inata, habilidades ou capacidades adquiridas dentro da comunidade, com o objetivo de descobrir o seu desenvolvimento, fazendo uso dos recursos disponíveis no local, e reafirmando a conceituação teórica apresentada no item 1.1.3.

Por fim, os comentários do quadro de percepções mostram a forma de pensar desses agentes, no que se refere a possibilidades de relação entre a Comunidade Dom Antônio Barbosa e o Desenvolvimento Local.

3.3.1 Prefeito Municipal à época

a) Quadro de percepções detectadas:

Relatos / Depoimentos Descrição I	Unidades de Significado Descrição II	Categorias
O envolvimento da comunidade na administração é imprescindível para uma boa gestão pública. Exemplo disso é o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU) que implantamos na Prefeitura Municipal, com representação de mais de duas dezenas dos diversos segmentos da comunidade, como órgão consultor para o planejamento urbano. Sua contribuição para os loteamentos sociais foi significativa. A comunidade só participa das decisões administrativas de sua cidade se souber se organizar e ter efetiva e legítima participação política. A simples crítica isolada não produz frutos para a sociedade.	Criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano – CMDU.	POTENCIALIDADES
A comunidade, em nenhuma hipótese, tem condições de solucionar seus problemas sem a interferência do poder público, salvo as ações de solidariedade humana, de filantropia de pequeno porte. Por outro lado, é imprescindível a participação popular junto à administração pública para resolver os problemas da comunidade.	Relacionamento da comunidade com o poder público, falta organização e iniciativas.	DIFICULDADES
O caminho é sua organização social e política para ampliar o seu desenvolvimento. Participar organizadamente da sua vida administrativa quanto à saúde, educação, transporte, lazer e tudo mais que lhe diz respeito.	Organização Social, saúde, educação, transporte e lazer.	FACILIDADES

b) Comentário

Analisando alguns pontos da entrevista realizada, entende-se que o desenvolvimento local pressupõe a participação da comunidade nos diferentes processos vivenciados para que busquem a melhoria de vida desses e com esses, uma vez que o envolvimento acontece entre os integrantes enquanto agentes do processo e não como meros expectadores. Para Martins (2002, p. 52): ‘[...] o verdadeiro diferencial do desenvolvimento local não se encontra em seus objetivos (bem-estar, qualidade de vida, endogenia, sinergias e

etc.), mas na postura que atribui e assegura à comunidade o papel de agente e não apenas de beneficiário do desenvolvimento”.

A transformação só acontecerá por meio da organização social, aquisição de conhecimento, participação e solidariedade humana. Quanto mais houver relações diversas, mais ações existirão e, com isso, maior criação de vínculos que ligam o indivíduo ao grupo, aumentando a consciência coletiva e contribuindo com a harmonia social.

3.3.2 Coordenadora do Centro de Capacitação e Formação Profissional

a) Quadro de percepções detectadas

Relatos / Depoimentos Descrição I	Unidades de Significado Descrição II	Categorias
A economia urbana é feita de trabalho informal, aqui é impressionante como as pessoas sobrevivem. Primeiramente do trabalho informal penso que mais de 80% da Comunidade. O bairro tem uma boa estrutura comercial – 04 grandes mercados e muitos comerciantes irregulares, por isso não pagando impostos; encontramos muitas mercadorias boas com preços bem em conta. Vários Brechós de roupas usadas e seminovas. E como a renda vem de benefícios e ajuda de sopões não é difícil se manter.	Boa estrutura comercial.	POTENCIALIDADES
A comunidade não tem muita noção de higiene ambiental, e pior, encontramos as casas que são depósitos de “lixo” pior do que o “lixão” ou o “buracão” – depósito de entulhos. Eles dizem quando perguntamos porque traz o lixo para a casa, respondem que servirá para alguma coisa. Com a educação o potencial também é baixo, não são participativos e principalmente adolescentes não gostam de estudar. Temos muitas pessoas não alfabetizadas de todas as idades na comunidade. Quando convidamos a participar de reunião sócio-educativa, sempre querem algo em troca. Tentamos através de diálogos informais, tentamos cativar algumas pessoas da família para ficarmos íntimos para depois entrarmos com uma intervenção técnica, temos algumas experiências gratificantes.	A Comunidade não tem noção de higiene ambiental. Pessoas não alfabetizadas.	DIFICULDADES
Necessidade - aumento de auto-estima, controle de natalidade, auxílio na recuperação de vícios, combate à exploração sexual. Sobreviver sem ajuda de benefícios assistenciais, acesso à informação, comodismo. O grande número de ligações irregulares, água e luz observam-se quando fazemos cadastro e solicitamos comprovante de residência, muita gente não tem. Muitas casas cedidas abandonadas que no DAB a prestação até de R\$ 15,00 para a EMHA por mês. Outro benefício que a comunidade está acessando é um sacolão de verduras que se paga R\$ 10,00 por mês e tem direito a 10 Kg de frutas e verduras por semana.	Prestações baixas. Acesso a sacolão de frutas e verduras a R\$ 10,00 por mês.	FACILIDADES

b) Comentário

Observa a potencialidade, de acordo com o aporte teórico que Ávila (2001, p. 59) expressou: “[...] a necessidade da distinção conceitual entre potencialidade e condição. Sendo

que no contexto de desenvolvimento local, [...] *Potencialidade* significa capacidade de ser de qualquer ente, [...] enquanto *condição* é objeto ou fato, portanto ente concreto em estado de ser em *ato*, mas também potencializado ou com potencialidade(s) para interferir ativa e positivamente no sentido de que determinada(s) potencialidade(s) de outro(s) ser(es) ou ente(s) saia(m) da situação de latência e deflagre(m) a evolução do(s) mesmo(s) rumo a novo(s) estado(s) de ser em ato”. Contudo, o autêntico Desenvolvimento Local requer a identificação precisa das potencialidades e condições locais que propiciem o desenvolvimento endógeno da comunidade.

Assim, a boa estrutura comercial, com grandes mercados, vários brechós de roupas usadas e seminovas demonstra o autoconhecimento das capacidades da comunidade, evidencia a potencialidade e o esforço da comunidade no sentido de propagar a geração de renda.

Como dificuldades, a comunidade não tem muita noção de higiene ambiental, a formação deste contexto é considerada como potencial baixo. Seus habitantes não são participativos, dependem, para sobreviver de ajuda, dos benefícios sociais.

Outro fator que se caracteriza como dificuldade é o acesso às informações por parte da comunidade.

As facilidades são o baixo custo da prestação dos lotes e também a presença de uma economia urbana acessível, destacando-se o fornecimento de frutas e verduras que abastece a comunidade. O pagamento é realizado mensalmente, e R\$ 10,00 (dez reais) dá direito a 10 Kg de frutas e verduras por semana, fato esse que poderá ser potencialidade se a comunidade perceber que pode formar uma associação-cooperativista e fornecer não só as verduras e frutas, como hortaliças, para supermercados, restaurantes e bairros limítrofes.

A entrevista da coordenadora apresentou um quadro de boas perspectivas, deixando uma questão em destaque, que seria: a comunidade terá capacidade de formar associação-cooperativista para fornecer produtos não somente para a comunidade, mas também para a região limítrofe? A resposta foi: o cultivo de frutas e verduras poderá ser potencializado se a comunidade perceber que pode formar uma associação-cooperativista e fornecer não só as verduras e frutas, como as hortaliças, aos supermercados, restaurantes e bairros limítrofes. Por meio dessa atividade e da forma de agir e pensar, o caminho para que ocorra o Desenvolvimento Local está sendo despertado.

3.3.3 Presidente da Associação de Moradores do Parque do Sol

a) Quadro de percepções detectadas

Relatos / Depoimentos Descrição I	Unidades de Significado Descrição II	Categorias
<p>A Comunidade Dom Antônio Barbosa surgiu cerca de 10 anos em função da necessidade de se ter moradia, na época recorde que a diferença era que o loteamento Parque do Sol era mais caro e tinha que adquirir, através de parcelamento, comprovando a renda que ganhavam e o Dom Antônio praticamente foi invasão.</p> <p>Com o desfavelamento da Vila Jacy, Nhanhá (margens do córrego) parte dessa população veio e invadiu o lado do Dom Antônio – diziam que “estou na minha casa, estou dentro do que é meu”.</p> <p>A cooperativa não funcionou por falta de força de vontade das pessoas. Houve incentivo do governo e prefeitura e até cursos profissionalizantes com pessoas especializadas – Cooperativas de Serviços.</p>	Cooperativa de serviços.	POTENCIALIDADE
<p>“Necessidades da Comunidade”</p> <p>Precisa de Educação</p> <p>Acomodação</p> <p>Eu te elegi, você tem o compromisso de arcar e trazer benefícios.</p> <p>Falta participação comunitária</p> <p>As pessoas não consideram a Associação importante.</p> <p>Deveria existir uma lei que obrigasse a educação.</p> <p>“Só tem ladrão e é por isso que ele não vota mais” (comentou que ouviu de um morador da Comunidade).</p>	Falta de participação comunitária.	DIFICULDADE
<p>O que temos na Associação</p> <p>Semanalmente – encontro com a 3ª idade;</p> <p>Aulas de Capoeira – crianças, jovens e adultos – (todos os sábados).</p> <p>Justiça Comunitária</p> <p>Atendimento Médico – trabalho voluntariado - domingo das 9 às 13 horas.</p> <p>Atendimento Advogado – trabalho voluntariado – sábados</p> <p>Consórcio da Juventude – 1º emprego. 20 alunos (16 a 24 anos) – 400h/a de curso: telemarketing, informática.</p> <p>Parceria com escola do Pêfco (Laboratório de Informática)</p> <p>100h – aulas de artesanato – custo acessível</p> <p>Aula de cidadania – 40h</p> <p>Programado a reativar o Clube de Mães a partir deste ano.</p> <p>A Associação possui sede própria há 2 anos.</p>	Atendimento de voluntários e cursos possibilitando novas perspectivas de vida.	FACILIDADES

b) Comentário

O presidente do Parque do Sol, analisou o que chamamos de potencialidade, ao verificar que a invasão foi o ponto inicial da formação da comunidade e que houve um processo de busca de melhorias para o local, até mesmo com a implantação da cooperativa, que são atos que demonstram estratégias visando novas alternativas de soluções.

Em contrapartida, as facilidades existentes na comunidade são inúmeras, visto que as reportagens produzidas pelos meios de comunicação em relação às dificuldades vivenciadas pelos moradores da região, fazem com que vários voluntários se manifestem para prestar serviços gratuitos destacando-se também a própria ação da associação em promover cursos para atender as crianças, jovens e adultos no intuito de promover condições para que eles possam crescer.



Foto de Roseni Macedo, 19/10/2006.

Foto n. 8: Associação de Moradores do Parque do Sol, Bairro limítrofe a Comunidade Dom Antônio Barbosa.

3.3.4 Engenheiro Civil da Secretaria Municipal de Serviços e Obras Públicas - 1

a) Quadro de percepções detectadas

Relatos / Depoimentos Descrição I	Unidades de Significado Descrição II	Categorias
A P.M.C.G. tem feito a sua parte ao longo dos anos, construindo escolas, creches, postos de saúde, incubadoras, Fábrica da Gente, pavimentando o acesso, fazendo a limpeza e manutenção das ruas, cuidando da iluminação e retirada de lixo, dando assim condições devidas para que os moradores cresçam.	Infra-estrutura como fator de crescimento.	POTENCIALIDADES

Relatos / Depoimentos Descrição I	Unidades de Significado Descrição II	Categorias
Nós temos técnicos, equipamentos e mão-de-obra para execução de serviços fundamentais, como coleta de lixo, pavimentação asfáltica, iluminação pública, limpeza e manutenção de vias, construção de escola, creches e postos de saúde.	Mão-de-obra e equipamentos para execução de serviços fundamentais.	FACILIDADES
Nós, técnicos da SESOP, temos uma visão geral da cidade e seus problemas, e assim definimos as prioridades, levando em conta o custo benefício de cada obra (número de pessoas atendidas, produção de despesas futuras, problemas ambientais, etc.). Geralmente os moradores protestam, pois para eles a sua rua e o seu bairro é que são prioritários. A comunidade acha mais fácil fazer as suas reivindicações para a imprensa ou para políticos, pois são constantemente procurados por eles, porém ela deveria sempre consultar as secretarias da P.M.C.G., para obter informações mais precisas e também para passar para a prefeitura os problemas com mais detalhes.	A falta de reivindicações diretamente na Secretaria de Obras.	DIFICULDADES

b) Comentário

Segundo o engenheiro, que acompanha os trabalhos realizados pela Secretaria de Serviços e Obras Públicas da Prefeitura Municipal de Campo Grande-MS, o mesmo considera como potencialidades o que se refere à representatividade de construção, manutenção e serviços prestados pelo setor público à comunidade no decorrer dos anos, buscando e propondo ações mais concretas para o desenvolvimento da região. Dessa forma, as facilidades em atender a comunidade passam a ter relevante contribuição no sentido de prestar e executar um bom serviço.

Considera como dificuldade a falta de participação da comunidade no que se refere às reivindicações, relatando que os moradores preferem procurar a imprensa, por meios de comunicação e até mesmo os políticos que se fazem presentes para tentarem resolver os seus problemas, sem ao menos atentarem para a importância da existência das instituições, secretarias ou órgãos que existem para atender, na medida do possível, as solicitações da comunidade.

3.3.5 Engenheiro Civil da Secretaria Municipal de Serviços e Obras Públicas - 2

a) Quadro de percepções detectadas

Relatos / Depoimentos Descrição I	Unidades de Significado Descrição II	Categorias
A comunidade pesquisada está muito acomodada, são poucas as pessoas que reagem quando deparam com algum problema. A sua participação na descoberta de soluções para a sua própria comunidade é muito ineficiente. “Gostaria que a comunidade fosse ativa, com seu grau de escolaridade, melhorando o que pudesse definir o que de melhor”.	Comunidade com melhor grau de escolaridade.	POTENCIALIDADES
O atendimento do poder público é precário em algumas áreas de atuação, principalmente na área de segurança pública e de saúde. Na área de assistencialismo, no meu entender, o Estado age de forma errada dentro da comunidade. Hoje, com este programa alimentar, a população em sua grande maioria depende exclusivamente do “sacolão” doado pelo programa alimentar. Além da bolsa escola recebem um valor por criança na escola, auxílio desemprego, etc. Com todas estas ajudas a população não tem interesse em trabalhar.	O atendimento do poder público é precário. Programas de assistencialismo implantados de forma errada.	DIFICULDADES
Para se ter uma melhora no aproveitamento da mão-de-obra da população do Dom Antônio, e com isso aumentar a auto-estima de sua população, seria de imediato cortar a ajuda governamental gratuita e proporcionar a estas famílias empregos dignos, ou seja, dar mais dignidade a essas pessoas. Não adianta dar o peixe às pessoas, devemos ensinar a pescar. Com a situação como ela está implantada, é difícil encontrar algum que queira trabalhar, pois ao ser empregada em alguma empresa, esta pessoa perde o benefício governamental.	Aproveitamento da mão-de-obra da população do Dom Antônio.	FACILIDADES

b) Comentário

Acredita-se que para a comunidade Dom Antônio Barbosa colocar em ação as suas potencialidades, esta deveria acreditar mais nos seus potenciais e se capacitar por meio do aprendizado, buscando o que seria melhor para si mesma. Para ele, as dificuldades da comunidade aumentam porque os programas de assistencialismo estão sendo implantados de forma errada, pois ao invés de gerar emprego e formação da capacidade dos moradores, está se criando um círculo vicioso de acomodação, pois para eles é mais fácil esperar a chegada da suposta ajuda do que desenvolver algum tipo de atividade partindo do seu esforço próprio.

Em relação à facilidade, entende que parte da população residente no Dom Antônio possui uma característica que ele considera muito importante, que são os catadores de lixo urbano, que deveriam ser aproveitados pelos órgãos públicos no sentido de tentar resolver um problema em potencial, que é a questão do “lixão” de Campo Grande.

3.3.6 Funcionária da Empresa Municipal de Habitação

a) Quadro de percepções detectadas

Relatos / Depoimentos Descrição I	Unidades de Significado Descrição II	Categorias
Quando do início da implantação do Loteamento Dom Antônio Barbosa, a Secretaria de Assuntos Fundiários que realizava todo o trabalho executado hoje pela EMHA. Os primeiros lotes tinham o valor mínimo de R\$ 11,91 (onze reais e noventa e um centavos) parcelado em 33 prestações, naquela época reajustado pela UFIR/ano, atualmente pelo IPCAE/ano, sendo que o valor da prestação não podia ultrapassar 10% (dez por cento) do salário mínimo. No início foi doado para 6 famílias lotes com escritura definitiva, pela carência apresentada pelas mesmas. No entanto, existem parcelas de R\$ 13,56 e o valor máximo é de R\$ 29,52, sendo as prestações variadas de 33, 40 e até 46 prestações.	Prestação com valor baixo para facilitar a compra.	FACILIDADES
Infelizmente não existem registros na EMHA de toda a implantação, somente recordações das pessoas que participaram do processo. Percebemos que falta melhor organização das lideranças, que ficam esperando a iniciativa do setor público. Acreditamos que se reforçar as organizações comunitárias, que hoje não acreditam nas forças existentes na comunidade, seria um grande passo para melhorar o local.	Falta de registros e falta melhor organização das lideranças.	DIFICULDADES
Em 2003 e 2004 a EMHA fez um levantamento de todas as famílias com moradias precárias e por meio do Programa Viva o seu Bairro, foi levado materiais de construção e construíram uma peça com banheiro, instalações sanitárias, pias e tanque. Houve uma melhora, e com isso uma valorização (40% avaliação da SEMUR) do imóvel.	Interesse de levar melhorais por meio do Programa Viva o seu Bairro.	POTENCIALIDADES

b) Comentário

Os instrumentos adotados pela Secretaria de Assuntos Fundiários na época da implantação do loteamento proporcionaram condições favoráveis para que os moradores tivessem condições de adquirir o seu lote e pagar em várias prestações um valor mensal.

A maior dificuldade registrada pela EMHA é a falta de registro de como a comunidade se desenvolveu nesses anos e também a falta de organização e participação das lideranças em busca de alternativas.

No Programa Viva o seu Bairro, com o levantamento das moradias precárias, observou-se a movimentação desses moradores em quererem construir e melhorar suas casas.

3.3.7 Diretor da Cooperativa dos Agentes Recicladores Vida Nova

a) Quadro de percepções detectadas

Relatos / Depoimentos Descrição I	Unidades de Significado Descrição II	Categorias
Coopervida – Cooperativa dos Agentes Recicladores Vida Nova, fundada em 26/03/2000. Projeto: “Seu lixo gera renda” desenvolvido pela Secretaria Municipal de Assistência Social. Os Colaboradores Coopervida estão comprometidos em buscar soluções para os problemas sociais. No início começamos com 147 (cento e quarenta e sete) associados, hoje só restam 28 (vinte e oito), mas a nossa função é procurar aumentar o quadro trazendo novos parceiros.	Cooperativa dos Agentes Recicladores.	POTENCIALIDADES
Fui morador no Dom Antônio Barbosa por 6 (seis) anos e durante cinco anos trabalhei no lixão. Era um trabalho digno, no entanto, quando chegava em casa, meus filhos corriam de mim, pois trazia na pele o mau cheiro daquele lugar, nunca mais quero voltar a trabalhar lá. Foi assim que começamos com a cooperativa. Mas ainda como morador fui vice-presidente do bairro (1994-2000) e trabalhamos muito em prol de uma comunidade com melhores condições. Algumas conquistas estão lá para que todos possam ver e se orgulhar daquele povo bastante sofrido, também são pessoas normais, que buscam a sobrevivência. Foi assim que conseguimos o campo de futebol, a escola, o posto de saúde e o grande comércio que hoje existe em razão do esforço e trabalho dessas pessoas. Hoje, praticamente todo o comércio que se concentrou na Rua Evelina são de pessoas que ali vivem e consomem lá mesmo.	A não aceitação dos filhos por eu estar trabalhando no lixão.	DIFICULDADES
Gostaria que os moradores buscassem uma solução para eles, conscientizando do trabalho deles, sua capacidade e procurar se organizar, fazer uma cooperativa, associação, pois não queremos ser somente nós, queremos concorrentes e já temos no estado, em Bela Vista e Corumbá, outros parceiros, que estão mexendo com a reciclagem. Não pensar que o lixão será para o resto da vida, e buscar alternativas. Porque estamos ouvindo falar que vão acabar com o lixão e partir para o aterro sanitário, mas não se sabe se a Prefeitura, por meio da empresa terceirizada, que é responsável hoje, irá aproveitar aquelas pessoas que hoje fazem a cata lá. A melhor alternativa seria abandonar e procurar novos rumos, pois são capazes. Só que vivem a mesma situação, brigam para ser liderança. Acredito que a busca de uma pessoa ideal seria a saída, onde ela irá trabalhar para o bairro, unindo as pessoas, convivendo melhor com as pessoas e trabalhar pelo bairro sem pensar em si próprio.	Conquistas, campo de futebol, a escola, o posto de saúde e o comércio em geral.	FACILIDADES

b) Comentário

Realizar a entrevista com um ex-morador, ex-catador e agora diretor da Cooperativa foi uma experiência que marcou esta pesquisa, em razão do seu depoimento, das lutas e conquistas.

Quando começamos a falar de potencialidades, do ponto de vista do entrevistado, ele considera os catadores pessoas com um enorme potencial, pois apenas com aquelas roupas sujas, consideradas como “trapos” e um “ganchinho de ferro”, que é o nome do instrumento

utilizado por eles para a seleção dos resíduos para a reciclagem, eles conseguem separar e catar tudo o que consideram útil para reaproveitar. Faz disso um grande comércio, que acaba gerando um fluxo de pessoas, criando a cadeia produtiva do lixo, pois eles são os chamados alicerces de toda essa atividade de catação.

Ao falar das dificuldades, o que mais chamou a atenção foi o momento da não aceitação da própria família, não aceitando o seu cheiro quando chegava em casa, depois de uma dura rotina de trabalho. No entanto, a grande esperança em mudar este quadro passou a ser um grande desafio para o entrevistado, que, como liderança da comunidade, participou do processo das melhorias que vieram, com a construção da escola, do posto de saúde, do comércio que fomentava o local influenciando a maneira de pensar e agir das pessoas. No dia 26 de março de 2000, foi criada a cooperativa que começou com muito entusiasmo com o apoio do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e do UNICEF, com o lema “Seu lixo gera renda”.

Atualmente já existe um reconhecimento, por parte da população de Campo Grande, em relação ao trabalho que os catadores da cooperativa executam nas ruas, “[...] tenho orgulho dos companheiros que acreditaram e que continuam trabalhando aqui e estamos sempre em busca de novos parceiros para continuar o cooperativismo com vista ao comércio atacadista de resíduos e sucatas, separação e venda de materiais recicláveis e o reaproveitamento de matéria-prima”.

3.3.8 Diretora da Escola Municipal Pe. Tomaz Ghirardelli

a) Quadro de percepções detectadas

Relatos / Depoimentos Descrição I	Unidades de Significado Descrição II	Categorias
<p>A comunidade é muito grande, e é uma comunidade normal, como qualquer outra. Acredito que temos várias comunidades dentro do Dom Antônio. No entanto, de vez em quando é marginalizada pela mídia que precisa de notícias, e como aqui se tem muitos problemas sociais, passam-se a ser alvo de notícias.</p> <p>É uma população sofrida, mas que está superando, hoje se tem o lixão como um subemprego, um bico, quando se encontram desempregados.</p> <p>Têm-se muitos trabalhadores que vêm de outras localidades para trabalhar no lixão e não só aqui do Dom Antônio, Parque do Sol, Colorado e proximidades.</p>	<p>Hoje se tem o lixão como um subemprego, um bico, quando se encontram desempregados.</p>	<p>FACILIDADES</p>

Relatos / Depoimentos Descrição I	Unidades de Significado Descrição II	Categorias
<p>As dificuldades existentes aqui são as mesmas apresentadas em outros locais de Campo Grande e no Brasil em função do poder econômico, dos meios de comunicação e principalmente pelos Programas Sociais, que acabam acomodando a população, pois se ganham isto e aquilo ficam meio despreocupados em ter uma ocupação para produzirem alguma coisa.</p> <p>Temos um outro problema, que é a rotatividade de professores, e alguns que pensam que a Escola é deles. Ainda temos uma grande parte de famílias que deixam os filhos na escola, pois alegam precisar trabalhar, e cobra da escola a educação que deveria ser dada por eles. Por fim, tem-se o problema da rua, que é consequência da família (a família não dá atenção).</p> <p>Vejo que a grande dificuldade da Educação está em ter que dividir o seu espaço com outros, tipo a saúde que vai até a escola, levando dentista e outros, temos palestras de engenheiro, de advogados e outras e isso acaba prejudicando o tempo de aprendizagem do aluno.</p>	<p>Programas Sociais que acabam acomodando a população.</p> <p>Rotatividade dos professores.</p> <p>A Educação tendo que dividir o espaço com outras áreas.</p>	DIFICULDADES
<p>Temos um grande potencial, pois os pais são presentes, participam, dão sugestões e ajudam na busca de soluções, respeitam o espaço, estão sempre próximos da escola.</p> <p>Hoje temos 14 (quatorze) salas de primeiras séries, com o nosso iniciar, no entanto, quando passam para as demais séries já se defrontam com colegas vindos de outros locais, aí a maneira de trabalhar é outra, pois nos deparamos com todos os níveis de aprendizado, ou seja, uns mais fracos, outros mais avançados e outros intermediários.</p> <p>Acredito que a grande força está em cada um de nós, onde temos que buscar e melhorar a partir das nossas atitudes, de nós mesmos.</p>	<p>Pais presentes participam, dão sugestões e ajudam na busca de soluções.</p>	POTENCIALIDADES

b) Comentário

Segundo a diretora, a presença do lixão próximo da comunidade é uma forma de irem até lá fazerem um “bico” e trazerem dinheiro para casa. Considera que a mídia tem facilidade de transformar em notícias os vários problemas ali existentes.

Como dificuldades, acredita-se que são as mesmas vivenciadas em outros lugares. É uma realidade brasileira em função do poder econômico, dos meios de comunicação e principalmente, dos programas sociais, que acabam acomodando a população, pois se ganham isto e aquilo ficam despreocupados em ter uma ocupação para produzirem algo. Outro problema é em relação à rotatividade de professores, e ainda o pensamento de outros que pensam que a Escola é deles. “[...] temos grande parte de famílias que deixam os filhos na escola, pois alegam precisar trabalhar, e cobra da escola a educação que deveria ser dada por eles”. Por fim tem-se o problema da rua que é ocasionado pela falta de atenção de algumas famílias para com os seus filhos.

A Escola é fator de potencialidade, pois a participação dos alunos, pais, docentes, funcionários e demais colaboradores passa por processo de conscientização, da sua importância e não atua isoladamente. A comunidade está sempre presente e disposta a empreender forças para soluções e novos caminhos. Ela acredita que a grande força está em cada um, em busca da melhora das próprias atitudes.

Diante das entrevistas realizadas com os agentes externos, o que se diagnosticou como dificuldade foi exatamente a deficiência da participação da comunidade. No entanto, as potencialidades destacadas servem de incentivo aos moradores para fomentar as atividades e as ações, aproveitando as facilidades localizadas para reverter o quadro dos problemas que persistem e, dessa forma, despertar e promover o desenvolvimento local da comunidade.

3.4 PERCEPÇÕES DOS AGENTES INTERNOS

Para a realização das entrevistas com os agentes internos, realizaram-se contatos, junto à comunidade, que destacaram as principais lideranças que aceitaram dar o seu depoimento.

As matrizes foram construídas seguindo a lógica dos agentes externos, em que o quadro de percepções detectadas foi criado por dados transcritos das entrevistas, procurando destacar as potencialidades, as dificuldades e as facilidades.

Os comentários foram finalizados a partir do quadro de percepções.

3.4.1 Conselheira do Conselho Regional da Região Urbana do Anhanduizinho

a) Quadro de percepções detectadas

Relatos / Depoimentos Descrição I	Unidades de Significado Descrição II	Categorias
<p>Eu sou Conselheira da Comunidade Viva – Região Anhanduizinho. Participo como Conselheira do Conselho Regional da Região Urbana do Anhanduizinho – Decreto 7.361 de 13/12/96, Conselho Comunitário de Segurança, Conselheira do Ceinf, Conselheira do Hospital Rosa Pedrossian, já estive em Brasília-DF representando Campo Grande em duas das convenções realizadas.</p> <p>Tenho muita facilidade em relacionar com o André, Nelsinho, a Antonieta, Tereza e outros, deixo as minhas portas abertas para entrarem e tomarem café ou então comer um pedaço de bolo.</p> <p>Quando precisamos de alguma coisa vou até eles e tive um dia que fiquei na Secretaria de Obras esperando o Secretário até falar com ele.</p>	Participação em vários conselhos representando a comunidade.	FACILIDADES

Relatos / Depoimentos Descrição I	Unidades de Significado Descrição II	Categorias
Gostaria que houvesse programas de geração de empregos, instalação de fábricas para dar empregos a esses meninos que ficam o dia todo na rua sem ter o que fazer e acabam se envolvendo naquilo que não presta: “drogas, sexo e música fank o dia todo”. Trazer palestras para a comunidade. Creche – o mais importante para atender as mães, que precisam deixar as crianças para ir trabalhar. Precisamos de liderança ativa, com voz ativa. Criar uma horta comunitária.	Falta de programas de geração de empregos.	DIFICULDADES
Em relação às conquistas que trouxeram benefícios para a Comunidade, a construção da Escola, a construção do Posto de Saúde, a pavimentação da Rua Evelina Seligardi, Fábrica da Gente, CECAF, SEMA, Ceinf, campo de futebol, quadra de esporte coberta (na escola), iluminação pública, foi tudo eu que implorei com o Prefeito André e conseguimos. Sempre deixei claro que – Meu chão é sagrado, meu imposto está pago, meu asfalto é uma bênção. Temos potencialidades, um exemplo é a Dona Salete, que trabalha com artesanato e vende. Já participamos até na televisão naquele programa da Débora da TV – onde fez uma reportagem boa sobre as crianças. Sugestões para melhorias – Criar uma Associação ou, porque não, uma Fundação – dar cursos de flores, doces, panetone, ovos de chocolate (Páscoa), costura para preencher o tempo das mulheres e também melhorar a sua condição de vida. Pretende fazer um Projeto junto a WWF – Mostra Água para a vida, água para todos: Boas práticas em saneamento - em relação à mina existente no fundo do Dom Antônio, que hoje só serve de ponto de droga, prostituição e retiro de areia.	Construção da Escola. Construção do Posto de Saúde Artesanato. Destaque na mídia.	POTENCIALIDADES

b) Comentário

A participação em vários conselhos faz da entrevistada líder da comunidade. Isto se traduz em facilidade no momento em que procura interagir com os problemas e a intenção dos moradores na busca de soluções e melhorias. Essa participação pode ser entendida como o elo entre o indivíduo e a sociedade, quando se permite a criação de novos canais, visando à tomada de decisões e à gestão local, em que a própria comunidade passa a ser ator principal.

A falta de programas de geração de empregos é uma das grandes dificuldades apontadas, em razão de que muitos jovens estão sem ter o que fazer.

Quanto às potencialidades, o compromisso em pagar pelo asfalto ou pelas benfeitorias recebidas é destaque, como também o interesse em divulgar o trabalho realizado pelas pessoas que trabalham com artesanato e moram próximas da comunidade, mas também vendem os seus produtos no Dom Antônio. Por outro lado, o anseio de colocar as sugestões em prática acaba atraindo a entrevistada para uma potencialidade por ela encontrada, que visualiza criar uma associação ou até mesmo uma Fundação, no intuito de proporcionar cursos de formação para preencher o tempo das mulheres.

3.4.2 Presidente do Clube Esperança da Terceira Idade

a) Quadro de percepções detectadas

Relatos / Depoimentos Descrição I	Unidades de Significado Descrição II	Categorias
<p>Invadi o primeiro lote em 02 de novembro de 1993.</p> <p>Em 17/11/93, mudei para o Dom Antônio, fiz um barraco e saía para trabalhar no Anache (tinha um mercado lá) e quando voltava o barraco já estava ocupado com outras pessoas.</p> <p>Perdi 18 barracos desta forma</p> <p>Só que quando comprei o terreno por R\$ 70,00 em 17/03/94, aí não deixei ninguém invadir, pois aquele era o meu cantinho e é o meu lar até hoje.</p> <p>Em 1995, o Sr. Daniel Cândido ganhou a primeira eleição para presidente do bairro. Ele, foi um dos primeiros fundadores do Dom Antônio. Em 96 chegou a Verona. Em 98, assumi a presidência do bairro. De 1999 a 2006, o Vilson assumiu. Sou fundador da Associação dos Idosos. Fui delegado do grande Mato Grosso. Em relação às contas de luz, água, IPTU, de 20 casas, 16 não pagas e aí quem paga acaba pagando de quem não paga. Temos duas creches, posto de saúde, escola e o Cecaf, precisam envolver os jovens no esporte ou outra atividade para tirar da vadiagem.</p>	<p>Adquirir um terreno.</p> <p>Participação comunitária.</p> <p>Contas de água, luz e IPTU.</p>	FACILIDADES
<p>Aqui em casa, tenho duas sala de aula do MOVA. São duas turmas, uma às 15 e outra às 17h. São 42 pessoas cadastradas, mas só apareceram três ou quatro que freqüentam.</p> <p>Tenho comigo que a palavra chave é Educação.</p> <p>O ideal é que fosse criado alguns cursos, tipo cabeleireiro e outros para ocupar e formar.</p> <p>A pobreza é muita, só que a população acomoda.</p>	<p>Associação dos Idosos.</p> <p>Sala de aula do MOVA.</p> <p>Educação.</p>	POTENCIALIDADES
<p>Uma das maiores dificuldades do bairro é a questão política, temos nos quatro bairros cerca de 19.000 eleitores. Na época de política, eles vêm aqui e fazem muitas promessas e depois esquecem.</p> <p>A segurança é péssima, temos assalto todos os dias.</p> <p>O pessoal que trabalha no lixão traz tudo para casa e atrapalha o bairro.</p> <p>Temos uma gurizada de rua que por volta das 20 às 22h, fazem muita bagunça, já matou um policial e depois das 23h aí eles deitam e rolam, a maioria armada. Deveria ter mais rigor para desarmar estes jovens e ainda temos as gangues de 8 a 10 anos, que já começaram a roubar durante o dia mesmo.</p> <p>Em frente ao CEMA criou-se uma favela, é um comodato, mas virou um ponto de comércio para ganhar dinheiro, rola muita droga, prostituição e marginalidade. Temos que fazer alguma coisa para acabar com isso.</p> <p>O povo precisa falar uma língua só, as lideranças não se unem, falta de cultura.</p>	<p>Questão política.</p> <p>Segurança.</p> <p>Adolescente.</p> <p>O povo precisa se unir.</p>	DIFICULDADES

b) Comentário

Quando o entrevistado comenta sobre as facilidades de invasão dos terrenos, no início da criação da comunidade, e também de como foi a formação de lideranças e resume

com bastante clareza os anos e as pessoas em que sempre estiveram à frente, como presidente do bairro e/ou representante, demonstra um acompanhamento e interesse pelo local. Coloca também a facilidade existente em relação ao consumo de água, luz e telefone, em que os moradores, na sua grande maioria, usufruem sem se preocupar com o pagamento do seu próprio consumo.

A Associação dos Idosos, fundada por ele, revela uma potencialidade, no sentido da busca de alternativas para proporcionar aos moradores uma educação e possibilidade de formação profissional. Existe o programa MOVA, que funciona na sua casa, porém, das 42 pessoas cadastradas só aparecem três ou quatro. No seu pensamento a educação é a palavra chave para resolver parte das incoerências percebidas por ele na comunidade.

Já as dificuldades são várias, a começar pela pobreza de muitos, a segurança ainda bastante precária apesar de já ter melhorado nestes últimos anos, a questão política, em que os principais líderes não se unem e agem individualmente e a preocupação com as pessoas que não se unem.

3.4.3 Presidente da Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Pe. Tomaz Ghirardelli

a) Quadro de percepções detectadas

Relatos / Depoimentos Descrição I	Unidades de Significado Descrição II	Categorias
<p>Temos que a mulher toma a frente na modernidade e deixou claro que daqui a 10 anos os homens não terão mais à frente, porque as mulheres irão tomar conta.</p> <p>Aqui nós temos que as mulheres não crescem mais na comunidade por falta de informação.</p> <p>Elas terão que lutar para crescer.</p> <p>Até hoje só temos a D. Dalva, que foi presidente do Lageado.</p>	Atuação da mulher.	FACILIDADES
<p>Hoje temos 2.600 alunos na Escola Pe. Tomaz, temos problemas na biblioteca, pois não comporta receber outros alunos, aí damos preferência para os nossos, que estão estudando, que é importante, e damos incentivo para que eles possam participar de tudo o que está acontecendo. Temos 36 salas de aula, com 45 alunos.</p>	Educação escolar.	POTENCIALIDADES

Relatos / Depoimentos Descrição I	Unidades de Significado Descrição II	Categorias
<p>A população está acomodada, e não procura trabalho e ainda justifica que as pessoas não vão aceitá-la devido serem do Dom Antônio. Educar as pessoas que trabalham no lixão, que trazem o lixo para o Dom Antônio. O ideal seria arrumar uma área e orientar como trabalhar com a reciclagem, porque eles não vão aceitar sair daqui, porque não são educados. Para eles, o lixão não pode acabar, pois armazenar e fazer a cata é o ramo deles ganhar dinheiro. São seis pessoas fortes na área de coleta no bairro e eles dominam toda as pessoas que trabalham no lixão. Se dependesse de mim ninguém traria lixo para o bairro. No tempo do André, uma Cooperativa foi aberta, mas não deu certo porque na hora de repartir os lucros, os que não trabalham é que saíam com a maior quantia de dinheiro. Agora eles não querem ouvir falar de cooperativa. Sou analfabeto, mas procuro observar tudo para poder orientar e trabalhar melhor. Sugestão para melhorar o bairro. Liderança se unir (centros comunitários, presidentes do bairro, gerentes, enfim unir forças). Acabar com o individualismo da Verona e do Vilson, que não aceitam quando as coisas acontecem vindas por outras lideranças. Participação, pois se eles não vierem, nós não teríamos nada. Posto de Saúde, fecha na sexta-feira às 11h e volta somente na segunda, o ideal era que ficasse aberto 24h. O Posto não tem ambulância, existe uma discriminação das pessoas. SAMUR não atende mulher grávida, para eles não é emergência, imagina. Por que não atende? A mulher grávida tem 9 meses de preparação. Um táxi não vem aqui para atender por menos de R\$ 40,00. Creche – as crianças que estão na creche hoje são na maioria de mães que não trabalham e que ficam em casa dormindo, tomando tereré e as mães que trabalham não conseguem vaga, falta de coleguismo, companheirismo da comunidade. Parceria – tem que falar uma só língua, liderança e comunidade, ser amigos de todo mundo, a partir daí criar pessoas com voz ativa, deixar de pensar no individualismo, acredito que tenha uma importância da participação nos movimentos. Reunir os empresários dos estabelecimentos, Mercado Colorado, Mercado Verdurão, Mercado JJ, Mercado Praça Nossa, Mercado Dois Irmãos, Depósito de material de construção – Colorado, Kaike, Ribeirão, Mercado Fran, RS e Mercado Real. E educar as nossas crianças para um caminho melhor no futuro.</p>	<p>Acomodação da população. Falta de educar as pessoas que trabalham no lixão. União das lideranças. Maior participação. Rever horário do posto de saúde.</p>	<p>DIFICULDADES</p>

b) Comentário

Desta entrevista, a facilidade percebida foi exatamente o destaque para a emancipação feminina. De acordo com o entrevistado: “[...] a mulher toma a frente na modernidade e daqui a 10 anos os homens não terão mais à frente, porque as mulheres irão tomar conta”.

A Escola continua sendo uma das potencialidades da comunidade. Ele acredita que é necessário educar as nossas crianças para um caminho melhor no futuro, possibilitando desta forma encontrar uma das alternativas para o desenvolvimento local.

O destaque maior foi para as dificuldades que acabam se configurando como anseios que poderiam até se transformar em potencialidades, visto que, quando fala em educar as pessoas que trabalham no lixão, pode-se perceber que existe uma potencialidade das pessoas que estão inseridas nesta atividade comercial. Ao mesmo tempo, não se educam essas pessoas para que elas possam pensar e agir de forma diferente, no intuito de capacitar e melhorar a atuação no seu trabalho, pois, na sua visão, o lixão não pode acabar, já que, no momento, é a sobrevivência de muitas famílias. Quando fala da dormência das pessoas, falta de união e participação das lideranças, o entrevistado demonstra grande preocupação, pois o individualismo deveria acabar e a população deveria se organizar para reivindicar e agir, buscando diminuir os problemas e melhorar a qualidade de vida. Já o poder público, na área de saúde, precisa melhorar o seu desempenho, estendendo o seu horário de atendimento, com o intuito de aprimorar a assistência dada à população.

3.4.4 Presidente da Federação dos Moradores de Mato Grosso do Sul

a) Quadro de percepções detectadas

Relatos / Depoimentos Descrição I	Unidades de Significado Descrição II	Categorias
Eu vejo que pela idade, o desenvolvimento do Dom Antônio é bom, tem uma estrutura boa e o desenvolvimento social desenvolvido. O problema do lixão é difícil, mas é um trabalho como outro qualquer e sobrevivência de alguns moradores. Parte da vida daqui sobrevive do lixo, a preocupação é o bem-estar da comunidade, (Anexo C) que se depara com a reciclagem que é trazida do lixão para as suas moradias, em que a reciclagem se faz nas próprias casas e isso não tem uma boa aparência. As linhas de ônibus são boas. O Posto de Saúde também tem o programa de Saúde da Família.	O trabalho no lixão é como outro qualquer. Reciclagem. Infra-estrutura boa.	POTENCIALIDADES
Ainda temos um nível baixo, pessoas carentes, mas a parte social dos vicentinos e espirítistas trazendo coisas, deixa as pessoas acomodadas, que ficam esperando. Com isso, temos uma imagem negativa, começam a criminalidade, as bocas de fumo – drogas e outras consequências da falta do que fazer. O Agente Jovem implantado também traz problemas, pois a juventude passa a frequentar e estamos tendo meninas ficando grávidas. É bom dar uma olhada e ver o que está acontecendo por lá. Só que a luz e a água é praticamente tudo no “gato”. A questão segurança tem feito trabalhos bons, mas a rapaziada, por não ter o que fazer, acaba se envolvendo naquilo que não deveria. Um dos grandes problemas são as bocas-de-fumo. O Poder Público deveria lançar empresas na região para dar oportunidade para esses jovens, ou então melhorar o lazer, pois aqui o campo de futebol tem domínio. A sugestão que deixo é trabalho – formar empregos para o povo, área de lazer, acredito que traria mudanças, pois a população gosta daqui e a morada quem faz é a gente.	Organizações que promovem ajuda e acabam prejudicando o bairro. Problemas com substâncias psicoativas. Representação política.	DIFICULDADES

Relatos / Depoimentos Descrição I	Unidades de Significado Descrição II	Categorias
Fui presidente de bairro em dois mandatos e hoje vejo que não temos um representante político com iniciativas para a comunidade, esm para ele mesmo. Mas apesar de todos esses problemas, gosto de morar aqui, e ainda temos o privilégio de ouvir os pássaros cantar, as araras e até tucanos vêm nos visitar, ainda temos um ar puro para respirar.	Sentimento de pertença.	FACILIDADES

b) Comentário

Destaca-se, na entrevista, que a infra-estrutura existente na comunidade é um fator de potencialidade, assim como o trabalho no lixão e a reciclagem que é feita em algumas residências do bairro, possibilitando um comércio utilizado pelos catadores na intermediação de seus produtos com as empresas que absorvem este tipo de produção.

Como dificuldade, retrata a ajuda que os vicentinos, espíritas e outras organizações fazem com o intuito de amparar os moradores. Isso faz com que eles fiquem esperando “sempre” pelo auxílio. Em relação à interferência de pessoas e de grupos da comunidade que comercializam drogas, fator que potencializa a violência e gera insegurança nos moradores que objetivam a formação de grupos produtivos, além de criar um antagonismo maléfico entre a remuneração pelas atividades do tráfico de drogas e a remuneração advinda de uma atividade produtiva ou comercial lícita. A falta de representação política também foi considerada uma dificuldade, visto que impede o processo de planejamento e execução de projetos que formariam propostas de Desenvolvimento Local para a região.

O sentimento de pertença apontado como facilidade evidenciou o fortalecimento da Comunidade. Martins (2005, p. 112-13), destacou “[...] O lugar além de espaço percebido é também espaço sentido e este sentimento é fundamental para estabelecer uma verdadeira relação de respeito e compromisso (no sentido ecológico) com o meio social e natural”.

3.4.5 Presidente da Associação de Moradores do Bairro Dom Antônio Barbosa

a) Quadro de percepções detectadas

Relatos / Depoimentos Descrição I	Unidades de Significado Descrição II	Categorias
<p>Sou conhecido como locutor, trabalhei na rádio Capital, Guanandi e Difusora. Moro no Dom Antônio desde a sua implantação. Sou Conselheiro Regional da Região Urbana do Anhanduizinho (Anexo C), e tenho trabalhado a frente há bastante tempo. Não temos parceria e isto dificulta bastante o nosso trabalho. A Associação de Moradores foi fundada por nós, temos toda a documentação e cerca de 1.900 (um mil e novecentos) cadastrados. Temos ações fortes no esporte e também a festa Julina, tradição do compadre Vilson, já é a 7ª e nunca aconteceu nada, somente diversão e alegria. Cerca de 3000 (três mil) pessoas por noite participam do rodeio, parque infantil e 40 a 50 barracas da comunidade, com muita comida e brincadeiras. Promovemos vários cursos de capacitação, com emissão de certificado (Anexo A), os núcleos por setores formados dentro da associação agilizam o trabalho e ajudam a promover os eventos. Temos um potencial forte que são os grupos de dança, já formamos 58 e fizemos várias apresentações. Isso ajudou muito essas crianças, jovens e adolescentes, que ocupavam o seu tempo com a dança. O esporte também está sempre presente, apesar de que gostaria da participação ainda maior, pois só assim teriam uma ocupação desses jovens. Temos apoio da Fundesport, mas ainda é muito pouco. Temos as chamadas no rádio, que incentiva e leva o nome do Dom Antônio para o resto da grande Campo Grande. O meu grande sonho é colocar a rádio comunitária em ação, já compramos dois terrenos e estamos atrás de parceria. Tenho certeza de que vamos conseguir e melhorar ainda mais o Dom Antônio, pois apesar de não ser reconhecido o meu trabalho como presidente dos moradores daqui, gosto do que faço e quero fazer mais pela comunidade. Quando perguntado das pessoas que trabalham no lixão, respondeu: Aquelas pessoas não têm outra opção de emprego, elas querem sair, mas não acham outro rumo para tomar, não tem outra fonte de renda, tem os filhos para tratar. São poucas as pessoas que saíram e que mudaram de profissão, e quando mudaram e não deu certo, retornaram, mesmo porque não tem outro caminho. Só que tem muita gente que trabalha lá que não é morador do Dom Antônio, são de outros bairros e, quando a imprensa fala, menciona como se fossem todos daqui e isso não é verdade.</p>	<p>Associação de Moradores. Tradicional Festa Julina. Grupo de dança. Esportes. Chamadas nos programas de rádio que incentivam e levam o nome do Dom Antônio para o resto da grande Campo Grande.</p>	POTENCIALIDADES
<p>A nossa grande dificuldade é não ter apoio, tanto dos órgãos públicos, tanto da própria comunidade que não ajuda. Um exemplo foi as ações da quadra, a SESOP veio e arrumou, regularizou a iluminação pública, mas o que aconteceu: roubaram os fios da quadra e aí penso que falta educação para que a comunidade seja mais amiga. Temos um problema de três árvores que ficam no meio da rua e que estamos agilizando, junto à prefeitura, para que possamos retirá-las, melhorando assim o acesso às pessoas que moram ali. A Economia era forte e está ficando fraca. Além do trabalho do lixão ser discriminado, mas é o que movimenta o bairro. A Fábrica da Gente não tem mais. Foram ações fortes, mas que acabou e ninguém sabe o porquê. O Dom Antônio é considerado área de risco, falta de poder aquisitivo e temos muitos problemas com drogas, apesar da segurança ter feito um ótimo trabalho aqui e conseguimos que alguns elementos mudassem para outros lugares, diminuindo assim esse problema.</p>	<p>Apoio dos órgãos públicos. Reativar a Fábrica da gente. Reativar a economia que era forte e está ficando fraca.</p>	DIFICULDADES

Relatos / Depoimentos Descrição I	Unidades de Significado Descrição II	Categorias
O supermercado Colorado colocou uma academia no espaço onde era só mercado, o proprietário disse que para não perder tem que diversificar para proporcionar novidades à comunidade e tentar levantar o comércio que se encontra bastante fraco.	Criar alternativas para continuar no Dom Antônio.	FACILIDADES

b) Comentário

A entrevista proporcionou novo olhar para o Dom Antônio, e destacaram-se como potencialidades os grupos de dança, que têm valorizado muito as crianças, jovens e adolescentes, no sentido de terem ocupação e realizarem um trabalho de valorização, criando vínculo de aprendizagem e participação em diversos eventos realizados na comunidade e em outros locais. A Festa Julina já é tradição, além de lazer, proporciona alternativa comercial, em que os moradores com suas barracas fornecem a culinária típica, jogos, brincadeiras e artesanatos. O esporte, as chamadas nas rádios e a associação de moradores foram considerados como potencialidades, por serem iniciativas da própria comunidade e terem total relação com a questão do Desenvolvimento Local.

Considera-se dificuldade a desativação da Fábrica da Gente, que até então era uma maneira de gerar emprego e renda para parte dos moradores da região, mas que, segundo o Sr. Vilson, eles estão tentando colocá-la em ação novamente para tentar estruturar a economia local que está enfraquecendo.

A facilidade detectada foi a criatividade dos comerciantes, implantando novas alternativas, por exemplo, a abertura de uma academia, dividindo espaço com o mercado, procurando, desta forma, permanecer no local.

A entrevista do Sr. Vilson apresentou um quadro de adequadas perspectivas para o Desenvolvimento Local, ações positivas, capazes de acrescentar valores.

Portanto, o que se observa do resultado das entrevistas com os agentes internos é que existem potencialidades, dificuldades e facilidades. Parte dos moradores está incentivada a investir na estrutura local com o intuito de dinamizar as suas atividades e procuram alternativas com o objetivo de fomentar a capacidade de gerar renda, inclusão social e valorizar a comunidade, aprimorando e preservando os seus costumes e tradições.

O capítulo que segue apresenta a análise da relação entre a Comunidade e o Desenvolvimento Local, com vistas às suas potencialidades, dificuldade e facilidades diagnosticadas na intenção de promover o desenvolvimento local.

4 RELAÇÃO ENTRE A COMUNIDADE E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Este capítulo apresenta a relação sobre o comportamento dos agentes internos e externos, envolvidos na pesquisa, e contempla uma análise do pensamento da Comunidade Dom Antônio Barbosa quanto às potencialidades e perspectivas de Desenvolvimento Local.

A relação desenvolvida com a comunidade proporcionou levantar as potencialidades, facilidades e dificuldades com o intuito de diagnosticar e verificar principalmente se essas ações dos agentes estão centradas no modo de pensar e agir da comunidade.

Com base no referencial teórico tratado no capítulo 1 e nos dados revelados nos capítulos 2 e 3, parte-se para uma análise, levando em consideração o objetivo proposto, cujo centro é diagnosticar e analisar potencialidades e perspectivas da Comunidade Dom Antônio Barbosa, constituída, em sua grande maioria, de catadores de lixo urbano, tendo em vista o Desenvolvimento Local.

4.1 NO PRISMA DAS POTENCIALIDADES E PERSPECTIVAS DIAGNOSTICADAS

Os moradores da comunidade Dom Antônio Barbosa, que trabalham na cata de lixo urbano nas dependências do lixão de Campo Grande-MS, representam um dos componentes da análise das potencialidades existentes. Esta atividade passou a ser significativa para a população desde a criação da comunidade, em função da falta de emprego e também do meio de sobrevivência que encontraram nas proximidades de suas residências.

Ao relacionar a afinidade da cata de lixo urbano com as iniciativas de desenvolvimento local, recorreremos ao nosso referencial teórico, especificamente na citação de Ávila (2000), que esclarece a necessidade de reforçar a capacidade na busca da sua própria

via de desenvolvimento, utilizando-se das forças das iniciativas locais das quais, em regime democrático, a comunidade possa ter auto-estima e confiança para tornar-se capaz, competente e hábil para buscar as suas próprias alternativas para seus mais imediatos problemas, necessidades e aspirações. Portanto, a partir do momento que esses catadores tiveram a sensibilidade, a mobilização e a coragem de encarar todos os obstáculos referentes a esse trabalho, isso representa uma potencialidade local.

A localização da comunidade foi citada como potência de riqueza, visto que o lixão está próximo e facilita o acesso dos moradores do Dom Antônio que ainda fazem da cata o seu meio de sobrevivência. O lixo que pode ser reaproveitado é catado por eles e comercializado por atravessadores ou “sucateiros” que revendem, criando assim a rede de reciclagem.

Os estudos de impacto ambiental indicam o potencial dos catadores e a necessidade de construir o aterro sanitário de Campo Grande-MS e desativar o atual lixão. De acordo com as informações da professora e pesquisadora da UFMS, Sônia Hess, que acompanha a discussão sobre o lixão de Campo Grande-MS desde o início, a mesma relatou que ‘O lixo não é lixo é matéria-prima no lugar errado’, para mostrar a importância desses resíduos, a pesquisadora sugeriu a idéia de se fazer um pólo industrial de reciclagem no município, já que Campo Grande-MS é rota de escoamento do produto. O material reciclável que vem de Rondônia e Mato Grosso passa pela capital para chegar em São Paulo.

Neste contexto, surge a preocupação dos catadores no sentido de saber se eles serão aproveitados e treinados para comporem este pólo industrial de reciclagem, visto que seria uma forma de inseri-los na atividade regularizada.

O processo associativo deve acontecer com ações integradas e políticas públicas que visem à inclusão social da potência local e o investimento no que diz respeito à qualificação, objetivando a valorização das potencialidades da comunidade e a sua autogestão. Já existe há seis anos o arranjo desses potenciais com organização coletiva. Esta articulação já pode ser observada em Campo Grande-MS por meio da Coopervida, na qual existe uma organização social dos indivíduos que trabalham como catadores urbanos.

No quadro 3.4.5, no depoimento do agente interno, presidente da Associação dos Moradores do Dom Antônio Barbosa, a expressiva atuação do grupo de jovens, no aspecto cultural, haja vista a dinâmica dos grupos de dança apontada como potencialidades, passa a ser uma ferramenta da qual se tiram os jovens da marginalidade e do mundo das drogas, contribuindo para a formação, além de proporcionar momentos de lazer, união e

compromisso, não os expondo à necessidade de sobrevivência em idade tenra, por meio da mobilização da sociedade civil.

Em destaque também a atuação das mulheres, por meio do artesanato, bijuterias, tapetes e a grande vontade que têm em criar uma associação ou fundação para proporcionar cursos de formação, para dessa forma, preencher melhor o tempo.

A Associação dos Idosos e o Programa MOVA traduziram-se em potencialidades, no sentido de que a preocupação em atender os idosos por meio dos cursos oferecidos para melhor instrução sobre a hipertensão e os cuidados com a saúde também faz com que eles tenham a oportunidade de aprender a leitura e a escrita, recuperando assim o grande desejo de estar junto à sociedade, com dignidade, pois saber ler e escrever é dignificante.

A educação, por meio da escola, é outro fator de potencialidade, visto que educar é o melhor caminho para o futuro. A preocupação em investir no estudo dos filhos é fator primordial que se manifesta no desejo dos pais, já que para eles essa condição de adquirir conhecimento é fundamental, tendo como intuito o de colaborar para significativas transformações na comunidade em que vivem.

O ideal seria manter a educação ao longo da vida, baseando-se em: aprender a conhecer, que significa aprender a aprender; aprender a fazer, a fim de adquirir, não somente uma qualificação profissional, mas, de uma maneira ampla, competências que tornem a pessoa apta a enfrentar numerosas situações e trabalhar em equipe; aprender a viver junto, desenvolvendo a compreensão do outro e a percepção das interdependências, realizar projetos comuns e preparar-se para gerir conflitos, no respeito pelos valores do pluralismo, da compreensão mútua e da paz; aprender a ser, para melhor desenvolver a sua personalidade e estar à altura de agir com cada vez maior capacidade de autonomia, de discernimento e de responsabilidade pessoal. Para isso, não negligenciar na educação as potencialidades de cada indivíduo: memória, raciocínio, sentido estético, capacidades físicas, aptidão para comunicar-se.

4.2 NO PRIMA DAS DIFICULDADES E INTERFERÊNCIAS DIAGNOSTICADAS

Uma das principais dificuldades expostas pelos agentes internos e externos é em relação à questão de participação da comunidade local: a grande maioria entende que é muito pequena e insignificante.

A educação é colocada como uma ferramenta essencial para adquirir a participação. A comunidade e os demais agentes entrevistados consideram que as mudanças só ocorrerão quando as crianças, jovens e adultos possuidores de um potencial significativo, comecem a mudar o comportamento da comunidade, disseminando e despertando a participação dos demais moradores. Permitirem a criação de novos canais de participação, elos entre o indivíduo e a sociedade. A tomada de decisões e a gestão local serão mais democráticas, representativas e participativas.

O pouco envolvimento da comunidade com as lideranças locais, e demais agentes envolvidos no processo de desenvolvimento, comprova que a comunidade precisa reagir, no sentido de buscar novas alternativas para conquistar seus objetivos. O processo deve começar com a conscientização de todos, já que existe expectativa da comunidade por cursos profissionalizantes, no sentido de preparar as pessoas, possuidoras de potencial adormecido, mas que precisam ser despertadas.

A desativação da Fábrica da Gente tornou ainda mais complicada a questão da falta de emprego e ocasionou o aumento da pobreza em função de que aquelas pessoas que lá estavam, além de ocuparem o seu tempo com um aprendizado e produção, acabaram desempregadas e na busca por outro trabalho.

Várias instituições propõem iniciativas externas com a finalidade de proporcionar alguns momentos de alegria e conversação, principalmente com as crianças. Esta ação é vista de forma positiva e negativa (despreocupação), pela comunidade, no momento em que se deparam com situações das quais as responsabilidades de se conquistar algo fica em segundo plano, a medida em que recebem tais benefícios. Um outro agravante são as drogas, fator que potencializa a violência e gera insegurança na comunidade.

A promoção de saúde é uma esfera para originar o Desenvolvimento Local, visto que visa ao cotidiano e às tarefas corriqueiras de grupos, instituições e comunidade. Uma das estratégias relevantes como atividades dirigidas para o desenvolvimento de habilidades pessoais e para o reforço das capacidades do indivíduo e da comunidade seria uma alternativa, levando em conta que, ao pensar na promoção de saúde, temos em vista o perfeito bem-estar físico, mental e social. Por outro lado, compreende-se a saúde como um estado de razoável harmonia e integração entre as pessoas e o ambiente, em que os fatores biológicos, psicológicos e sociais constituem-se em interação contínua.

A falta de programas de geração de emprego compromete e aumenta a ansiedade dos moradores que estão buscando melhorias. A implantação destes programas também seria uma forma de despertá-los para o aproveitamento de suas potencialidades.

4.3 NO PRISMA DAS FACILIDADES E PERSPECTIVAS DIAGNOSTICADAS

Dentre as facilidades, destacam-se o sentimento de pertença e o bom relacionamento entre os moradores, do qual desencadeiam o processo de interação, de cooperação e ajuda mútua com o objetivo de buscar uma vida melhor.

O Conselho Comunitário de Segurança e a Polícia Militar promovem ações e esquematizam novas atividades, principalmente junto ao comércio, com vistas à melhoria da segurança pública. Esse relacionamento vem diminuindo a preocupação dos moradores, no sentido de proporcionar um acompanhamento diário, no que se refere às problemáticas existentes naquela comunidade.

O atendimento por voluntários, está possibilitando novas perspectivas de vida. É um momento em que o profissional tem contato direto com a população, e tem contribuído na promoção do Desenvolvimento Local.

A criatividade dos comerciantes apresentando novas alternativas de mercado facilita a economia urbana da comunidade, que encontra praticamente tudo bem próximo de seus lares, promovendo uma diversificação nos produtos.

O lixão é um subemprego que faz dos catadores de lixo urbano, por cata e separação para venda de materiais reaproveitados. A mão-de-obra oferece capacidade para os órgãos públicos resolverem o problema do lixão de Campo Grande-MS, visando minimizar os impactos ambientais em prol do meio ambiente e da qualidade de vida.

O envolvimento dos agentes externos, com suas técnicas, equipamentos e execução de serviços fundamentais, proporciona facilidade, no momento em que a comunidade visualiza as mudanças e melhoria no seu bairro. Isto pode contribuir para a formação do associativismo ou cooperativismo, pois as ações poderão ser desenvolvidas em conjunto, proporcionando a valorização da cultura e identidade local.

5 DESTAQUES SOBRE POTENCIALIDADES PARA: COMUNITARIZAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E ASSOCIAÇÃO- COOPERAÇÃO

Este capítulo expõe, a partir das pesquisas, estudos e experiências realizadas no decorrer do Programa de Mestrado e também da minha participação no Projeto de Pesquisa “Essência Constitutiva de Comunidade no Prisma de Desenvolvimento Local”, uma apreciação do comportamento dos agentes internos e externos da Comunidade Dom Antônio Barbosa quanto às perspectivas de Desenvolvimento Local.

Para escrever este capítulo foi necessário analisar o conteúdo dos capítulos anteriores sob uma dimensão horizontal, em que procurei subir no mirante¹⁰ para visualizar as grandes lógicas centradas no modo de pensar e agir da comunidade, assim como as análises comportamentais da mesma, destacando as suas performances comunitárias, participação e aproveitamento das suas potencialidades.

O processo de comunitarização e os conhecimentos dos fenômenos de divergência e convergência nos remeteram à identificação de várias performances comunitárias no território da Comunidade Dom Antônio Barbosa. Percebeu-se que existem várias comunidades que foram se formando ao longo dos anos e as que mais se destacaram foram as comunidade de catadores de lixo e as comunidades específicas com destaque para as entidades religiosas, esporte e lazer e associativas.

5.1 EM TERMOS DE “GRANDE COMUNIDADE DE SOBREVIVÊNCIA”

A Comunidade de catadores de lixo que está inserida na territorialidade do trabalho no lixão e moram no contexto territorial da Comunidade Dom Antônio Barbosa constitui a “grande comunidade de sobrevivência”.

¹⁰ Mirante: o pesquisador se volta para o seu próprio trabalho já formulado, sobretudo Parte Central, analisa-o a partir da visão de seu conjunto, fazendo emergir as Grandes Lógicas que permeiam. (ÁVILA, Notas sobre Monografia – III Parte Conclusiva, p. 7)

Os traços aparentes dessa comunidade se apresentam como os de parcelas da sociedade que possuem baixa renda, a comunidade foco do estudo –catadores de lixo- se constituiu de trabalhadores com o sonho de ter a casa própria e perspectivas de conseguir realizar conquistas fundamentais para as suas vidas.

O movimento de construção das moradias, no início formado por barracos cobertos por lona, demarcou esforço por parte dos moradores que não desistiram, ao contrário persistiram na busca de melhorias, que visivelmente estão reveladas num processo de desenvolvimento.

A falta de emprego, aliada à localização geográfica do loteamento são fatores que propiciaram o desenvolvimento da atividade de cata no “lixão” de Campo Grande-MS, uma das atividades mais freqüentes desde a sua origem até os dias de hoje.

Nesse prisma as diversas territorialidades derivadas da cata no lixão são identificadas como pontos de divergência na comunidade do Dom Antônio Barbosa, mas especificamente nas três últimas ruas do loteamento, em que acontecem a seleção e a comercialização dos produtos para reciclagem como: papel, papelão, latas de alumínio, garrafas, entre outros.

As relações de vizinhança foram facilmente identificadas por meio de observações em que esses se relacionam através de roda de tereré, rodas de bate papo, na sua maioria formadas por mulheres que além de estabelecerem as suas territorialidades no lixão, se fazem presentes no processo de separação dos materiais trazidos para a comunidade.

O desenvolvimento na comunidade de catadores extrapolou os limites das três últimas ruas tendo em vista o processo de emancipação das comunidades existentes, considerando que suas diversas reivindicações, projetadas para o bem comum da coletividade, foram atendidas pelo poder público.

Os exemplos das conquistas do processo de comunitarização foram a construção de equipamentos sociais nas áreas de educação, saúde, assistência social, esporte e lazer e geração de emprego e renda. No entanto, ressalta-se que o processo de emancipação para a comunidade de catadores está vinculado, no momento, apenas ao suprimento das necessidades básicas de sobrevivência, não sendo implantadas organizações com mobilização para a associação-cooperação na localidade.

Por outro lado, tem-se a Rua central do loteamento Dom Antônio Barbosa como um dos espaços que possibilitam a comunitarização nas comunidades-localidades do seu entorno, e estrategicamente usada nas movimentações do comércio local e das entidades religiosas que significativamente fomentam o dia-a-dia dos moradores.

Fica evidenciado que a evolução da comunidade se fez por meio de Desenvolvimento para o Local, uma vez que as atividades desenvolvidas foram pautadas em ações assistencialistas, promocionais e filantrópicas. Isto significa que a comunidade, na busca cotidiana pela sobrevivência, face às adversidades e facilidades do ambiente assume diversas formas de organização.

5.2 EM TERMOS DE “COMUNIDADES ESPECÍFICAS”

Na Comunidade Dom Antônio Barbosa identificaram-se comunidades específicas que foram se formando por meio da religião, do esporte e lazer e associativas, conforme descritas a seguir.

a) Religiosas

A capacidade de se interagir tendo como princípio a religiosidade, evidencia a existência de várias comunidades religiosas no Dom Antônio Barbosa.

Destacou-se como sendo as mais significativas, a católica, a espírita, a evangélica entre outras. Percebeu-se que as doutrinas estão presentes desde o início da formação do loteamento, se caracterizando como fonte de identidade, vez que constitui os principais fundamentos da sua vivência em que as pessoas familiarizadas procuram compartilhar os seus problemas, alegria e esperanças de uma forma simples, com poucos recursos, mas com uma dedicação imensa no intuito de minimizar as dificuldades lá encontradas.

Os relacionamentos construídos por estas comunidades, além de orientação religiosa e solidariedade, buscam aproximar as pessoas proporcionando organização e participação, dos quais surgem os encontros, em que as famílias, crianças e jovens podem conversar, falar de suas vidas, momentos em que essas relações extrapolam o ambiente e a abrangência das doutrinas.

No depoimento retratado no item 3.4.4, em que o agente interno fala “[...] Ainda temos um nível baixo, pessoas carentes, mas a parte social trazida pelos vicentinos e espíritistas trazendo coisas, deixa as pessoas acomodadas”. Observa-se que essa relação somente acontece em função de que foi um dos meios que esses multiplicadores encontraram para atraí-lo, ou seja, se não fizerem o sopão, ou a salada de frutas para distribuir, eles acabam por não ter uma frequência permanente.

São nesses momentos que se percebe uma considerada participação das crianças, tendo em vista que procuram estar sempre presentes, com isso acabam levando para casa algo especial em que ouviu ou então que memorizou, diante das palestras, brincadeiras e outras atividades que são realizadas com o objetivo maior de proporcionar pelo menos um instante diferente na vida de cada um deles.

Nas conversas informais com os representantes dessas entidades religiosas observou-se que o trabalho é lento e gradativo, mas comprometidos no sentido de que essas entidades persistem em continuar contribuindo com o mínimo possível, que passa a ser significativo, pois acreditam que a semente está sendo plantada para, num futuro próximo, colherem os frutos.

Percebeu-se ainda, que existem conjuntos de relações, alguns voltados para as celebrações e eventos da igreja, estabelecendo compromissos assumidos pelos componentes das comunidades e às relações entre famílias, divididas em alianças menores em que assumem totalmente a congregação e outras que trocam de entidades religiosas na busca de alternativas diferentes para as suas vidas, tendo em vista os julgamentos e impressões deixadas por cada tipo de religião.

b) Esporte e Lazer

Partiu-se do item 3.4.5 para comentar das comunidades criadas a partir do esporte e lazer que predomina o cotidiano dos moradores do Dom Antônio Barbosa.

As ações fortes no esporte, como as partidas de futebol, que acontecem constantemente, movimentam os relacionamentos primários, criando um domínio de território e emoções que extrapolam o ambiente proporcionando momentos de lazer e descontração.

Outra comunidade identificada é a de jovens formando grupos de dança, interagindo as atividades do seu dia-a-dia com os ensaios que acabam contribuindo para o despertar de novas atividades e vislumbrar um futuro melhor. A origem deste trabalho resultou na formação de cinquenta e oito grupos, dos quais já fizeram apresentações em várias localidades dentro da cidade de Campo Grande-MS, revelando que eles possuem capacidade.

De acordo com os depoimentos a ocupação dos jovens se faz necessário tendo em vista os grandes problemas existentes, na comunidade, como o uso de drogas, a prostituição, o roubo entre outros e que a partir do momento em que estes passam a ter uma ocupação começam a sedimentar as interações sociais e relacionamentos interpessoais contribuindo para um desenvolvimento significativo.

c) Associativas

O exemplo da Coopervida, que se originou da determinação de um ex-morador da Comunidade Dom Antônio Barbosa, é exemplo de que a Associação é viável. Atualmente, esse ex-morador ocupa o cargo de diretor da Cooperativa e, com os seus companheiros, proporciona um trabalho que é reconhecido, no sentido de que promove o reaproveitamento de materiais que podem ser reutilizados por meio da reciclagem.

Outra potencialidade de associação-cooperação é o cultivo de frutas e verduras, como as hortaliças, que também passam a ter representatividade, no momento em que a Comunidade perceber a potência de se produzir em escala para atender o mercado consumidor.

A atuação das mulheres com os seus artesanatos, elevando a auto-estima e passando a ter uma ocupação no dia-a-dia, permite a união de forças, propiciando o momento ideal para a criação de uma associação, cujo resultado refletirá em um processo integrado de transformação cultural, social e econômico.

5.3 PARTICIPAÇÃO NO CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

O fenômeno da participação na comunidade no desenvolvimento do Dom Antônio Barbosa é caracterizado pelo alto índice de associações comunitárias na localidade. Essa afirmativa é baseada na existência da Associação de Moradores do Dom Antônio Barbosa, do Clube Esperança da 3ª Idade, da Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Pe. Tomaz Ghirardelli, do Conselho Comunitário de Segurança, do Conselho Regional da Região do Ananduizinho e do Clube de Mães.

A participação no contexto do Desenvolvimento Local é parte intrínseca para a compreensão e análise dos movimentos realizados interna e externamente pela comunidade, e no caso da Comunidade Dom Antônio Barbosa foram intensamente organizadas as iniciativas de participação por diferentes atores da comunidade.

As iniciativas de participação refletem os diferentes segmentos das comunidades específicas de jovens, adolescentes, mulheres, idosos, pais de alunos, usuários do Sistema Único de Saúde, catadores e educadores. O incentivo à participação na Comunidade Dom Antônio Barbosa teve, em sua origem, a contribuição dos segmentos religiosos e que até hoje se fazem presentes por meio de atividades voluntárias.

A parceria do Conselho Comunitário de Segurança e a Polícia Militar contribuem com ações desenvolvidas, no território, visando minimizar a presença de crianças e adolescentes no lixão. Isto posto, demonstra-se a busca da segurança das crianças e adolescentes objetivando garantir um futuro compromissado com o bem estar coletivo das comunidades.

Outro destaque: as formas de participação na comunidade são os grupos de dança, formados por jovens que saem da ociosidade e possibilidade eminente de risco social, tanto no lixão como nas relações estabelecidas nas ruas da comunidade.

A participação dos moradores se estabelece no seio das representatividades, das comunidades-localidades, que acabam sendo pulverizadas promovendo assim, ações paralelas dificultando a integração dos líderes e o fortalecimento de ações integradas.

A pesquisa revelou que a individualização dos trabalhos das lideranças ocorre principalmente em função das escolhas político-partidárias, que acontecem a cada dois anos, tendo em vista o ciclo de renovação dos representantes dos executivos estadual e municipal.

A ingerência dos futuros representantes políticos partidários no processo de desenvolvimento da comunidade atinge diretamente os relacionamentos secundários que estão demarcados na organização e no funcionamento das comunidades e das entidades. Desse modo, a participação configura-se muito mais passivamente, promovendo comportamentos indiferentes por parte da comunidade, antagonicamente os interesses individuais sobre os coletivos.

A participação da Comunidade, nesta investigação, com os estudos preliminares apresentados em reunião ocorrida no dia 21 de outubro de 2006, com as lideranças da Comunidade Dom Antônio Barbosa, integrantes do Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida - COEP e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (foto n. 9), observou-se que as lideranças ao se perceberem representadas em um trabalho científico, e também a oportunidade que tiveram de colocar as suas experiências e o desejo de implementar melhorias para a Comunidade ficaram felizes ao entender que existem diversas ações desenvolvidas pelos diversos grupos na localidade.

A união de forças proporciona trabalhar, em conjunto, objetivando potencializar as ações por meio dos moradores dos bairros envolvidos o que, na visão de Desenvolvimento Local, são os relacionamentos primários, começando a se despertar.



Foto de Ismael Machado, 21/10/2006.

Foto n. 9: Reunião com Lideranças da Comunidade Dom Antônio Barbosa/PNUD e COEP.

Com a semente plantada na Comunidade, programaram-se duas novas reuniões, sendo a segunda de planejamento envolvendo o PNUD e COEP, participação das lideranças da Comunidade, no intuito dos ajustes finais de planejamento, tendo como foco, estudos visando à implementação de serviço comunitário, voltado ao desenvolvimento da “Comunidade” pela participação.

O entendimento da possibilidade do desenvolvimento de ações integradas pelos diversos grupos da localidade, e o fomento da criação do fórum e da união de forças, com a efetiva participação, surgem esforços coletivos de potencializar ações através dos moradores dos bairros envolvidos.

Espera-se que a participação por meio das forças potenciais locais possa ser canalizada e que sirva de instrumentos para o processo de implementação de serviços comunitários e que o alicerce possa ser construído para continuar levando-os ao caminho do desenvolvimento. A partir das potencialidades surgem as grandes lógicas apresentadas nas considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Comunidade é o agrupamento de pessoas com interesses e necessidades comuns ou semelhantes. É a interação do sentimento, do pensamento, tradição, participação que são identificados ou encontrados nas expressões simbólicas: religião, nação, profissão e outras. Enfatiza também que a família ocupa lugar predominante em quase todos os tipos autênticos de Comunidade.

A escolha do tema “Comunidade Dom Antônio Barbosa: potencialidades e perspectivas de Desenvolvimento Local” teve como mola propulsora minha participação no grupo de pesquisa denominado “**Essência Constitutiva de Comunidade no Prisma do Desenvolvimento Local**”, temática, em relação a COMUNIDADE *versus* DESENVOLVIMENTO LOCAL.

A proposta da presente investigação teve a última intenção de proporcionar, ao leitor, o dia-a-dia da Comunidade Dom Antônio Barbosa. Para tanto, neste momento, a pesquisadora coloca-se na condição de analista geral da pesquisa, lembrando o objetivo operacional desta pesquisa que foi o de diagnosticar, analisar potencialidade e perspectivas da Comunidade Dom Antônio Barbosa, constituída em sua grande maioria por catadores de lixo urbano, tendo em vista o Desenvolvimento Local. A problematização se referiu à possibilidade de haver relação entre a atividade de catar, selecionar e preparar lixo urbano para reaproveitamento, exercida por uma comunidade, como é o caso da Comunidade Dom Antônio Barbosa e a criação de autênticas perspectivas para o Desenvolvimento Local dessa mesma comunidade.

Considerando que o desenvolvimento brota do ser humano, no sentido de se abrir para o mundo de modo interativo entre comunidades, em rede, na perspectiva do progresso individual e coletivo, o desenvolvimento de cada comunidade passa a ser a busca de conquista dos moradores que compõem as comunidades, dinamizadas por agentes internos e externos, que aí habitam, se relacionam, trabalham, bem como, compartilham normas e valores, na incessante busca de soluções dos problemas, necessidades, aspirações, e elevação do padrão de qualidade de vida.

Pode-se afirmar, a partir deste processo de investigação, que, desde o surgimento do loteamento e a formação da comunidade, bem como o diagnóstico e análises das potencialidades e perspectivas da comunidade Dom Antônio Barbosa, emergiram grandes lógicas, que merecem especial destaque, como a de **comunidade de sobrevivência**, a da **convergência de interesse para moradia** e a das **organizações sociais internas** ao âmbito da “Comunidade”.

Trata-se, pois de **lógicas** alimentadoras no processo de formação da comunidade, conforme análises e ilustração da figura n.3 a seguir.



Figura n. 3: Movimento da Comunidade Dom Antônio Barbosa e as grandes lógicas.

A **primeira** grande **lógica** confirmou a questão da *sobrevivência*, que nos moldes da teoria mencionada no Capítulo 1, significa uma aglomeração de atividades ligadas a um determinado segmento da economia, quase sempre informal, e que funciona como centro de acolhimento de vítimas do processo de outras atividades econômicas consideradas “normais”, mais rendosas, ou que atribuem maior prestígio social.

No caso da Comunidade Dom Antônio Barbosa, a sobrevivência foi confirmada como necessidade fundamental do homem, e isso se verificou desde o início do processo dessa comunidade. As principais dificuldades refletem-se na destinação do lixo, no que concerne ao reaproveitamento e comercialização. “*Catar*” foi o sinônimo de acesso a tudo o que podia ser aproveitado do descarte da sociedade que tem como modelo o capitalismo.

Falar de sobrevivência é ressaltar que em várias vezes na atividade da *cata*, deparavam-se pessoas famintas e esperançosas tentando sobreviver. O saldo do dia-a-dia era levar o alimento (restos encontrados no lixão) para o sustento de seus familiares, resultando na refeição do dia dos membros da família, dos vizinhos e parentes.



Foto de Alcindo de Macedo, 16/02/2007.

Foto n.: 10 Catadores no lixão de Campo Grande-MS.

A *comunidade de sobrevivência* exerceu o instinto de preservação da vida, mediante o enfrentamento e a superação das condições sócio-econômicas inerentes ao cotidiano dos *catadores*. A integridade física e mental desse grupo social é constantemente ameaçada, haja vista a exposição direta ao ambiente de pobreza e contato direto com o lixão forma aviltante ao olhar humano.

Em outra vertente constatou-se que o reaproveitamento do produto da *cata*: latinhas de alumínio, bem como, de plásticos, papéis, papelão, e outros, tornou-se a rotina da atividade da *cata*, porém de forma individualizada, no que se refere tanto à organização do produto quanto no ambiente de comercialização.

A *cata* dos produtos e a seleção são realizadas inicialmente no próprio lixão, ambiente este que, para alguns *catadores*, é o lugar de negociação dos produtos junto aos atravessadores, enquanto que para outros a moradia é o ambiente de comercialização.

Dessa forma, identificam-se dois tipos de *catadores*: o primeiro é constituído por aqueles que realizam a *cata* somente no lixão, fazendo a sua comercialização individual neste ambiente. O segundo se compõe daqueles que se apropriam da atividade da *cata* e fazem da sua moradia o ambiente de venda desse produto, tendo como diferencial o sentimento de estarem constituindo o seu próprio negócio.

A posição social dos grupos de *catadores* demonstrou que a atividade da *cata* é transitória e provisória, tendo como aspectos relevantes os sinais que ficaram evidentes para a organização e a formalização do processo associativo-cooperativo, evidenciados no segundo grupo de *catadores*. O fato de ter o comércio em suas moradias tornou-se aspecto facilitador no que tange à negociação do produto da atividade da *cata*, assim como a formação de grupos associativos-cooperativos que já ultrapassaram os limites da sobrevivência, proporcionando incentivos a ações cooperativas.

Ter uma visão virtual de todo o contexto é mentalizar as fotos n. 10 e 11 que apresentam a realidade desses catadores no lixão de Campo Grande-MS.



Foto de Alcindo de Macedo, 16/02/2007.

Foto n. : 11 Vista Parcial do lixão de Campo Grande-MS.

A **segunda** grande **lógica** consistiu na **convergência de interesse pela moradia**. O surgimento desse loteamento em periferia de Campo Grande-MS, completamente desprovida de mínimas condições e infra-estrutura para moradia, decorreu do movimento migratório de pessoas que não tinham espaço próprio para moradia, vindos de remoções da beira de córregos, conforme descrição no capítulo 2. Segundo o instrumental metodológico aplicado na pesquisa, a construção territorial do loteamento foi identificado na ocupação dos espaços por esses moradores. Re-enfatizando as condições eram precárias e desprovidos dos mínimos sociais para a sobrevivência e o local não oferecia infra-estrutura básica para moradia desses cidadãos, de acordo com as fotos n. 12, 13 e 14.

A ocupação dos espaços para moradia aconteceu por meio da compra dos lotes urbanos pelos moradores. O início foi árduo, a luta pela moradia ocorreu em dois momentos: o primeiro com a construção de barraca de lona e algumas casinhas erguidas pelas próprias famílias e, no segundo momento, a construção de suas moradias ocorreu de forma coletiva, em que os moradores e vizinhos se uniram em ações de mutirões, tendo, portanto, a potencialidade da participação se traduzido em melhoria das moradias, bem como no plantio de árvores frutíferas. Vale ressaltar que essas ações eram realizadas nos períodos em que não estavam na ocupação da atividade de *cata* no lixão, vez que acontecia frequentemente no período noturno. As moradias foram construídas sem linhas de financiamento ou créditos habitacionais, pois os moradores não dispunham de documentação que atendesse às exigências das linhas de financiamento oficiais no mercado, conforme fotos n. 12, 13 e 14.



Foto de Roseni Macedo, 19/02/2007.

Foto n.: 12 Moradia revestida por lona.

A luta pela moradia, fomentou a participação dos moradores tendo em vista o atendimento das reivindicações dirigidas ao poder público para a implantação da infraestrutura básica no loteamento. Os órgãos municipais que formulam e executam a política urbana no município, atenderam gradativamente as necessidades prementes para a moradia e, conseqüentemente, a habitação no loteamento, com a implantação de rede de água e esgoto, energia elétrica e doação de materiais para a construção de instalações sanitárias.

O movimento pela moradia propiciou a elevação da auto-estima da comunidade de catadores quando se identificou, em depoimentos dos grupos de mulheres que no período em que não estão na *cata*, dedicam-se à higiene pessoal e familiar, o que as diferencia do estereotipado. Por outra, a lógica da moradia revelou a importância da mobilização e participação dos habitantes da Comunidade Dom Antônio Barbosa na formação do território da comunidade, propiciando a que as respectivas ações individuais e coletivas fomentassem a *comunitarização*.



Foto de Roseni Macedo, 19/02/2007.

Foto n.: 13 Moradias recentes na Comunidade Dom Antonio Barbosa.



Foto de Roseni Macedo, 19/02/2007.

Foto n.: 14 Vista Parcial das moradias da Comunidade Dom Antonio Barbosa

A partir desse contexto, foram sendo formadas várias outras performances comunitárias que desencadearam as iniciativas para a formação de organizações sociais: esta se constitui, pois a terceira grande lógica, referida no início destas considerações.

Portanto, esta **última** grande **lógica** se constituiu da expressiva organização da comunidade Dom Antônio Barbosa, pela constatação de considerável número de

organizações sociais, presentes no território da comunidade e também, do movimento dos moradores com as organizações e entidades sociais de seu entorno. Os eixos fundamentais internos e externos encontrados no processo de comunitarização foram:

a) internos pela formação de organismos sociais no território da Comunidade Dom Antônio Barbosa: associação de moradores, várias instituições religiosas, com destaque para a católica, a espírita e a evangélica, clube de mães, grupos de dança, escola, associação de pais e mestres e grupo da terceira idade.

b) externos pelas interações territoriais com as comunidades do entorno. Esse movimento se caracteriza quando se acessam a Unidade Básica de Saúde, o Centro de Educação Infantil, o Centro de Capacitação e Formação Profissional - CECAP e a Fábrica da Gente, bem como, quando ocorre, o fluxo para a aquisição de bens e serviços promovidos na comunidade-localidade e seu entorno.

A comunitarização, mobilização e organização dos moradores da Comunidade Dom Antônio Barbosa são perceptíveis também pelas organizações sociais de representação governamental e não-governamental e pelo movimento dos catadores de lixo, enquanto empreendedores no âmbito das funções de Associação, contando com o CECAP como propulsor de qualificação de sua mão-de-obra e possibilitando que essa mão-de-obra protagonize a elevação da sua posição social no grupo e na comunidade. É visível o potencial cultural da comunidade, traduzido pelo expressivo número de jovens organizados em cinquenta e oito grupos de dança, revelando novas performances inclusive de dinâmica comunitária.

Portanto, passada mais de uma década de início da comunidade, esta já se encontra em nova realidade, apesar de ainda continuar a busca pela satisfação das necessidades básicas, e isto se deve ao constante processo de comunitarização que vem transformando o local em território tanto de moradia quanto de perspectivas de dinamização do desenvolvimento, observadas nas fotos n. 15 e 16.



Foto de Roseni Macedo, 19/02/2007.

Foto n.: 15 Comércio na Comunidade Dom Antônio Barbosa.



Foto de Roseni Macedo, 19/02/2007.

Foto n.: 16 Opção de comércio na Comunidade Dom Antonio Barbosa.

As organizações sociais aí emergidas refletem valiosos benefícios convergentes para a comunidade, sem dúvida proporcionando e contribuindo para a ascensão social e comunitária dos moradores. Evidencia-se que o progresso da comunidade se fez à maneira do Desenvolvimento para o Local, embora de modo totalmente empírico-intuitivo.

Para que de fato ocorra o Desenvolvimento Local, a comunidade deve ser protagonista da sua história de forma endógena -“de dentro para fora”- e de forma exógena - “de fora para dentro”, que objetivem novas alternativas para elevação da qualidade de vida.

Finalizando a investigação, destacam-se dois pontos fundamentais: ter alcançado o objetivo da pesquisa, bem como a problematização e o diagnóstico do grupo de estudos o qual a pesquisadora fez parte. As respostas alcançadas, na visão da pesquisadora são possíveis, tendo em vista a engrenagem e a articulação das três lógicas apresentadas e visualizadas na figura n. 2. É importante destacar as transformações ocorridas no pensar, agir e reagir da pesquisadora, em vários domínios: visão pessoal, social, profissional e científico.

O domínio da visão pessoal, era simplista e fragmentada no que tange a realidade local. No decorrer de vinte quatro meses de pesquisa, essa visão sofreu transformações profundas, que se materializaram a partir das análises do conteúdo informacional. O contato com os agentes internos e externos, moradores e principais lideranças foram momentos valiosos que proporcionaram os resultados apresentados. Em relação a visão social, podemos afirmar a existência de inúmeras ações de cunho assistencialista que de certa forma contribuiu para a dormência de uma parcela da Comunidade. A presença de agentes externos começa a delinear uma rede de proteção social.

A rede de proteção social constitui-se na capacidade da sociedade de garantir o atendimento de necessidades da população, tanto de natureza primária como as necessidades sociais. A superação do quadro de pobreza e exclusão social foi enfrentado com a participação dos grupos organizados -religiosos, mulheres, jovens- que desenvolveram atividades na dimensão do alcance de direitos sociais na perspectiva da inclusão social.

A pesquisa permitiu a ampliação da visão profissional aprimorando a *praxis* da docência, bem como o comprometimento de iniciativas científicas que implementem o processo de Desenvolvimento Local na academia.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. De F. *Do lixo à cidadania: estratégias para a ação*. Brasília: CEF; UNICEF, 2001.
- ÁVILA, Vicente Fideles de. Pressupostos para formação educacional em desenvolvimento local *INTERAÇÕES – REVISTA INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO LOCAL*, Campo Grande-MS: UCDB, v. 1, n. 1, p.63-76, set. 2000.
- _____. *Cultura, desenvolvimento local, solidariedade e educação*. Campo Grande: UCDB, 2003. Disponível em: www.ucdb.br/coloquio.
- _____. *Realimentando discussão sobre teoria de Desenvolvimento Local (DL)*. Campo Grande-MS: UCDB/PMDL, 2005.
- _____. *Formação educacional em desenvolvimento local: relato de estudo em grupo e análise de conceitos*. Campo Grande: UCDB, 2000/2001. 101p.
- BASTOS FILHO, Jenner B. (Org.). *Cultura e desenvolvimento: a sustentabilidade cultural em questão*. Maceió: PRODEMA/UFAL, 1999.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Pensar a prática*. Estudos de viagem e estudos sobre a educação. São Paulo: Loyola, 1990.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- BURSZTYN, Marcel. *Políticas públicas para o desenvolvimento (sustentável)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- CAVALCANTI, Clóvis (Org.). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995.
- BRASIL. DIÁRIO OFICIAL n. 6.229, 22 de abril de 2004: Estado Mato Grosso do Sul. Decreto n. 11.587, de 20 de abril de 2004.
- DOWBOR, Ladislau. *Requisitos para um projeto de desenvolvimento local*. Brasil: BNDES, 2005. Disponível em: <http://federativo.bndes.gov.br/dicas/D053.htm>. Acessado em: 10 set. 2005.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* (novo dicionário Aurélio) Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.
- FERREIRA NETO, Augusto. *Desenvolvimento comunitário*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, Caderno de Cultura, 1987.
- FISCHER, T. *Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação*. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

GUAJARDO, J. La cuestion del desarrollo local – notas provisórias. *Revista Del Taller de Desarrollo Local*, Chile, n. 1, 1988.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. 7. Reimpressão - São Paulo: Atlas, 2006.

HOUAISS, Antônio (1915-1999) e Villar, Mauro de Salles (1939-). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Elaborado no Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. - Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LALANDE, André. *Vocabulário técnico e crítico da Filosofia*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LIMA, L.M.Q. *Tratamento de lixo*. 2. ed. São Paulo: Hemus, 1991.

LÓPEZ, T. *Servicio social y desarrollo local*. Chile: 1991.

MARQUES, Heitor Homero, MANFROI, José, NOAL, Mirian Lange, CASTILHO, Maria Augusta de. *Metodologia da pesquisa e do trabalho científico*. Campo Grande-MS: UCDB, 2006.

MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento Local e Turismo: por uma ética de compromisso e responsabilidade com o lugar e com a vida. *INTERAÇÕES – REVISTA INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO LOCAL*, Campo Grande-MS, n.10, mar. 2005.

_____. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. *INTERAÇÕES – REVISTA INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO LOCAL*, Campo Grande-MS, n. 5, p.51-59, set. 2002.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Na trama do cotidiano. *Cadernos CERU*, São Paulo, n. 5, 1994.

MESQUITA, Z. (org). *Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências*. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1995.

MEYER-STAMER, J. Estratégias de desenvolvimento local e regional: cluster, política de localização e competitividade sistêmica. *Policy Paper*, n. 28, set/2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 16.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

NISBET, Robert, *Comunidade, sociologia e sociedade*. São Paulo: LTC, 1978.

PANZUTTI, Ralph; ANDRADE, Geraldo Volp; JUVENCIO, Fernanda de Castro. *Cooperativismo ao alcance de todos*. São Paulo: OCESP, 2000.

PLANURB. Prefeitura Municipal de Campo Grande-MS. *Mapas e loteamentos*. set 2005.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Jacinta dos. *Os caminhos do lixo em Campo Grande: disposição dos resíduos sólidos na organização do espaço urbano*. Campo Grande-MS: UCDB, 2000.

BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA. SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método., São Paulo: AGB, n. 54, p.81-93, 1977.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. *Por uma economia da cidade*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SOUZA, Marcelo J. L. *O desafio metropolitano – um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SILVA, Edna Lúcia de; MENEZES, Estera Muszkat. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. 3.ed. rev. atual. Florianópolis: Laboratório de ensino a distância da UFSC, 2001. 121p. Disponível em <<http://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia%20da%20Pesquisa%203a%20edicao.pdf>>. Acessado em: 26 fev. 2006.

TRIVIÑOS, A. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

URQUIZA, W. *Arranjos institucionais para a gestão de políticas públicas de base territorial*. In: FÓRUM INTERNACIONAL SOBRE TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO RURAL E DEMOCRACIA, 1. 2003. Fortaleza. 23p. CD-ROM.

VERSHELT, Thierry. *O direito à diferença*. Petrópolis: Vozes, 1992.

VIANA, Natália. *Economia solidária*. **Revista Caros Amigos**, São Paulo: Casa Amarela, ano VI, n.66, p.26-28, set. 2002.

APÊNDICES

A - FORMULÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE
“Comunidade Dom Antônio Barbosa: Potencialidades e Perspectivas de
Desenvolvimento Local”

Aplicador: _____ Data: _____

Endereço- Rua: _____ n. _____

Condição de realização da entrevista

1. () Entrevista OK
2. () Entrevista Recusada
3. () Imóvel vazio
4. () Em construção
5. () Morador ausente
6. () Outro: _____

1. DADOS GERAIS

1.1. Nome do chefe / responsável: _____

1.2. Entrevistado: _____

1.3. Composição Familiar:

Nome	Grau de Parentesco	Sexo	Idade	Escolaridade	Ocupação	Renda

1.4. Telefone Contato: () res., () com., () celular, () recado: N. _____

1.5. Tempo de residência da família na área:

1	() menos de 1 ano	5	() entre 10 e 15 anos
2	() entre 1 e 3 anos	6	() mais de 15 anos
3	() entre 3 e 5 anos	7	() desde que nasceu
4	() entre 5 e 10 anos	8	() não sabe

1.6. Motivo de mudança da família para o local:

- () 1 proximidade de parentes
- () 2 despejo
- () 3 possibilidade de não pagar moradia
- () 4 proximidade do local de trabalho
- () 5 outro – indicar _____

2. CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE FAMILIAR

2.1.	Uso do Domicílio	2.2	Padrão Construtivo	2.3	N. de Pavimentos
1	() Residencial	1	() Alvenaria	1	() 1 pavimento
2	() Comércio / Serviço	2	() Madeira	2	() 2 pavimentos
3	() Misto	3	() Misto	3	() 3 pavimentos
4	() Igreja	4	() Improvisado	4	() mais de 3 pavimentos
5	() Associação Civil				

2.4. Condição de Ocupação		Cód. Valor/mês para prestação ou aluguel:
1. Próprio	2. () Alugado	Cód. Valor/mês ()
1.1 () Financiado – Cód. Valor/mês: ()	3. () Cedido	1 – até R\$ 30,00
1.2 () C/Recibo	4. () Invadido	2 – de R\$ 31,00 a R\$ 60,00
1.3 () C/ Contrato/ Compromisso Particular Compra e Venda	5. () Outro	3 – de R\$ 61,00 a R\$ 100,00
1.4 () C/ Escritura Registrada		4 – de R\$ 101,00 a R\$ 150,00
		5 – mais de R\$ 151,00

2.5. Total de Cômodos: _____

2.6. Total de Quartos: _____

2.7. Imóvel possui banheiro

1. () Sim. O banheiro possui?
- 1.1 () Pia
- 1.2 () Vaso
- 1.3 () Caixa de descarga
- 1.4 () Chuveiro
- 1.5 () Reservatório / Caixa d'água
2. () Não

2.8. Estado de Conservação do Imóvel

- 1 () Bom
- 2 () Regular
- 3 () Ruim
- 4 () Ruína

2.9. O Imóvel está sujeito a risco:

1. () Sim. Que tipo de risco? 1.1 () Inundação / Alagamento 1.2 () Outro. Indicar: _____
2. () Não 99. () Não sabe

2.10. A Família possui Plantação no Imóvel?

1. () Sim. Indicar: _____
2. () Não

2.11. A família possui Criação de Animais no Imóvel?

1. () Sim. Indicar: _____
2. () Não

3. CARACTERIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**3.1. Abastecimento de Água**

1. Rede da concessionária
- 1.1. () Hidrômetro individual
- 1.2. () Hidrômetro coletivo
- 1.3. () Não tem hidrômetro
- 1.99. () Não sabe

2. () Empréstimo
3. () Poço / mina d'água
4. () Caminhão pipa
5. () Coleta em córrego próximo
6. () Ligação Irregular – “Gato”

3.2. Esgotamento Sanitário

1. () Rede da Concessionária
2. () Rede Construída pelos moradores
3. Fossa
 - 3.1. () Fossa Séptica
 - 3.2. () Fossa c/Sumidouro
 - 3.3. () Fossa Negra
 - 3.99. () Não sabe – tipo de fossa
4. () despeja na rua / córrego
99. () Não sabe

3.3. Coleta de Lixo

1. () Regular
2. () Regular mas distante do domicílio
3. () Irregular
4. () Colocado em lixeiras coletivas / caçamba
5. () Jogado em terreno vazio
6. () Queimado em local próximo
7. () Jogado no córrego / encosta
8. () Outro
99. () Não sabe

3.4. Energia Elétrica

1. () Ligação da Concessionária
2. () Ligação Clandestina – “Gato”
3. () Ligação Cedida / Empréstimo
4. () Não possui ligação

3.5. Telefone Público

1. () Sim
2. () Não
99. () Não sabe

3.6. Correio

1. () Regular no domicílio
2. () Não recebe correspondência no domicílio
99. () Não sabe

3.7. Transporte Coletivo

1. () Regular
2. () Regular, mas não usa
3. () Irregular
99. () Não sabe

4. SITUAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Indique (1 = bom; 2 = regular; 3 = ruim; 99 = não sabe)

() Fornecimento de água	() Segurança Pública	() Correio
() Rede de esgoto sanitário	() Vias de Acesso	() Educação
() Coleta de Lixo	() Comércio	() Saúde
() Sistema de drenagem	() Transporte Coletivo	() Iluminação Pública
() Fornecimento de energia elétrica	() Telefones Públicos	() Creches
() Áreas de Lazer	() Telefones Residenciais	

4.1. CONSUMO E PAGAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

	Pagamento a concessionária		Consumo Mensal	Outra forma de pgto
	1 – sim 2 não 99 não sabe	Valor Mensal *		Valor R\$
Energia			Kw	
Água			M³	
Coleta de Lixo				

* Valor Mensal: 1 – R\$ 10,00 a 20,00; 2 – R\$ 21,00 a 30,00; 3 – R\$ 31,00 a 50,00; 4 – mais de R\$ 51,00

5. PRINCIPAIS PROBLEMAS DA ÁREA**5.1. Principais problemas (indique até 5 problemas físicos e até 5 problemas sociais)**

	Problemas Físicos		Problemas Sociais
1	() Não tem problemas	1	() Não tem problemas
2	() Falta de rede de água	2	() Desemprego
3	() Falta de rede de esgotos	3	() Violência / segurança
4	() Acesso de veículos precário	4	() Drogas
5	() Acesso de pedestre precário	5	() Jovens infratores / desocupados
6	() Risco de deslizamento	6	() Atendimento de saúde precário
7	() Inundação / alagamento / enxurrada	7	() Gravidez precoce
8	() Acúmulo de lixo	8	() Falta de organização comunitária
9	() Falta de iluminação pública	9	() Outro:
10	() Falta de áreas de lazer	99	() Não sabe
11	() Presença de ratos		
12	() Moradias precárias		
13	() Falta de transporte coletivo		
14	() Falta de escolas / creches*		
	() Falta de posto de saúde		
15			
16	() Outro:		
99	() Não sabe		

- Creche, educação infantil, ensino fundamental, ensino médio

5.2. Principais Ações para sanar os problemas (indique até 5 em cada caso)

	Ações para os Problemas Físicos		Ações para os Problemas Sociais
1	() Instalar rede de água	1	() Cursos Profissionalizantes
2	() Instalar rede de esgotos	2	() Atividades para geração de renda
3	() Melhorar acesso de veículos	3	() Instalação de posto policial
4	() Melhorar acesso de pedestres	4	() Cursos para prevenção de doenças
5	() Fazer contenção de encostas	5	() Cursos para prevenção de gravidez precoce
6	() Canalizar córregos	6	() Formação de cooperativas
7	() Melhorar coleta de lixo	7	() Atividades para jovens
8	() Melhorar iluminação pública	8	() Criar organizações comunitárias
9	() Criar áreas de lazer	9	() Outra:
10	() Controle de zoonoses (ratos)	99	() Não sabe
11	() Melhorar moradias		
12	() Melhorar transporte coletivo		
13	() Instalar escolas / creches		
14	() Instalar posto de saúde		
	() Outras		
15			
99	() Não sabe		

6. SITUAÇÃO DA SAÚDE**6.1. Qual dessas doenças a sua família teve após residir na área (1) sim (2) não (99) não sabe**

() Diarréia	() Dengue	() Tuberculose	() Problemas de pele
() Hepatite	() Meningite	() Verminose	() Outra:
() Esquistossomose	() Leptospirose	() Aborto natural	

6.2. Houve óbitos na família devido a estas doenças: (1) sim (2) não (99) não sabe _____

Quantos

Anotar a idade em caso afirmativo _____ **anos**

6.3. Onde a família tem atendimento médico / odontológico:

(Anotar o nome do Posto de Saúde / Hospital / Clínica)

7. APOIO AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

7.1. Tem interesse em participar de cursos e / ou palestra e / ou programas (sim / não)? _____

7.2. Tem interesse m participar de programas de geração de renda (sim / não)? _____

Cursos / Palestras / Programas	Programas de geração de renda
1 ()	1 ()
2 ()	2 ()
3 ()	3 ()

7.3. A família participa de grupos comunitários? () sim () não

7.4. A família conhece lideranças comunitárias na área? () sim () não

Grupos comunitários que participa	Lideranças comunitárias que conhece (nome e entidade / associação)
1 Igreja. Qual?	1
2 Associação comunitária / moradores	2
3 ONG. Qual?	3
4 Sindicato	
5 Não participa	

7.5. Quais membros da família participam?

() Pai / companheiro

() Crianças

() Adolescentes

() Mãe / companheira

() Outros membros. Quais?

7.6. Não participam, por quê?

7.7. A família está inscrita em algum programa social do governo? () sim () não

Em caso positivo: desde quando _____

Programa: _____ R\$ / Mês _____ Possui o cartão do programa: () sim () não

Programa: _____ R\$ / Mês _____ Possui o cartão do programa: () sim () não

Programa: _____ R\$ / Mês _____ Possui o cartão do programa: () sim () não

Programa: _____ R\$ / Mês _____ Possui o cartão do programa: () sim () não

Programa: _____ R\$ / Mês _____ Possui o cartão do programa: () sim () não

Programa: _____ R\$ / Mês _____ Possui o cartão do programa: () sim () não

Programa: _____ R\$ / Mês _____ Possui o cartão do programa: () sim () não

7.8. Observações que a família tenha interesse em registrar, sugestões e críticas.

8. Somente para as famílias que vivem da coleta dos resíduos sólidos.

8.1. O que você(s) cata na coleta de resíduos sólidos?

8.2. Quem compra os resíduos sólidos?

8.3. Renda mensal obtida com a venda dos resíduos sólidos:

8.4. É feita uma coleta seletiva dos resíduos sólidos? () sim () não

8.5. Houve orientações para fazê-la? () sim () não

8.6. De que forma essas orientações foram repassadas ?

8.7. Quais os dias e horários que você(s) fazem a coleta de resíduos sólidos

8.8. Por que ainda não criaram uma associação?

B - ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

“Comunidade dom Antônio Barbosa: potencialidades e perspectivas de Desenvolvimento Local”.

Potencialidades existentes na comunidade e o seu pensamento em relação às perspectivas de desenvolvimento local.

Envolvimento dos agentes internos:

1. Quais são as potencialidades e a participação da comunidade no que se refere à Educação e infra-estrutura, e o que é possível desenvolver sem a participação do poder público?
2. O que você pode contribuir para o desenvolvimento das potencialidades da comunidade?
3. Quais são as necessidades e ou dificuldades da Comunidade Dom Antônio Barbosa?
4. Como é a Economia Urbana, praticamente vivendo da questão “resíduos sólidos”?

Envolvimento dos agentes externos:

1. Qual é a sua visão em relação à comunidade como agente participativo, na descoberta de soluções para os problemas existentes?
2. De que forma gostaria que a comunidade participasse na descoberta de soluções?
3. Você acha que a comunidade seria capaz de solucionar os seus problemas sem a interferência do Poder Público?
4. Qual seria o caminho para o desenvolvimento da comunidade Dom Antônio Barbosa?

ENTREVISTAS – AGENTES EXTERNOS

1 PREFEITO MUNICIPAL À ÉPOCA E ATUAL SENADOR DA REPÚBLICA

Entrevistado: Sr. J. C. F., respondido via e-mail, e enviado em 6/3 e 15/3/2006, através de duas ligações telefônicas, ocorridas nos dias 13/3/2006 às 8h e 15/3/2006 às 15h30min.

1. Como iniciou o processo de formação da Comunidade Dom Antônio Barbosa na sua gestão em Campo Grande-MS?

“No final da década de 80, Campo Grande sofria com os problemas gerados pelas altas taxas de crescimento, tendo como consequência o aumento das favelas. O executivo municipal não conseguia apresentar soluções para amenizar essa situação. Ao assumir a Prefeitura em 1986, iniciei o processo participativo de consulta e envolvimento das comunidades nos levantamentos, diagnósticos, possíveis soluções e o monitoramento das decisões encaminhadas. Dessa forma, a estruturação da unidade de planejamento, o Planurb, com técnicos locais capacitados e valorizados, com a participação fundamental de um Conselho Comunitário – o CMDU, elaboramos uma lei que passou a ser conhecida como a Lei dos Loteamentos Sociais, em que a Prefeitura Municipal passava a executar esses empreendimentos de interesse da comunidade carente, concretizando o desejo do cidadão de ter seu terreno para edificar a sua casa própria, atendidas as condições precárias de uma população carente da periferia, que se aglomerava, de modo crescente, em invasões de áreas públicas e favelas. Enfrentamos os equívocos da Lei Federal n 6766, até certo ponto adequada e avançada, na época, para os problemas enfrentados nos grandes centros urbanos, mas totalmente inadequada para a nossa realidade da periferia das cidades.

Para se ter uma idéia, essa lei exigia e exige, ainda, que todo loteamento, para ser aprovado, teria que ter toda sua infra-estrutura previamente implantada. Não distingue as áreas pobres das demais regiões urbanas. Com essa regra, os loteamentos tornavam-se inacessíveis aos pobres pelo alto custo da rede de água e de energia elétrica, que deveriam ser custeadas pelo empreendedor, repassando seus valores para o comprador do lote.

Dar solução para os aglomerados urbanos com essa legislação era impossível, dado seu alto custo. E o que era e é ainda hoje, ao final do empreendimento essas obras de água e energia teriam que ser doadas às empresas concessionárias desses serviços.

Essa injustiça foi corrigida parcialmente com a lei dos loteamentos sociais (Lei n), pelas seguintes regras, dentre outras que consagram os loteamentos sociais:

- a. Para a aprovação do loteamento, não era necessária a implantação das infra-estruturas de água e energia;
- b. O comprador do lote, pessoa carente, se comprometia a iniciar a construção da sua moradia no prazo de seis (6) meses, independente de qualquer financiamento, com planta fornecida pela Prefeitura Municipal.
- c. O valor do imóvel era o da avaliação do terreno, que podia ser de origem pública ou particular;
- d. A amortização do terreno era de no máximo 10% do salário mínimo, sem reajustamento;
- e. Inicialmente, o comprador teria que fazer poço para obter água e a iluminação não era elétrica;
- f. Com o adensamento populacional do loteamento, exigia-se que as empresas concessionárias implantassem os sistemas de água e energia, sem nenhum custo para seus usuários.

Com essas providências, constatou-se que o loteamento social rapidamente era povoado. Uma febre de pequenas construções. Em menos de um ano já ofereciam condições de viabilidade econômica para as empresas instalarem os serviços de água e energia.

Na essência essa foi a motivação, dentre outras, para os loteamentos sociais, que proporcionou a oportunidade de desfavelar os fundos de vale.

O loteamento Dom Antônio Barbosa nasceu assim, com gente muito pobre vinda de invasões da beira de córregos, mas que eram trabalhadores, ávidos pela casa própria.

2. O Sr. Possui algum histórico do crescimento da Comunidade?

“Consulta ao Planurb e à Emha.”

3. Qual é a sua visão em relação à comunidade como agente participativo, na descoberta de soluções para os problemas existentes?

“O envolvimento da comunidade na administração é imprescindível para uma boa gestão pública. Exemplo disso é o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU) que implantamos na Prefeitura Municipal, com representação de mais de duas dezenas dos diversos segmentos da comunidade, como órgão consultor para o planejamento urbano. Sua contribuição para os loteamentos sociais foi significativa.”

4. De que forma gostaria que a comunidade participasse na descoberta de soluções?

“A comunidade só participa das decisões administrativas de sua cidade se souber se organizar e ter efetiva e legítima participação política. A simples crítica isolada não produz frutos para a sociedade.”

5. Você acha que a comunidade seria capaz de solucionar os seus problemas sem a interferência do Poder Público?

“A comunidade, em nenhuma hipótese, tem condições de solucionar seus problemas sem a interferência do poder público, salvo as ações de solidariedade humana, de filantropia de pequeno porte.

Por outro lado, é imprescindível a participação popular junto a administração pública para resolver os problemas da comunidade.”

6. Qual seria o caminho para o desenvolvimento da comunidade Dom Antônio Barbosa?

“O caminho é sua organização social e política para ampliar o seu desenvolvimento. Participar organizadamente da sua vida administrativa quanto à saúde, educação, transporte, lazer e tudo mais que lhe disser respeito.”

**2 COORDENADORA DO CENTRO DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO
PROFISSIONAL CECAF**

Entrevistada: Sra. J. P., em 10/2/2006, 9 horas na sala de coordenação do CECAF, no Bairro Parque do Sol.

1. Quais são as potencialidade e a participação da comunidade no que se refere à Educação e infra-estrutura, e o que é possível desenvolver sem a participação do poder público?

“Poucas coisas. A comunidade não tem muita noção de higiene ambiental e pior. Encontramos as casas que são depósitos de “lixo” pior do que o “lixão” ou o “buracão” – depósito de entulhos. Eles dizem quando perguntamos porque traz o lixo para a casa, respondem que servirá para alguma coisa. Com a Educação o potencial também é baixo, não são participativos e principalmente adolescentes não gostam de estudar. Temos muitas

peças não alfabetizadas de todas as idades na comunidade. Quando convidamos a participar de reunião sócio-educativa, sempre querem algo em troca.”

2. O que você pode contribuir para o desenvolvimento das potencialidades da comunidade?

“Tentamos através de diálogos informais, tentamos cativar algumas pessoas da família para ficarmos íntimos para depois entrarmos com uma intervenção técnica, temos algumas experiências gratificantes.”

3. Quais são as necessidades e ou dificuldades da Comunidade Dom Antônio Barbosa?

“Necessidades - aumento de auto-estima, controle de natalidade, auxílio na recuperação de vícios, combate a exploração sexual.”

“Dificuldades – sobreviver sem ajuda de benefícios assistenciais, acesso a informação, comodismo.”

4. Como é a Economia Urbana, praticamente vivendo da questão “resíduos sólidos”?

“A Economia Urbana é feita de trabalho informal, aqui é impressionante como as pessoas sobrevivem. Primeiramente do trabalho informal penso que mais de 80% da Comunidade. O Bairro tem uma boa estrutura comercial – 04 grandes mercados e muitos comerciantes irregular, por isso não pagando impostos encontramos muitas mercadorias boas com preços bem em conta. Vários Brechós de roupas usadas e semi-novas. E como a renda vem de benefícios e ajuda de sopões não é difícil se manter. Outro fator é o grande número de ligações irregulares, água e luz observamos quando fazemos cadastro e solicitamos comprovante de residência, muita gente não tem. Muitas casas cedidas abandonadas que no DAB a prestação até de R\$ 15,00 para a EMHA por mês. Outro benefício que a comunidade está acessando é um sacolão de verduras que se para R\$ 10,00 por mês e tem direito a 10 Kg de frutas e verduras por semana.

3 PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO PARQUE DO SOL

Entrevistado: Sr. G. S., em 2/2/2006, 15 horas na sala da Associação de Moradores do Parque do Sol, no Bairro Parque do Sol.

“A Comunidade Dom Antônio Barbosa surgiu cerca de 10 anos em função da necessidade de se ter moradia, na época recordo que a diferença era que o loteamento Parque do Sol era mais caro e tinham que adquirir através de parcelamento, comprovando a renda que ganhavam e o Dom Antônio praticamente foi invasão.”

“Com o desfavelamento da vila Jacy, Nhanhá (margens do córrego) parte dessa população veio e invadiu o lado do Dom Antônio – diziam que “estou na minha casa, estou dentro do que é meu””.

“A cooperativa não funcionou por falta de forças de vontade das pessoas. Houve incentivo do governo e prefeitura e até cursos profissionalizantes com pessoas especializadas – Cooperativas de Serviços.”

“Necessidades da Comunidade”

“Precisa de Educação”

“Acomodação”

“Eu te elegi você tem o compromisso de arcar e trazer benefícios.”

“Falta participação comunitária”

“As pessoas não consideram a Associação importante”.

“Deveria existir uma lei que obrigasse a educação”

“Só tem ladrão e é por isso que ele não vota mais” (comentou que ouviu de um morador da Comunidade).

“O que temos na Associação”

“Semanalmente – encontro com a 3ª idade”

“Aulas de Capoeira – crianças, jovens e adultos – (todos os sábados).”

“Justiça Comunitária”

“Atendimento Médico – trabalho voluntariado - domingo das 9 às 13 horas.”

“Atendimento Advogado – trabalho voluntariado – sábados”

“Consórcio da Juventude – 1º emprego. 20 alunos (16 a 24 anos) – 400h/a de curso: telemarketing, informática.”

“Parceria com escola do Pênfico (Laboratório de Informática)”

“100h – aulas de artesanato – custo acessível”

“Aula de cidadania – 40h”

“Programado reativar o Clube de Mães a partir deste ano”.

“A Associação possui sede própria há 2 anos”.

4 ENGENHEIRO CIVIL – PMCG/SESOP

Entrevistado: Sr. W. C. T., em 31/5/2006, 15 horas na sala da Diretoria da SESOP, BR 163, Km 5, Jardim Monumento.

1. Qual é a sua visão em relação à comunidade como agente participativo, na descoberta de soluções para os problemas existentes?

“Nós técnicos da SESOP temos uma visão geral da cidade e seus problemas, e assim definimos as prioridades, levando em conta o custo benefício de cada obra (número de pessoas atendidas, produção de despesas futuras, problemas ambientais, etc...). Geralmente os moradores protestam, pois para eles a sua rua e o seu bairro é que são prioritários.”

2. De que forma gostaria que a comunidade participasse na descoberta de soluções?

“A comunidade acha mais fácil fazer as suas reivindicações para a Imprensa ou para Políticos, pois são constantemente procurados por eles, porém ela deveria sempre consultar as secretarias da P.M.C.G., para obter informações mais precisas e também para passar para a prefeitura os problemas com mais detalhes.”

3. Você acha que a comunidade seria capaz de solucionar os seus problemas sem a interferência do Poder Público?

“No caso específico da SESOP acho que é impossível que isso aconteça. Nós temos técnicos, equipamentos e mão-de-obra para execução de serviços fundamentais, como coleta de lixo, pavimentação asfáltica, iluminação pública, limpeza e manutenção de vias, construção de escola, creches e postos de saúde.”

4. Qual seria o caminho para o desenvolvimento da comunidade Dom Antônio Barbosa?

“A P.M.C.G. tem feito a sua parte ao longo dos anos construindo escolas, creches, posto de saúde, incubadoras, fábrica da gente, pavimentando o acesso, fazendo a limpeza e manutenção das ruas, cuidando da iluminação e retirada de lixo, dando assim condições devidas para que os moradores cresçam.”

5 ENGENHEIRO CIVIL – PMCG/SESOP

Entrevistado: Sr. J. P. M., em 31/5/2006, 14 horas na sala da Diretoria da SESOP, BR 163, Km 5, Jardim Monumento.

“A comunidade pesquisada está muito acomodada, são poucas as pessoas que reagem quando deparam com algum problema. A sua participação na descoberta de soluções para a sua própria comunidade é muito ineficiente.”

“Gostaria que a comunidade fosse ativa, com seu grau de escolaridade, melhorando o que pudesse definir o que de melhor para si.”

“O atendimento do poder público é precário em algumas áreas de atuação, principalmente na área de segurança pública e de saúde.”

“Na área de assistencialismo, no meu entender, o Estado age de forma errada dentro da comunidade. Hoje com este programa alimentar a população em sua grande maioria depende exclusivamente do “sacolão” doado pelo programa alimentar. Além da bolsa escola e recebe um valor por criança na escola, auxílio desemprego, etc. Com todos estas ajudas a população não tem interesse em trabalhar.”

“Para se ter uma melhora no aproveitamento da mão-de-obra da população do Dom Antônio, e com isso aumentar a auto estima de sua população, seria de imediato cortar a ajuda governamental gratuita e proporcionar a estas famílias empregos dignos, ou seja, dar mais dignidade a essas pessoas não adiante dar o peixe às pessoas, devemos ensinar a pescar. Com a situação como ela está implantada, é difícil encontrar algum que queira trabalhar, pois ao ser empregada em alguma empresa, esta pessoa, perde o benefício governamental.”

6 FUNCIONÁRIA DA EMHA

Entrevistada: Sra. M. H. B., em 7/6/2006, 7h30min na sala onze da EMHA, na Vila Glória.

Quando do início da implantação do Loteamento Dom Antônio Barbosa, a Secretaria de Assuntos Fundiários que realizava todo o trabalho executado hoje pela EMHA. Os primeiros lotes tinham o valor mínimo de R\$ 11,91 (onze reais e noventa e um centavos) parcelado em 33 prestações, naquela época reajustado pela UFIR/ano, atualmente pelo IPCAE/ano, sendo que o valor da prestação não podia ultrapassar 10% (dez por cento) do salário mínimo. No início foi doado para 6 famílias lotes com escritura definitiva, para carência apresentada pelas mesmas. No entanto, existem parcelas de R\$ 13,56 e o valor máximo é de R\$ 29,52 sendo as prestações variadas de 33, 40 e até 46 prestações.

Infelizmente não existem registros na EMHA de toda a implantação, somente recordações das pessoas que participaram do processo. Em 2003 e 2004 a EMHA fez um levantamento de todas as famílias com moradias precárias e através do Programa Viva o seu Bairro, foi levado materiais de construção e construíram uma peça com banheiro, instalações sanitárias, pias e tanque.

Houve uma melhora, e com isso uma valorização (40% avaliação da SEMUR).

Percebemos que falta uma melhor organização das lideranças que ficam esperando a iniciativa do setor público.

Acreditamos que se reforçar as organizações comunitárias, que hoje não acreditam nas forças existentes na comunidade, seria um grande passo para melhorar o local.

7 – Diretor da Cooperativa dos Agentes Recicladores Vida Nova

Entrevistado: Sr. J. P. T., em 8/6/2006, 9 horas na sala da Coopervida, na Vila Glória.

Coopervida – Cooperativa dos Agentes Recicladores Vida Nova, fundada em 26/3/2000.

Projeto: “Seu lixo gera renda” desenvolvido pela Secretaria de Assistência Social.

Os Colaboradores Coopervida estão comprometidos em buscar soluções para os problemas sociais.

No início começamos com 147 (cento e quarenta e sete) associados, hoje só restam 28 (vinte e oito) mas a nossa função é procurar aumentar o quadro trazendo novos parceiros.

Fui morador no Dom Antônio Barbosa por 6 (seis) anos e durante cinco anos trabalhei no lixão, era um trabalho digno, no entanto, quando chegava em casa, meus filhos corriam de mim, pois trazia na pele o mal cheiro daquele lugar, nunca mais quero voltar a trabalhar lá. Foi assim que começamos com a cooperativa. Mas ainda como morador fui vice-presidente do bairro (1994-2000) e trabalhamos muito em prol de uma comunidade com melhores condições, algumas conquistas estão lá para que todos possam ver e se orgulhar daquele povo que bastante sofrido também são pessoas normais que buscam a sobrevivência. Foi assim que conseguimos o campo de futebol, a escola, o posto de saúde e o grande comércio que hoje existe em razão do esforço e trabalho dessas pessoas. Hoje, praticamente todo o comércio que se concentrou na Av. Evelina são pessoas que ali vivem e consomem lá mesmo. Gostaria que os moradores buscassem uma solução para eles, conscientizando do trabalho deles, sua capacidade e procurar se organizar, fazer uma cooperativa, associação, pois não queremos ser somente nós, queremos concorrentes e já temos no Estado, em Bela Vista e Corumbá outros parceiros que estão mexendo com a reciclagem. Não pensar que o lixão será para o resto da

vida, e buscar alternativas. Porque estamos ouvindo falar que vão acabar com o lixão e partir para o aterro sanitário, mas não se sabe se a Prefeitura, através da empresa terceirizada que é responsável hoje irá aproveitar aquelas pessoas que hoje fazem a cata lá. A melhorar alternativa seria abandonar e procurar novos rumos, pois são capazes. Só que vivem a mesma situação, brigam para ser liderança. Acredito que a busca de uma pessoa ideal seria a saída, onde ela irá trabalhar para o bairro, unindo as pessoas, convivendo melhor com as pessoas e trabalhar pelo bairro sem pensar em si próprio.

8 DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL PE. TOMAZ GHIRARDELLI

Entrevistada: Sra. A. D. de O., em 9/6/2006, 7 horas na sala da Diretoria da Escola, no Bairro Dom Antônio Barbosa.

A comunidade é muito grande, e é uma comunidade normal, como qualquer outra. Acredito que temos várias comunidades dentro do Dom Antônio. No entanto, de vez em quando é marginalizada pela mídia que precisa de notícias, e como aqui se tem muitos problemas sociais, passam-se a ser alvo de notícias. É uma população sofrida, mas que está superando, hoje se tem o lixão com um sub-emprego, um bico, quando se encontram desempregados. Têm-se muitos trabalhadores que vem de outras localidades para trabalhar no lixão e não só aqui do Dom Antônio, Parque do Sol, Colorado e proximidades.

As dificuldades existentes aqui são as mesmas apresentadas em outros locais de Campo Grande e no Brasil em função do poder econômico, dos meios de comunicação e principalmente pelos Programas Sociais, que acabam acomodando a população, pois se ganham isto e aquilo ficam meio despreocupados em ter uma ocupação para produzirem alguma coisa. Temos um grande potencial, pois os pais são presentes, participam, dão sugestões e ajudam na busca de soluções, respeitam o espaço, estão sempre próximos da escola. Vejo que a grande dificuldade da Educação está em ter que dividir o seu espaço com outros, tipo a saúde que vai até a escola, levando dentista e outros, temos palestras de engenheiro, de advogados e outras e isso acaba prejudicando o tempo de aprendizagem do aluno. Hoje temos 14 (quatorze) salas de primeiras séries, com o nosso iniciar, no entanto, quando passam para as demais séries já se defrontam com colegas vindo de outros locais aí a maneira de trabalhar é outra, pois nos deparamos com todos os níveis de aprendizado, ou seja, uns mais fracos, outros mais avançados e outros intermediários. Temos um outro problema, que é a rotatividade de professores, e alguns que pensam que a Escola é deles. Ainda temos uma grande parte de famílias que deixam os filhos na escola, pois alegam precisar trabalhar, e

cobra da escola a educação que deveria ser dada por eles. Por fim tem-se o problema da rua que é consequência da família (a família não dá atenção necessária). Acredito que a grande força está em cada um de nós onde temos que buscar a melhora a partir das nossas atitudes, de nós mesmos.

ENTREVISTAS – AGENTES INTERNOS

1 CONSELHEIRA DO CONSELHO REGIONAL DA REGIÃO URBANA DO ANHANDUIZINHO

Entrevistado: Sra. V. L. R. M., em 23/2/2006, 8 horas na sua residência, no Dom Antônio Barbosa.

“Eu sou Conselheira da Comunidade Viva – Região Anhanduizinho”

“Participo como Conselheira do Conselho Regional da Região Urbana do Anhanduizinho – Decreto 7.361 de 13/12/96, Conselho Comunitário de Segurança, Conselheira do Ceinf, Conselheira do Hospital Rosa Pedrossian, já estive em Brasília-DF representando Campo Grande em duas das convenções realizadas”.

“Gostaria que houvesse programas de geração de empregos, instalação de fábricas para dar empregos a esses meninos que ficam o dia todo na rua sem ter o que fazer e acabam se envolvendo naquilo que não presta – drogas, sexo e música fank o dia todo.”

“Trazer palestras para a comunidade”

“Creche – o mais importante para atender as mães, que precisam deixar as crianças para ir trabalhar”.

“Precisamos de liderança ativa, com voz ativa”.

“Tenho muita facilidade em relacionar com o André, Nelsinho, a Antonieta, Tereza e outros, deixo a minhas portas abertas para entrarem e tomarem um café ou então comer um pedaço de bolo. Quando precisamos de alguma coisa vou até eles e teve um dia que fiquei na Secretaria de Obras esperando o secretário até falar com ele.”

“Quando as máquinas estão aqui todos os operadores chegam aqui na minha casa e tomam um cafezinho, é uma forma de compartilhar e minha casa está sempre aberta para acolher.”

“Criar uma horta comunitária”

“Em relação às conquistas que trouxeram benefícios para a Comunidade, a construção da Escola, a construção do Posto de Saúde, a pavimentação da Rua Evelina Seligardi, Fábrica da Gente, CECAP, SEMA, campo de futebol, Ceinf, Quadra de esporte coberta (na escola), iluminação pública, foi tudo eu que implorei com o Prefeito André e conseguimos.”

“Sempre deixei claro que – ‘Meu chão é sagrado, meu imposto está pago, meu asfalto é uma benção’ ”.

“Temos potencialidades um exemplo é a Dona Salete que trabalha com artesanato e vende.”

“Já participamos até na televisão naquele programa da Débora da TV – onde fez uma reportagem boa sobre as crianças.”

“Sugestões para melhorias – Criar uma Associação ou porque não uma Fundação – dar cursos de flores, doces, panetone, ovos de chocolate (Páscoa), costura para preencher o tempo das mulheres e também melhorar a sua condição de vida.”

“Pretende fazer um Projeto junto a WWF – Mostra Água para a vida, água para todos: Boas práticas em saneamento - em relação à Mina existente no fundo do Dom Antônio que hoje só serve de ponto de droga, prostituição e retiro de areia.”

2 PRESIDENTE DO CLUBE ESPERANÇA DA TERCEIRA IDADE

Entrevistado: Sr. F. L. dos R., em 2/3/2006, 9 horas em frente a sua residência, no Dom Antônio Barbosa.

“Invadi o primeiro lote em 2 de novembro de 1993.”

“Em 17/11/93 – mudei para o Dom Antônio, fiz um barraco e saía para trabalhar no Anache (tinha um mercado lá) e quando voltava o barraco já estava ocupado com outras pessoas.”

“Perdi 18 barracos desta forma”

“Só que quando comprei o terreno por R\$ 70,00 em 17/3/94, aí não deixei ninguém invadir, pois aquele era o meu cantinho e é o meu lar até hoje.”

“Em 95 o Sr. Daniel Candido ganhou a primeira eleição para presidente do Bairro. Foi um dos primeiros fundadores do Dom Antônio.”

“Em 96 chegou a Verona”.

“Em 98 assumi a presidência do bairro”

“De 99 a 2006 o Vilson assumiu, porém com base da falsidade, comprou voto, trabalha com o Pigarelli”.

“Sou fundador da Associação dos Idosos, tenho toda a documentação”.

“Fui delegado do grande Mato Grosso”

“Uma das maiores dificuldades do Bairro é a questão política, temos nos 4 bairros cerca de 19.000 eleitores. Na época de política, eles vem aqui e fazem muitas promessas e depois esquecem.”

“A segurança é péssima, temos assalto todos os dias.”

“O pessoal que trabalha no lixão traz tudo para casa e atrapalha o bairro”

“Em relação às contas de luz, água, IPTU de 20 casas, 16 não pagam e ai quem paga acaba pagando de quem não paga”.

“A pobreza é muita, só que a população acomoda”.

“Temos 2 creches, posto de saúde, escola e o Cecaf precisamos envolver os jovens no esporte ou outra atividade para tirar da vadiagem.”

“O povo precisa falar uma língua só, as lideranças não se unem, falta de cultura”.

“Aqui em casa tenho 2 sala de aula do MOVA, são duas turmas uma as 15 e a outra as 17h, são 42 pessoas cadastradas mas só aparece 3 ou 4 que freqüentam.”

“Tenho comigo que a palavra chave é Educação”.

“Temos uma gurizada de Rua que por volta das 20 às 22h fazem muita bagunça, já matou um policial e depois das 23h aí eles deitam e rolam, a maioria armados deveria ter mais rigor para desarmar estes jovem e ainda temos as Ganges de 8 a 10 anos que já começou a roubar durante o dia mesmo.”

“Em frente ao CEMA criou-se uma favela, é um comodato, mas virou um ponto de comércio para ganhar dinheiro, rola muita droga, prostituição e marginalidade. Temos que fazer alguma coisa para acabar com isso”.

“O ideal é que fosse criado alguns cursos, tipo cabeleireiro e outros para ocupar e formar.”

3 PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA MUNICIPAL PE. TOMAZ GHIRARDELLI

Entrevistado: Sr. B. P. dos S. – Presidente da Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Pe. Tomás Ghirardelli, em 10/3/2006, 7 horas na sua residência, no Parque do Sol.

“O que precisa para a comunidade Crescer?”

“Liderança se unir (centro comunitário, presidente do bairro, gerentes enfim unir forças)”

“Acabar com o individualismo da Verona e do Vilson que não aceitam quando as coisas acontecem vindas por outras lideranças.”

“Participação, pois se eles não vierem nós não teríamos nada”.

“Temos que a mulher toma a frente na modernidade e deixou claro que daqui a 10 anos os homens não teram mais a frente, porque as mulheres irão tomar conta”.

“Aqui nós temos que as mulheres não crescem mais na comunidade por falta de informação, elas terão que lutar para crescer”.

“Até hoje só temos a D. Dalva que foi presidente do Lageado.”

“A população está acomodada, e não procuram trabalho e ainda justificam que as pessoas não vão aceitar elas devido elas serem do Dom Antônio e não vão aceitar.”

“Hoje temos 2600 alunos na Escola Pe. Tomaz, temos problemas na biblioteca pois não comporta receber outros alunos, aí damos preferência para os nossos que estão estudando que é importante, e damos incentivo para que eles possam participar de tudo o que está acontecendo.”

“Temos 36 salas de aula com 45 alunos”

“O que o Bairro precisa”

“Educar as pessoas que trabalha no lixão que trazem o lixo para o Dom Antônio”

“O ideal seria arrumar uma área e orientar como trabalhar com a reciclagem, porque eles não vão aceitar sair daqui porque não são educados” “Para eles o lixão não pode acabar, pois armazenar e fazer a cata é o ramo deles ganhar dinheiro”.

“São seis pessoas fortes na área de coleta no bairro e eles dominam todas as pessoas que trabalham no lixão.”

“Se dependesse de mim ninguém traria lixo para o bairro.”

“No tempo do André uma Cooperativa foi aberta mais não deu certo porque na hora de repartir os lucros os que não trabalham é que saia com a maior quantia de dinheiro, agora eles não querem ouvir falar de cooperativa.”

“Sou analfabeto, mas procuro observar tudo para poder orientar e trabalhar melhor”

“Sugestão para melhorar o Bairro”

“Posto de Saúde, fecha na sexta-feira às 11h e volta somente na segunda, o ideal era que ficasse aberto 24h. O Posto não tem ambulância, existe uma discriminação das pessoas.”

“SAMUR não atende mulher grávida, para eles não é emergência, imagina.” “Por que não atende? A mulher grávida tem 9 meses de preparação.”

“Um táxi não vem aqui para atender por menos de R\$ 40,00”

“Creche – as crianças que estão na creche hoje são na maioria de mães que não trabalham e que ficam em casa dormindo, tomando terere e as mães que trabalham não conseguem vaga, falta de coleguismo, companheirismo da comunidade.”

“Parceria – temos que falar um só língua, liderança e comunidade ser amigos de todo mundo, a partir daí criar pessoas com voz ativa, deixar de pensar no individualismo, acredito que tenha uma importância da participação nos movimentos. Reunir os empresários dos estabelecimentos, Mercado Colorado, Mercado Verdurão, Mercado JJ, Mercado Praça Nossa, Mercado Dois Irmãos, Depósito de material de construção – Colorado, Kaike, Ribeirão, Mercado Fran, RS, Mercado Real”

“E educar as nossas crianças para um caminho melhor no futuro”.

4 PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DOS MORADORES DE MS - FAMEMS

Entrevistado: Sr. F. S. da S. – Presidente da Federação dos Moradores de MS - FAMEMS, em 8/6/2006, 15 horas na sua residência, no Bairro Dom Antônio Barbosa.

Eu vejo que pela idade o desenvolvimento do Dom Antônio é bom, tem uma estrutura boa e o desenvolvimento social desenvolvido.

O problema do lixão é difícil, mas é um trabalho como outro qualquer e sobrevivência de alguns moradores. Parte da vida daqui sobrevive do lixo, a preocupação é o bem-estar da comunidade que se depara com a reciclagem que é trazida do lixão para as suas moradias onde a reciclagem se faz nas próprias casas e isso não tem uma boa aparência.

Ainda temos um nível baixo, pessoas carentes, mas a parte social dos vicentinos e espíritistas trazendo coisas, deixa as pessoas acomodadas que ficam esperando, com isso, temos uma imagem negativa, começam a criminalidade, as bocas de fumo – drogas e outras conseqüências da falta do que fazer.

O Agente Jovem implantado também trás problemas, pois a juventude passa a freqüentar e estamos tendo meninas ficando grávidas, é bom dar uma olhada e ver o que está acontecendo por lá.

As linhas de ônibus são boas. O Posto de Saúde também, tem o programa de Saúde da Família, só que a luz e a água é praticamente tudo no gato. A questão segurança tem feito trabalhos bons, mas a rapaziada por não ter o que fazer acaba se envolvendo naquilo que não deveria. Um dos grandes problemas são as bocas-de-fumo.

O Poder Público deveria lançar empresas na região para dar oportunidade para esses jovens, ou então melhorar o lazer, pois aqui o campo de futebol tem domínio.

A sugestão que deixo é trabalho – formar empregos para o povo, área de lazer, acredito que traria mudanças, pois a população gosta daqui e a morada quem faz é a gente.

Fui presidente de bairro em dois mandatos e hoje vejo que não temos um representante político com iniciativas para a comunidade, e si para ele mesmo.

Mas apesar de todos esses problemas, gosto de morar aqui, e ainda temos o privilégio de ouvir os pássaros cantar, as araras e até tucano vem nos visitar, ainda temos um ar puro para respirar.

5 PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO DOM**ANTÔNIO BARBOSA**

Entrevistado: Sr. F. V. V. B. – Presidente da Associação de Moradores do Bairro Dom Antônio Barbosa - AMDAB, em 11/6/2006, 9 horas na sua residência, no Bairro Dom Antônio Barbosa.

Sou conhecido como Vilson Barros, fui locutor da rádio Capital, Guanandi e Difusora, moro no Dom Antônio desde a sua implantação, sou Conselheiro Regional da Região Urbana do Anhanduizinho, e tenho trabalhado a frente a bastante tempo, não temos parceria e isto dificulta bastante o nosso trabalho. A Associação de Moradores foi fundada por nós, temos toda a documentação e cerca de 1.900 (um mil e novecentos) cadastrados. Temos ações fortes no esporte e também a festa Julina, tradição do compadre Vilson, já é a 7ª e nunca aconteceu nada, somente diversão e alegria. Cerca de 3000 (três mil) pessoas por noite participam do rodeio, parque infantil e 40 a 50 barracas da comunidade com muita comida e brincadeiras. Promovemos vários cursos de capacitação onde os núcleos por setores formados dentro da associação agilizam o trabalho e ajudam a promover os eventos.

Quando perguntado das pessoas que trabalham no lixão respondeu:

Aquelas pessoas não têm outra opção de emprego, elas querem sair, mas não acha outro rumo para tomar, não tem outra fonte de renda, tem os filhos para tratar. São poucos as pessoas que saíram e que mudaram de profissão, e quando mudaram e não deu certo, retornaram, mesmo porque não tem outro caminho. Só que tem muita gente que trabalha lá que não é morador do Dom Antônio, são de outros bairros e quando a imprensa fala menciona como se fossem todos daqui e isso não é verdade.

A nossa grande dificuldade é não ter apoio, tanto dos órgãos públicos, tanto da própria comunidade que não ajuda, um exemplo foi as ações da quadra, a SESOP veio e arrumou, regularizou a iluminação pública, mas o que aconteceu, roubaram os fios da quadra e aí penso que falta educação para que a comunidade seja mais amiga. Temos um problema de três árvores que ficam no meio da rua e que estamos agilizando junto a prefeitura para que possamos retirá-las, melhorando assim o acesso a essas pessoas que moram nelas. A Economia era forte e está ficando fraca, além do trabalho do lixão ser discriminado, mas é o que movimenta o bairro. A Fábrica da gente não tem mais, foram ações fortes, mas que acabou e ninguém sabe o porque. O próprio supermercado Colorado colocou uma academia no espaço onde era só mercado, o proprietário disse que para não perder tem que diversificar para proporcionar novidades a comunidade e tentar levantar o comércio que se encontra

bastante fraco. O Dom Antônio é considerada uma área de risco, falta de poder aquisitivo e temos muitos problemas com drogas, apesar da segurança ter feito um ótimo trabalho aqui e conseguimos que alguns elementos mudassem para outros lugares, diminuindo assim esse problema.

Temos um potencial forte que são os grupos de dança, já formamos 58 e fizemos várias apresentações, isso ajudou muito essas crianças, jovens e adolescentes que ocupavam o seu tempo com a dança. O esporte também está sempre presente, apesar de que gostaria da participação ainda maior, pois só assim teriam uma ocupação desses jovens, temos apoio da Fundesport mas ainda é muito pouco. Temos as chamadas nas rádio que incentiva e leva o nome do Dom Antônio para o resto da grande Campo Grande.

O meu grande sonho é colocar a rádio comunitária em ação, já compramos dois terrenos e estamos atrás de parceria, tenho certeza de que vamos conseguir e melhorar ainda mais o Dom Antônio, pois apesar de não ser reconhecido o meu trabalho como presidente dos moradores daqui, gosto do que faço e quero fazer mais pela comunidade.

ANEXOS

**ANEXO A – FOTOCÓPIA DO CERTIFICADO EMITIDO PELA ASSOCIAÇÃO DE
MORADORES DO BAIRRO DOM ANTÔNIO BARBOSA**

**ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO
BAIRRO DOM ANTÔNIO BARBOSA**

*Sede provisória
Rua Mitsuyo Aratani nº 245
Campo Grande- MS*

CNPJ-00.826.863/0001-12

Utilidade Pública Municipal LEI nº 4.027

INTEGRAÇÃO PELO PROGRESSO REGIONAL

Certificação

Certificamos que (o) a _____
participou do Curso Básico de Bordado - Ponto Russo,
ministrado no período de 04 a 06 de agosto de 2005.

Campo Grande-MS 06/08/2005.

VILSON BARROS

PRESIDENTE DA AMDAB

RDC 02.00.223



**ANEXO B – DECRETO ATUALIZADO QUE ESTABELECE O PROGRAMA DE
INCLUSÃO SOCIAL – PIS**



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA DO PROGRAMA DE INCLUSÃO DE SOCIAL
BOLSA-ESCOLA / SEGURANÇA ALIMENTAR

DECRETO ATUALIZADO QUE ESTABELECE O
PROGRAMA DE INCLUSÃO SOCIAL – PIS

DECRETO N.º 11.587, DE 20 DE ABRIL DE 2004. (Diário Oficial n.º 6229 – 22/04/2004)

Cria o Programa de Inclusão Social e dá outras providências.

→ DECRETO N.º 11.814, DE 14 DE MARÇO DE 2005. (Diário Oficial n.º 6446 – 15/03/2005)

Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto n.º 11.587, de 20 de Abril, que dispõe sobre o Programa de Inclusão Social, e dá outras Providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VII do art. 89 da Constituição Estadual.

DECRETA:

Art. 1º Fica criado o *Programa de Inclusão Social* que objetiva o atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade social, associando-as a ações sócio-educativas, visando à melhoria da qualidade de vida e ao alcance da autonomia socioeconômica familiar.

Art. 2º Os Programas: Segurança Alimentar e Nutricional, criado pelo Decreto n.º 10.244, de 8 de fevereiro de 2001 e Bolsa-Escola, criado pelo Decreto n.º 9.465, de 29 de abril de 1999, reorganizado pelo Decreto n.º 10.263, de 19 de fevereiro de 2001, passam a compor o *Programa de Inclusão Social* como subprogramas, em conformidade com as normas deste Decreto.

Parágrafo único. A gestão dos subprogramas Segurança Alimentar e Nutricional e Bolsa-Escola é de competência da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência Social e Economia Solidária que contará com o apoio das demais Secretarias de Estado, para promover a intersetorialidade das ações estruturantes do Governo, visando a garantir o acesso dos cidadãos às demais políticas públicas.

Art. 3º A Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência Social e Economia Solidária manterá, em cada Município, um responsável pela coordenação do *Programa de Inclusão Social*, que será responsável pelas seguintes atividades:

- I – acompanhamento, orientação e avaliação das famílias beneficiárias;
- II – fiscalização da entrega dos benefícios e remessa de relatórios técnicos sobre a execução do Programa em nível local;
- III – recebimento e apuração de denúncias de irregularidades relacionadas com o Programa;

“Art. 4º Os benefícios oferecidos pelos Subprogramas Bolsa-Escola e Segurança Alimentar e Nutricional constituem-se, respectivamente, uma bolsa de estudos e uma cesta de alimentos ou o seu correspondente valor em pecúnia, caracterizados como transferências de renda.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA DO PROGRAMA DE INCLUSÃO DE SOCIAL
BOLSA-ESCOLA / SEGURANÇA ALIMENTAR

Continuação

Art. 5º O *Programa de Inclusão Social* atenderá as famílias que preencham os seguintes requisitos:

- I – tenha renda per capita inferior ou igual a meio salário mínimo;
- II – residam no Estado há pelo menos três anos e no Município há dois anos, exceto as residentes em acampamentos, aldeias e as famílias que já são beneficiárias do Programa;
- III – Não sejam beneficiárias de outro programa social de natureza pecuniária ou em espécie, do governo federal, estadual ou municipal, exceto nos casos de integração desses programas entre as diversas esferas governamentais.

Parágrafo único. As famílias beneficiárias do Programa de Inclusão Social que mudarem de residência para outro município dentro do Estado do Mato Grosso do Sul, poderão continuar a receber o benefício, desde que continuem a atender aos critérios previstos neste Decreto e comuniquem o novo endereço à coordenação local do programa."

Art. 6º As famílias inscritas no *Programa de Inclusão Social* serão selecionadas de acordo com a classificação obtida, com base nos seguintes critérios:

- I – menor renda per capita;
- II – maior número de idosos ou pessoas portadoras de deficiências, incapazes de prover o seu próprio sustento;
- III – quando o chefe da família for mulher;
- IV – que possuam filhos adolescentes que cumpram medidas sócio-educativas;
- V – possuam crianças desnutridas, com acompanhamento da rede pública de saúde;
- VI – não tenham sido contempladas por qualquer programa social;
- VII – possuam maior número de filhos;

Art. 7º Poderão ser incluídas no Subprograma Segurança Alimentar e Nutricional as famílias que pertençam aos seguintes segmentos:

- I – populações indígenas, acampadas e remanescentes de quilombo;
- II – profissionais da pesca, durante o período da piracema, desde que não recebam o salário-desemprego;
- III – famílias com crianças em estado de desnutrição;
- IV – pessoas idosas ou portadoras de deficiência;
- V – mulheres gestantes e nutrízes;

Art. 8º As famílias beneficiadas pelo Programa de Inclusão Social que participarem com assiduidade das reuniões sócio-educativas, serão incluídas prioritariamente nos demais programas do Governo do Estado."

Art. 9º O benefício do *Programa de Inclusão Social* será suspenso por um mês, nas seguintes situações:

- I – comprovada a permanência de um ou mais filhos com idade inferior a dezesseis anos, em atividade laboral que não seja com finalidade educativa;
- II – a família não for localizada no endereço informado no cadastro de inscrição do Programa;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA DO PROGRAMA DE INCLUSÃO DE SOCIAL
BOLSA-ESCOLA / SEGURANÇA ALIMENTAR

Continuação Art. 9.º

III – se o responsável pelo beneficiário, no caso do benefício ser pecúnia, não apresentar notas fiscais quando solicitadas, no valor mínimo correspondente a 70% (sessenta por cento) do mesmo;

IV – se os filhos em idade escolar não estiverem matriculados em escola pública e com frequências regular mínima de 90% das aulas do período letivo;

V – se o representante da família faltar por três vezes consecutivas nas reuniões sócio-educativas.

Art. 10º A família beneficiária do *Programa de Inclusão Social* será desligada do mesmo, nos seguintes critérios:

I – prestar declaração falsa ou usar de meios ilícitos para obter o benefício dos subprogramas;

II – deixar de preencher os requisitos previstos no art. 5º;

III – mudar do Município onde foi cadastrada para ser incluída no Programa;

IV – for denunciada por má utilização do benefício e não for localizada para prestar os esclarecimentos necessários ou se for comprovada a denúncia;

V – perder a guarda dos filhos;

VI – os dependentes em idade de seis a dezesesseis anos completos deixarem definitivamente de frequentar a escola;

VII – ocorrer a suspensão do benefício por três meses consecutivos;

~~VIII~~ – quando não vier a retirar o benefício por três meses consecutivos.

Art. 11º A família beneficiária do *Programa de Inclusão Social* deverá participar das seguintes atividades:

I – frequentar curso de alfabetização de jovens e adultos, em caso de membro ser analfabeto ou semi-analfabeto;

II – participar de cursos de profissionalização, de qualificação profissional ou de geração de emprego e renda;

III – realizar acompanhamento e exame pré-natal, quando houver gestante na família;

IV – participar de programas existentes de prevenção e combate ao câncer de mama, de colo de útero e de próstata;

V – participar de programa de combate à desnutrição;

VI – apresentar carteira de vacinação;

VII – participar de reuniões sócio-educativas.

§ 1º A frequência em cursos de alfabetização de adultos é opcional nos seguintes casos;

I – se possuir idade superior a sessenta anos ou for portador de necessidades especiais que o impeçam de frequentar a escola;

II – se em seu domicílio estiverem sob sua responsabilidade crianças, pessoas idosa ou portadora de necessidades especiais, desde que, não haja outro adulto que se responsabilize pelos mesmos durante o período de aula;

III – se for comprovada dificuldade de acesso à escola;

§ 2º É responsabilidade do coordenador local, apresentar a coordenação estadual e a quem interessar a listagem das pessoas que estão estudando bem como a dos dispensados.

Art. 12º Os recursos financeiros do *Programa de Inclusão Social* serão provenientes de:

I – convênios firmados com prefeituras municipais, empresas privadas e autarquias;

II – doações de pessoas físicas ou jurídicas;

III – Tesouro do Estado; IV – Fundo de Investimento Social – FIS;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA DO PROGRAMA DE INCLUSÃO DE SOCIAL
BOLSA-ESCOLA / SEGURANÇA ALIMENTAR

Continuação Art. 12.º

§ 1º É de competência do Governador estipular, deferir e reajustar valores de benefícios dos subprogramas integrantes Programa de Inclusão Social.

§ 2º A prestação de contas do Programa de Inclusão Social ocorrerá de acordo com a legislação em vigor.

Art. 13º O *Programa de Inclusão Social* será supervisionado pelo Conselho de Gestão Estadual de Políticas Sociais e fiscalizado pelo Conselho Estadual de Assistência Social e pelo Conselho Estadual de Segurança Alimentar;

Art. 14º A forma de participação dos Municípios e da sociedade e bem como as normas complementares, serão estabelecidas por meio de Resolução da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência Social e Economia Solidária.

Art. 15º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 14 de março de 2005

JOSÉ ORCÍRIO MIRANDA DOS SANTOS

Governador

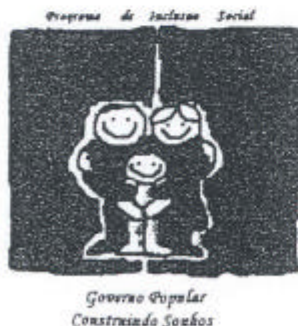
SERGIO WANDERLY SILVA

Secretário de Estado de Trabalho, Assistência Social e Economia Solidária

RAUFI ANTONIO JACCOUD MARQUES

Secretário de Estado de Coordenação-Geral do Governo

Assessoria de Comunicação
Programa de Inclusão Social



ANEXO C – NOTÍCIAS VEÍCULADAS NOS JORNAIS DE CAMPO GRANDE-MS

VISTORIA

Queima de pneus e lixo hospitalar foram constatados por órgão ambiental que anuncia providências

Ibama vê irregularidades no Lixão e vai monitorar aterro

DANIELA ARRUDA

WALSER/ARQUIVO

O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) de Mato Grosso do Sul planeja monitorar o processo de implantação do aterro sanitário de Campo Grande pela prefeitura, cuja licitação foi aberta no dia 21 do mês passado. A intenção foi manifestada ontem pelo superintendente regional do órgão, Nereu Fontes, após uma equipe de fiscalização do Ibama flagrar diversas irregularidades durante vistoria no local onde funciona o atual Lixão, situado na saída para Sidrolândia.

Além de constatar a poluição do ar devido à queima de pneus dentro do Lixão, os fiscais também verificaram durante a vistoria (realizada anteontem) que está havendo despejo de lixo no local sem qualquer critério. Foram encontrados resíduos hospitalares e também animais mortos a céu aberto. Outra situação observada pelos fiscais é que não existe coordenador responsável pelo trabalho de controle do acesso de catadores ao local.

Segundo o Ibama, as irregularidades constatadas no Lixão não são novas, e em anos anteriores já resul-



Lixão continua sendo ainda um sério problema que deverá ser solucionado com o aterro sanitário

taram em outras autuações, devido à falta de tratamento do lixo e de local adequado para destinação de resíduos. O superintendente regional do órgão, Nereu Fontes, pretende agendar reunião com o prefeito e o secretário municipal de Meio Ambiente, Frederico Freitas, para inteirar-se do cronograma de implantação do aterro sanitário, visto como a única saída para pôr fim às irregularidades.

Conforme Fontes, a vistoria ocorreu após o Ibama ter sido acionado por moradores do entorno do lixão, incomodados pela fumaça e fuligem resultante da queima de lixo na área. Porém mesmo com

notificações como esta, permanece inalterado o problema de fundo – falta de local adequado para a destinação de resíduos em Campo Grande. “A nossa idéia é marcar uma agenda com a prefeitura para tomar conhecimento do cronograma de implantação do aterro sanitário, porque precisamos dar resposta a quem fez a denúncia. Além disso, as obras do presídio federal também dependem da instalação do aterro sanitário”, disse.

A divisão de fiscalização do Ibama está realizando levantamento de todas as autuações já expedidas contra a prefeitura por conta

de irregularidades no Lixão para elaborar o novo auto de infração e notificar a prefeitura. Uma cópia do processo também deverá ser enviada ao Ministério Público Estadual. Conforme informações do chefe da divisão, Erivaldo Corrêa da Silva, a notificação é baseada na lei federal de crimes ambientais (9.605/98), sendo relacionada principalmente à falta de tratamento e por destinação do lixo em local inadequado. O valor do auto de infração ainda não está definido, no entanto em casos enquadrados por esses tipos de infração, a multa prevista varia de R\$ 50,00 a R\$ 50 milhões.

CURSOS – *Parceria com Ministério do Trabalho, por meio do Ibiss-CO, disponibilizará cursos de informática, arte em tecido e cidadania para jovens de baixa renda*

FBR qualifica jovens da região do Lixão

Da Redação

Amanhã e quinta-feira, aproximadamente 80 jovens de baixa renda, entre 16 e 24 anos, dos bairros Dom Antônio e região serão inseridos nos projetos Zig Zag – Arte em Tecido e InfoEducação, respectivamente. A ação é promovida pela parceria firmada entre a Fundação Barbosa Rodrigues e o Ministério do Trabalho, através do Ibiss-CO (Instituto Brasileiro de Inovações Pró-Sociedade Saudável do Centro-Oeste).

Os cursos de informática e arte em tecido da Fundação

Barbosa Rodrigues foram selecionados para integrar o Convênio Social da Juventude, modalidade do Programa Nacional do Primeiro Emprego – PNPE, do Ministério do Trabalho. Ao todo, segundo dados do Ibiss-CO, serão qualificados mil jovens para o mercado de trabalho em Mato Grosso do Sul, em parcerias com entidades. A Fundação Barbosa Rodrigues será responsável pela formação de 80 alunos.

Após dois meses de seleção, as vagas foram destinadas a jovens de 16 a 24 anos, que, em virtude das suas condições socioeconômicas, têm difícil-

dade de acesso ao mercado de trabalho. Em cumprimento às exigências do Ibiss-CO, as prioridades de acesso ao programa foram dadas para os jovens que estão em cumprimento de medidas socioeducativas, em situação de rua ou abandono familiar, com deficiência, afrodescendentes, indígenas, jovens de outros segmentos sociais tradicionalmente excluídos das políticas públicas e em situação de desemprego, cujas famílias tenham renda per capita de até meio salário mínimo.

Conforme a presidente da Fundação Barbosa Rodrigues, Márcia Barros Rodrigues, o cre-

denciamento dos projetos é o reconhecimento do trabalho realizado na entidade. “Zig Zag – Arte em Tecido e o InfoEducação abrem não só oportunidades de trabalho e de geração de renda como também resgatam e constroem a cidadania dos jovens e adultos atendidos”, disse.

Os cursos terão carga horária de 400 horas, sendo 50% para aulas de cidadania, no período matutino – obrigatórias para ambos os projetos, e as horas restantes serão direcionadas para o curso vigente, que funcionará à tarde e à noite conforme a inscrição já

realizada pelo aluno. Segundo o coordenador do InfoEducação, Cláudio Lima, por meio da parceria, após o término das aulas, 30% dos jovens serão encaminhados para o mercado de trabalho para início imediato. “Ainda não está confirmado, mas o Ministério do Trabalho sinalizou a possibilidade de uma ajuda de custo durante o funcionamento dos cursos para os participantes, devido à exigência de frequência ininterrupta”, ressalta.

Sobre os projetos

O Projeto InfoEducação nasceu em 2002, com o pro-

pósito de incrementar a educação informal com a utilização dos recursos tecnológicos, por meio da criação de um laboratório com computadores disponíveis para a comunidade. Nestes três anos, mais de 600 alunos já participaram.

Já o Projeto Zig Zag – Arte em Tecido há 3 anos oferece oficinas de capacitação de criação em tecido por meio das técnicas de costura, fuxico, macramê, amarradinho e patchwork, com a proposta de criar alternativa de trabalho e renda para adolescentes, entre 14 e 18 anos. Mais de 100 jovens já foram capacitados.



A participação da comunidade na reunião mostra a preocupação com a questão da segurança

MERCADO & AQUECUE **Lopes**
FICOU BOM! COM LICHES, FRUTAS E VERDURAS

Frutas, Legumes, Verduras, Carnes Secos e Molhados em Geral

Todas as quintas-feiras
Promoção de Frutas e Verduras

DISK GÁS
3384-2825

ENTREGA EM DOMICÍLIO
Rua Marechal Rondon, 820 - Centro

Moradores da região do Anhanduizinho II trabalha em parceria com a Polícia Militar

Os moradores da região do Bandeiras, estimados em aproximadamente 120 mil pessoas, estiveram reunidos recentemente com o Conselho Comunitário de Segurança e a Polícia Militar para fazer um balanço das últimas ações e esquematizar novas atividades, principalmente junto ao comércio, com vista a melhorar a segurança pública.

Participaram do encontro, vereador Cabo Almi, presidente da Comissão de Segurança Pública da Câmara Municipal; major Carlos Santana, coordenador geral do Conselho Comunitário de Segurança; Rubens, presidente da Federação dos Agentes de Saúde do Mato Grosso do Sul;

Francimar Aparecida da Silva, presidente da Associação de Moradores dos bairros Jd das Hortências II e III; Antônio Júlio, presidente da Associação de Moradores do Jd Pênfeco; Wilson Barros, membro do conselho de segurança e presidente da Associação de Moradores do Bairro Dom Antônio e o vereador Robson Martins.

Na pauta da reunião, a melhoria da segurança e o respaldo positivo que os moradores da região vêm sentindo com a atuação da Polícia Militar. Diminuiu substancialmente a criminalidade naquela região e isto é o resultado da ação conjunta entre a comunidade e as autoridades.

CONSTRUTORA INDUSTRIAL
São Luiz s/a
PEDREIRA

Rua Piraj, 301 3363-2250
Jd Aeroporto 3363-1992
C. Grande-MS 3363-2050



Na reunião ficou evidente o apoio que os moradores concede a ação da Polícia Militar na região do Anhanduizinho